

Francisca Rodrigues Pereira

Jornalismo e Educação:

Um estudo da cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a educação no Brasil

Faculdade Cásper Libero
Programa de Pós-graduação Stricto Sensu
São Paulo – 2009

Francisca Rodrigues Pereira

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Jornalismo e Educação:

Um estudo da cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a educação no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação Stricto Sensu da Faculdade Cásper Libero, Linha de pesquisa B – Produtos midiáticos: jornalismo e entretenimento, como requisito parcial à obtenção do título de mestre sob a orientação da Professora Dra. Dulcilia Helena Schroeder Buitoni.

Faculdade Cásper Libero
Programa de Pós-graduação Stricto Sensu
São Paulo – 2009

Pereira, Francisca Rodrigues

Jornalismo e Educação: Um estudo sobre a cobertura da evolução do ensino no Brasil registrado pela *Folha de S. Paulo* / Francisca Rodrigues Pereira. --
São Paulo, 2009

.88 f. ; 30 cm.

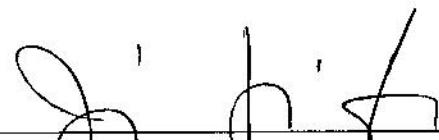
Orientador: Professora Dra. Dulcilia Helena Schroeder Buitoni.
Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

1. Comunicação. 2. Produto Midiático. 3. Edição Jornalística. 4. Jornalismo e Educação. 5. Folha de S.Paulo. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. III. **Jornalismo e Educação:** Um estudo sobre a cobertura da evolução do ensino no Brasil registrado pela *Folha de S. Paulo*.

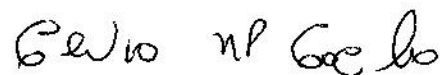
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: FRANCISCA RODRIGUES PEREIRA

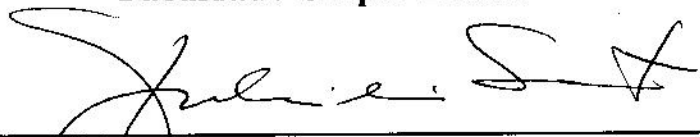
**“JORNALISMO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A
COBERTURA DA EVOLUÇÃO DO ENSINO NO BRASIL
REGISTRADO PELA FOLHA DE S.PAULO”.**



Prof. Dr. José Luis Proença
Universidade de São Paulo - ECA



Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho
Faculdade Cásper Líbero



Profa. Dra. Dulcília Helena Schroeder Buitoni
Faculdade Cásper Líbero

Data da Defesa: - 08 de outubro de 2009.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha querida irmã (em memória) Maria Rodrigues Pereira, que sempre me incentivou e muito trabalhou para que eu chegasse aonde cheguei. Também aos meus sobrinhos, motivo do meu estímulo para este estudo, um exemplo de dedicação para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Também dedico ao meu grande amigo, companheiro e mentor intelectual, José Vicente, que sempre me incentivou à prática da reflexão crítica e jamais me deixou desistir mesmo nas horas de maior aflição.

Dedico ainda esta dissertação de mestrado à minha grande amiga, jornalista Profa. Dra. Maria Alice Carnevalli, que foi a incentivadora para que eu realizasse este trabalho e suportou todas as minhas angústias e dúvidas.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Dulcilia H. Schroeder Buitoni, que no decorrer destes dois longos anos, pela sua vasta experiência acadêmica, sempre soube compreender e sugerir novos caminhos a serem percorridos para enriquecer e aprimorar este trabalho.

Agradeço especialmente aos jornalistas que colaboraram para a conclusão efetiva deste trabalho: João Batista Natali, Luiz Caversan e Gilberto Dimenstein.

Folha de Aprovação

Resumo

Esta dissertação desenvolve um estudo exploratório com foco no acompanhamento da trajetória evolutiva da cobertura sobre a Educação no Brasil feita pela imprensa escrita, com ênfase no jornal *Folha de S.Paulo* no decorrer das últimas quatro décadas. Consideramos o contexto atual da condição pós-moderna, as influências do processo de globalização da economia, as mudanças no mercado jornalístico e as alterações na edição do produto jornal diário. Para tanto, recorreremos a uma pesquisa em perspectiva sobre as transformações que ocorreram na cobertura do ensino brasileiro pela Folha desde a década de 1970. Para avaliar em profundidade essas mudanças, foram entrevistados jornalistas que estiveram e ainda estão diretamente ligados à cobertura sobre Educação no veículo em questão. As considerações finais apresentam o estado atual do tema Educação, como a tendência de priorizar o ensino superior, dando pouco espaço ao ensino fundamental e a políticas educacionais, mostrando a vinculação com o público de classe média, leitor do jornal.

Palavras-chave: Comunicação, Produto Midiático, Edição Jornalística, Jornalismo e Educação e Folha de S.Paulo.

Abstract

This paper develops an exploratory study focused on monitoring the evolutionary path of the press coverage on education in Brazil, made by the press with emphasis on the newspaper *Folha de S. Paulo* over the past four decades.

We consider the current context of the postmodern condition, the influences of the economy globalization process, the changes in the journalism business and the changes in the editing of the daily newspaper product. For such, we resort to a perspective research on the transformations that have occurred in the press coverage of the Brazilian education by *Folha* since the 70's.

In order to deeply evaluate these changes, there were interviews with the journalists who were and still are directly linked to the press coverage on education within such means of communication.

The final considerations introduce the current state of the Education theme, such as the tendency to prioritize higher education, providing a reduced space for the Elementary education and the educational policies, showing the bond with the middle class public who reads the newspaper.

Key-words: Communication, Press Product, Journalistic Edition, Journalism and Education and Folha de S.Paulo.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1: Os Novos rumos da sociedade contemporânea.....	12
1.1. As incertezas da evolução tecnológica.....	20
1.2. A crise da identidade e do domínio público.....	23
1.3. As iniciativas da ação individual.....	25
1.4. A mídia como forma de expressão social.....	29
Capítulo 2: Cobertura jornalística e Educação.....	32
2.1. A hipótese do <i>Agenda-setting</i>	32
2.2. O ensino no Brasil – um breve panorama.....	37
2.3. A repercussão midiática da Educação na Sociedade brasileira.....	49
Capítulo 3: <i>Folha de S. Paulo</i> – histórico em perspectiva.....	51
3.1 Linha editorial do periódico.....	54
3.2 Análise quantitativa e qualitativa das matérias sobre Educação no Brasil.....	56
3.3 Cobertura sobre Educação no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	58
3.4 Principais aspectos sobre a cobertura jornalística da Educação no País.....	62
Considerações finais.....	69
Referências.....	73
Anexos.....	76

Introdução

Para que seja possível avaliar o desenvolvimento de uma nação diante do processo irreversível da globalização da economia e da mundialização da cultura, um dos índices mais relevantes considerados por organismos e por instituições internacionais de todos os portes para efetuar essa mensuração, está na qualidade da educação ofertada no país tanto pelas esferas públicas quanto em âmbito privado, desde o ensino básico até os cursos de pós-graduação, incluindo as iniciativas em nível técnico e profissionalizante. Isso porque o contexto da realidade atual exige cada vez mais indivíduos formados e capazes de compreender as relações de caráter sistêmico entre todos os setores da sociedade, sabendo, portanto, atuar por meio do domínio das ferramentas tecnológicas que vêm alterando a dinâmica estrutural das condições de vida e, ao mesmo tempo, assumindo um papel preponderante no que diz respeito à velocidade das necessidades cruciais de mudança que determinam a configuração de um cenário sem precedentes no qual encontram-se inseridos países emergentes como o Brasil.

Como a educação se tornou uma das molas propulsoras que servem de parâmetro para a inclusão social na chamada “Era da Informação”, toda a série de medidas e também os cuidados relacionados ao sistema educacional de um país merecem destaque e atenção por parte da sociedade como um todo, cabendo aos meios de comunicação a importante tarefa de identificar, de apurar e de assinalar com profundidade de análise e de interpretação as reais condições do ensino brasileiro, constando os problemas e as iniciativas que estão sendo implementadas pelo governo para solucionar as principais questões de origem histórica que emperram e dificultam a expansão e a melhoria da maior parte das escolas do País, fazendo com que cerca de 70% da população ainda se mantenha na linha limítrofe que separa o cidadão alfabetizado de fato do analfabeto funcional, impedindo assim que o Brasil consiga ser visto e devidamente respeitado pelo conhecimento aqui transmitido e gerado para outras partes do mundo.

Essa breve explanação acerca do ensino brasileiro serve como justificativa para a elaboração desta dissertação que tem como objetivo principal fazer uma análise exploratória da cobertura jornalística da mídia impressa sobre o tema Educação do ponto de vista quantitativo e qualitativo, de forma geral em um primeiro momento e, na seqüência, com destaque especial para o jornal *Folha de S. Paulo* desde a década de 1970, quando esse tema recebia o status de editoria até a atualidade nesse veículo de comunicação, mostrando como o

projeto de reformulação ocorrido no início dos anos 1990 transformou o enfoque da publicação sobre a educação no Brasil, tendo em vista a preocupação do jornal em assumir uma postura de vanguarda objetiva e didática no que se refere à construção da nova realidade nacional, posicionando-se como um dos veículos de comunicação mais expressivos e críticos, levando-se em conta a representatividade de leitores em nível nacional.

Para compreender as mudanças que ocorrem com a cobertura jornalística sobre Educação não somente no caso da *Folha de S. Paulo*, mas para a mídia em geral, o capítulo inicial busca compreender a essência das mudanças que vêm afetando o mundo nos últimos 40 anos, desde a queda do muro de Berlim até a atual configuração geopolítica e econômica, passando pelos processos de privatização, de fusão e de aquisição na esfera econômica e também pelo surgimento da informatização e da Internet como difusora de formatos inéditos de comunicação e de expressão. Inserido nessa nova ordem de transformações, o Brasil destaca-se como nação emergente, embora aspectos básicos como educação e saúde sejam mantidos de forma precária pelo poder público, que não atende de forma suficiente e digna às necessidades das camadas menos favorecidas que representam a maioria da população.

Com o intuito de tornar possível a pesquisa proposta, o segundo capítulo divide-se basicamente entre a abordagem da forma como os meios de comunicação são pautados (*agenda-setting*) para determinar aquilo que deve ou não ser considerado relevante para a formação do conceito de opinião pública e o levantamento dos principais momentos da história da educação no Brasil, desde a chegada dos jesuítas e da família real, passando pelo *Manifesto dos Pioneiros* com a chegada do regime republicano, até propostas mais inovadoras e ousadas como no caso do método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire e a perspectiva construtivista da Escola Nova. Esse panorama mostrou-se extremamente útil por revelar as origens elitistas do acesso ao ensino de boa qualidade no País, mostrando que essa situação, de certa forma, ainda se mantém na atualidade, acentuada pelo declínio dos órgãos públicos provocado pelas privatizações na área econômica e pela falência do Estado como organismo centralizador dos interesses coletivos que cedem cada vez mais espaço ao individualismo exacerbado, o que leva milhões de brasileiros à exclusão digital e à falta de oportunidades atraentes no mercado de trabalho qualificado.

Já o terceiro capítulo foi destinado especificamente a estudar o jornal *Folha de S. Paulo* desde o seu surgimento como um veículo de comunicação em constante processo de mutação que visa abranger o status de porta-voz da classe média brasileira no sentido cosmopolita. As informações contidas nesse capítulo são de extrema importância para que se possa compreender as peculiaridades da *Folha* em relação aos demais jornais do País, que a

diferem do ponto de vista informativo e mercadológico. Vale lembrar também da construção de uma imagem de engajamento e de questionamento social, procurada pelos diretores e pelos editores da publicação que abraçou e apoiou, no decorrer da sua história, diversas manifestações de relevância nacional como a luta contra a ditadura militar, o movimento das *Diretas Já* e do *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, entre outros. Além disso, a Folha sempre abriu espaço tanto no terreno informativo quanto no âmbito opinativo para que jornalistas renomados sugerissem propostas de falar e de discutir o tema Educação de acordo com a conjuntura política e social de cada época, como comprovam as entrevistas com jornalistas que já atuaram nesse campo e ainda atuam como colaboradores do jornal.

No quarto e último capítulo, o enfoque principal fica por conta de uma pesquisa quantitativa sobre Educação realizada em 2007 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), abrangendo dezenas de veículos informativos, que verifica como este tema vem sendo abordado e indicando quais são os desdobramentos mais recorrentes. Segue-se a esse levantamento uma abordagem específica para o jornal *Folha de S. Paulo*, trazendo a postura que essa publicação vem adotando em relação à concorrência na cobertura do ensino no Brasil em seus diversos níveis desde a década de 1970 até os dias atuais. Os dados revelados por essas pesquisas permitem chegar às conclusões específicas acerca da natureza da contribuição do veículo em questão para que a sociedade brasileira possa ter acesso a informações e opiniões suficientes que possibilitem uma reflexão aprofundada sobre as condições do ensino no País, além de revelarem porque ocorreram mudanças profundas na forma de cobrir e de discutir esse tema, em virtude da nova configuração geopolítica, social, econômica e cultural moldada pela chegada do século XXI.

Também nesse capítulo final, as entrevistas feitas com os profissionais de jornalismo ligados à *Folha de S. Paulo* colaboram de maneira significativa para as considerações conclusivas deste trabalho, no sentido de elucidar e de esclarecer a cobertura possível diante da iminência de uma nova realidade capaz de transcender as fronteiras do tempo e do espaço por intermédio da tecnologia, dando origem a uma era na qual o conhecimento e a informação se fazem cada vez mais precisos e necessários. Por todas essas razões, estudar a cobertura da educação no Brasil, focando em um único veículo de comunicação de prestígio nacional para compreender a evolução da sua trajetória, requer uma articulação meticulosa entre as novas teorias que se apresentam em todos os campos do saber e o exercício da prática jornalística no seu compromisso firmado de manter a sociedade brasileira ciente de todas as conseqüências negativas que o descaso e a negligência com o ensino em geral podem causar.

Capítulo 1: Os novos rumos da sociedade contemporânea

Dez anos após a euforia provocada pela virada do terceiro milênio, a humanidade caminha agora sem rumo em busca de novos parâmetros referências de conduta em âmbito social, político e econômico. Depois de um século revolucionário, marcado por duas grandes guerras mundiais, pela conquista espacial, pela desarticulação do socialismo como prática social e política e pelo surgimento da informatização dos costumes, pelo menos no que se refere à parcela da população que possui acesso aos computadores, resta saber até que ponto as experiências já vivenciadas contribuíram de fato para a melhora das condições de vida em todo o Planeta.

Se o homem pertencente às sociedades arcaicas da antiguidade e das civilizações regionais que se seguiram, encontrava modos de espelhar seus conflitos por meio da manutenção do poder e das formas de produção cultural em todos os níveis, ele o fazia baseado em suas crenças elementares, quase sempre estendidas ao coletivo. Durante todo o processo civilizatório, os conceitos idealizados acerca das divindades, da justiça, da razão de ser e de existir foram sofrendo mudanças constantes de acordo com as descobertas de novos instrumentos, de novos sistemas de pensamentos e, ainda, de novos mundos. No entanto, as noções dos limites espaciais e temporais se mantiveram perenes e puderam, assim, servir de sustentáculo para a caminhada na direção de uma façanha em algum tempo e lugar no futuro.

Era exatamente esse desejo incessante de conquista que movia as aldeias agrícolas indiferenciadas, as hordas pastoris nômades, os estados rurais artesanais, os impérios teocráticos do regadio, os impérios mercantis escravistas, os impérios despóticos salvacionistas, o capitalismo mercantil e o colonialismo, o imperialismo industrial e o neocolonialismo, assim como a expansão socialista e a chamada revolução termonuclear. Havia a certeza de uma recompensa, seja de ordem material, seja de ordem espiritual, esperando lá na frente, bastando apenas que o homem se empreendesse na aventura de lutar por ela até conseguir alcançá-la.

Um breve passeio pela história humana permite observar a presença constante de exemplos de lutas ideológicas que descrevem um movimento bipolarizado, ou seja, uma força se contrapondo à outra, muitas vezes em pé de igualdade, na tentativa de compreender e de ratificar um ideal de justiça para todos. Era a luta do bem contra o mal, dos oprimidos contra os opressores, da democracia contra a ditadura, da liberdade contra a censura, do novo contra o velho, do progresso contra o retrocesso. Enfim, até meados do século XX, não era difícil

encontrar protagonistas adequados a esse cenário dicotômico, no qual permanecia a certeza de uma batalha a ser vencida a serviço do desenvolvimento da civilização.

Pois é exatamente essa segurança idealizada que vem abandonando a humanidade nessa virada do milênio. Como afirmou o sociólogo polonês Zygmunt Bauman em sua inquietante abordagem sobre a contemporaneidade, o homem de hoje trocou boa dose da sua segurança, ou seja, a garantia do Estado de bem-estar por uma porção igual de liberdade, tornando-se agora prisioneiro dessa nova ordem em todas as suas implicações sociais, políticas e econômicas.

Empregos vitalícios já não existem. Na verdade, empregos como tais, da maneira como outrora os compreendíamos, já não existem. Sem estes, há pouco espaço para a vida vivida como um projeto, para planejamento de longo prazo e esperanças de longo alcance. Seja grato pelo pão que come hoje e não cogite demasiado do futuro. O símbolo da sabedoria já não é mais a conta de poupança. Atualmente, pelo menos para os que podem se dar ao luxo de ser sábios, passou a ser os cartões de crédito e uma carteira cheia deles (Bauman, 1998).

A palavra contemporaneidade foi escolhida para evitar a utilização de pós-modernidade, em razão da grande polêmica gerada por essa expressão no meio acadêmico e fora dele. Prova disso está na colocação do historiador e professor da Universidade de São Paulo, Nicolau Sevcenko, para quem não existe qualquer unidade dentre as experiências artísticas e filosóficas que têm sido postas sob a legenda do pós-modernismo. Para ele, não há nem mesmo um consenso sobre o significado desse termo

(...) Trata-se antes de uma atitude nascida do espanto, do desencanto, da amargura aflitiva, que procura se reconstruir em seguida como uma alternativa parcial, desprendida do sonho de arrogância, de unidade e poder, de cujo naufrágio participou, mas decidiu salvar-se a tempo, levando consigo o que pôde resgatar da esperança (Sevcenko, 1995).

Já o historiador inglês Perry Anderson tentou traçar o percurso do termo recorrendo a um relato histórico das suas origens conceituais, que pode ser compreendido como um balanço capaz de identificar de forma mais precisa as diversas fontes nos respectivos contextos espaciais, políticos e intelectuais, com maior atenção para a seqüência cronológica. De acordo com ele,

(...) a idéia de um 'pós-modernismo' surgiu pela primeira vez, ao contrário da expectativa convencional, no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes do seu aparecimento na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Criada pelo poeta Federico de Onís, a idéia de um estilo 'pós-moderno' entrou para o vocabulário da crítica hispanófono, embora raramente usada por escritores subseqüentes com a precisão que ele lhe dava - descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo - mas não teve maior

ressonância. Só uns vinte anos depois, o termo surgiu no mundo anglófono como categoria de época e não de estética. (Anderson, 1999).

Anderson prosseguiu seus estudos observando que o moderno - estético ou histórico - deve ser considerado como um presente absoluto, pois cria uma dificuldade peculiar para a definição de qualquer período posterior, que o converteria num passado relativo. Dessa forma, o recurso a um simples prefixo denotando o que vem depois, é virtualmente inerente ao próprio conceito, cuja ressonância se poderia esperar de antemão sempre que se fizesse sentir a necessidade ocasional de um marcador de diferença temporal. Portanto, o uso nesse sentido do termo *pós-moderno* sempre foi de importância circunstancial. No campo da filosofia, a primeira obra sobre essa questão foi *A Condição Pós-Moderna*, de Jean-François Lyotard, publicada em Paris em 1979. Com *A Condição Pós-Moderna*, Lyotard anunciou a derrocada de todas as narrativas grandiosas, em especial a do socialismo clássico. Nos textos subsequentes, ele ampliou a lista das grandes narrativas então extintas: a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica e o racismo nazista.

Com a profunda mudança de conjuntura nos anos 80 e 90, longe de terem desaparecido as grandes narrativas, parecia que, pela primeira vez na história, o mundo caía sob o domínio da mais grandiosa de todas - uma história única e absoluta de liberdade e prosperidade, a vitória global do mercado (Anderson, 1997).

Outro termo que merece cuidado com relação à sua utilização no que tange à compreensão formal do momento atual é a chamada “globalização”. Muitas teorias e estudos já se propuseram a explicar a significação desse conceito em suas múltiplas esferas de alcance de influência, mas, em razão da complexidade dos elementos envolvidos nesse conceito, é melhor trabalhar apenas com a noção de uma possível tendência e não como uma mudança geral na condição humana. Aquilo que de fato está sendo “globalizado”, em que sentido e com que finalidade, parece não importar à maioria das pessoas. A idéia de que o mundo está interconectado e de que as fronteiras estão em processo de desintegração possui um apelo por demais sedutor para que alguém possa refutá-la. Entretanto, torna-se imprescindível entender esse ideal contemporâneo de uniformidade com o objetivo de avaliar a real dimensão das causas e das conseqüências envolvidas nessa imagem fabricada do mundo que está presente nos slogans publicitários espalhados pelas ruas das grandes cidades, na literatura, na economia, no discurso político e, principalmente, na mídia impressa e eletrônica. Nesse contexto, a própria noção de indústria e mercado cultural também passa por inflexões inéditas no sentido da concepção de centros hegemônicos de dominação cultural. O mais

impressionante, porém, quando nos detemos a avaliar a repercussão do global está nos diversos e, muitas vezes contraditórios, significados atribuídos ao *significante* “globalização” por estudiosos de todas as áreas, estabelecendo assim um eixo de *significação* extremamente paradoxal para a compreensão da realidade atual.

Nesse contexto, expressões de euforia, angústia, radicalismo, deslumbramento, contestação e negação sobre o assunto parecem coexistir lado a lado na teoria, quase de forma complementar, o que deixa transparecer o intrincado jogo de valores e percepções que está por trás do *significante* “globalização”. O sociólogo brasileiro Octavio Ianni considera essa nova era um grande desafio em função do seu dinamismo surpreendente e inesperado, capaz de romper a linearidade seqüencial da história humana. Para ele,

(...) a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. “Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vôos da imaginação (Ianni, 1996).

Já o economista e professor Paulo Nogueira Batista Jr. defende que a “globalização” não passa de uma “falsa novidade”, uma maneira ainda mais sofisticada de disfarçar as diversas formas de imperialismo. Ele acredita ser a *Globalização* a palavra da moda para um fenômeno muito antigo, que remonta à expansão da civilização européia, desde o final do século XV. Foram as grandes navegações, iniciadas por Portugal e Espanha, que deram partida à formação gradual de um mercado mundial.

Portanto, o que está na origem do que hoje se conhece como globalização é a colonização, processo que, como se sabe, gerou uma ampliação das desigualdades entre os países colonizadores e os países colonizados. Cabe até perguntar se o fascínio pelo tema da globalização em países como o Brasil não seria um reflexo atávico da mentalidade colonial (Batista Jr, 1997).

Uma visão diferente sobre o mesmo tema possui o sociólogo Renato Ortiz, para quem a globalização ainda se trata de um fenômeno recente, em fase de construção. Ele até fez uma distinção entre os termos “global” e “mundial”, reservando o primeiro para se referir aos processos ligados à economia e à tecnologia, e o segundo associado especificamente ao domínio da cultura. De acordo com ele, “seria mais conveniente compreender a mundialização como processo e totalidade que penetra as partes no seu âmago, redefinindo-as

nas suas especificidades”. Neste sentido, seria impróprio falar de uma cultura-mundo, cujo nível hierárquico se situaria fora e acima das culturas nacionais e locais (Ortiz, 1994). Também para Ianni, globalização não quer dizer homogeneização.

Trata-se de uma realidade nova que integra, subsume e recria singularidades, particularidades, idiosincrasias, nacionalismos, provincianismos, etnicismos, identidades ou fundamentalismos. Ao mesmo tempo que se constitui e movimenta, a sociedade global subsume e tensiona uns e outros: indivíduos, famílias, grupos e classes, nações e nacionalidades, religiões e línguas, etnias e raças. As identidades reais e ilusórias baralham-se, afirmam-se ou recriam-se. No âmbito da globalização, abrem-se outras condições de produção e reprodução material e espiritual (Ianni, 1996).

Já na visão nada otimista dos jornalistas alemães Hans-Peter Martin e Harald Schumann sobre a “globalização”, a sociedade contemporânea encontra-se diante de uma armadilha à democracia.

Para centenas de milhões de pessoas, o processo global inexistente. Soa-lhes como um escárnio a fórmula que os chefes de governo das sete nações mais industrializadas levantaram como lema do Encontro de Cúpula do antigo G-7 em fins de junho de 1996, em Lyon: fazer da globalização um sucesso que beneficie a todos (Martin, 1997).

Fundamentando-se nas avaliações procedentes de uma reunião ocorrida entre os principais dirigentes políticos e econômicos do planeta em setembro de 1995, na Califórnia, eles vislumbraram o terror de um novo século cuja maioria da população, cerca de 80%, será excluída das atividades profissionais, permanecendo à margem de toda e qualquer forma de poder. Assim sendo, ficaria a cargo dos 20% restante manter o ritmo da economia em escala mundial por meio da eficácia cada vez maior da informática e da livre concorrência entre os mercados consumidores. Ficaria, portanto, a cargo de entidades “filantrópicas” e de natureza “beneficente” entreter essa imensa massa populacional, garantindo a ela condições mínimas de sobrevivência. Eis aqui um grande paradoxo inerente a essa visão pessimista do futuro da história humana: como a economia pode crescer ou mesmo permanecer estável com tamanha retração do número de consumidores?

Ainda dentro dessa perspectiva dramática, o processo de globalização, em especial da economia, tende a aumentar cada vez mais o abismo entre pobres e ricos, conforme comprovam as estatísticas sobre fontes de rendimento. A adaptação cega às imposições do mercado mundial estaria conduzindo de forma radical as sociedades atuais do bem-estar à anarquia, à desintegração das estruturas sociais de cujo funcionamento dependem inexoravelmente. Portanto, a única saída prevista com o objetivo de evitar esse colapso do

pouco equilíbrio que ainda resta ao Planeta, estaria no resgate do poder político sobre o econômico, na recuperação da capacidade de agir do Estado.

Uma postura semelhante assume o cientista político Alex Fiúza de Mello, que analisou o fenômeno do globalismo sob uma óptica convergente à delineada pelos jornalistas alemães. Em seu artigo intitulado *O Primeiro Manifesto da Globalização*, a partir do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels publicado há 150 anos, ele traça um panorama crítico da atualidade.

Numa sociedade cada vez mais globalizada, modificam-se com extrema rapidez os padrões de sociabilidade, da vida cultural e da existência, sendo atingidos, em conseqüência, os padrões de organização do trabalho e da consciência social forjados no âmbito da sociedade nacional. Nesse contexto, portanto, a civilização do capital interligou o mundo, criando em todos os pontos do globo vontades e necessidades idênticas, iniciativas e impasses, soluções e problemas. Converteu toda riqueza em riqueza industrial e financeira; todo trabalho em trabalho morto a serviço do capital; todos os povos em massas simultaneamente privadas de propriedade; cada país, em 'variável dependente' das perturbações dos restantes. Condenou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o cientista, à vala comum do assalariamento universal, reduzindo, outrossim, as relações familiares a meras relações monetárias. Ao longo desse percurso - que ainda não se consumou -, teve o capital que dissolver tudo que é sólido (nações, Estados, espaços, tempos, costumes, gostos etc.), redefinindo, destruindo e/ou recriando, a cada tempo e lugar, segundo seus interesses conjunturais e exigências estruturais, o papel de todas e de cada uma dessas formatações societárias (Mello, 1998).

O estudioso ressaltou ainda que a modernidade capitalista situa-se como uma espécie de transição de um estado de rigidez, onde havia uma ordem pré-estabelecida em ebulição, para um estado fluido das coisas, que encontra representação em esferas simbólicas cada vez mais complexas, impulsionadas pelas conquistas tecnológicas, libertando os costumes do lugar, as imagens do tempo e a cidadania da nacionalidade. Resta saber agora, se em plena era global, não seriam os meios de comunicação os encarregados de desempenhar esse importante papel de recriação e montagem daquilo que se perdeu, ou melhor, se deslocou, com o objetivo de pontuar os sinais de referência dos sentidos contraditórios da realidade emergente.

Uma posição crítica visionária adota John Naisbitt, um dos mais conhecidos especialistas em análise de tendência da nossa época. Para ele, quanto maior for o prevaecimento da economia em escala mundial, mais fortalecidas sairão as partes menores envolvidas, incluindo nações, empresas e indivíduos. De acordo com essa perspectiva, a revolução das telecomunicações tende a ampliar o papel do indivíduo em função do acesso cada vez maior às informações, da maior velocidade de execução e da maior capacidade de se comunicar com qualquer um ou com grande número de pessoas em qualquer lugar e a

qualquer momento. “Todas as tendências apontam para tornar o protagonista menor da economia global cada vez mais poderoso” (Naisbitt, 1994). Essa visão positiva do processo de globalização enfatiza a idéia de que o mundo caminha a passos largos rumo à emancipação das partes em relação ao todo, encarando essa fragmentação como fonte infinita de benefícios e oportunidades de desenvolvimento para todos.

Quanto mais universais nos tornamos, mais tribalmente agimos, o que, no paradoxo global, também significa partes menores e em maior número. O desejo de equilibrar o tribal e o universal sempre existiu. Agora, a democracia e a revolução nas telecomunicações alçaram essa necessidade de equilíbrio entre o tribal e o universal a um patamar mais elevado (Naisbitt, 1994).

Tantas posições antagônicas sobre os efeitos da chamada globalização revelam a extrema complexidade de compreensão do fenômeno. Uma complexidade de tal ordem, que nem análises teoricamente fundamentadas em pressupostos sociológicos traçados durante toda a história da humanidade, nem as atuais expressões de otimismo contra posturas reacionárias aos avanços da tecnologia dão conta de abranger as mudanças que tomam conta do Planeta. No entanto, não se pode negar a associação entre “globalização” e capitalismo, entre a falência do Estado e o incentivo ao poder privatizado. O que se consome, hoje, são produtos sem pátria, sem carteira de identidade e sem sotaque identificável.

A necessidade de redução dos custos vem impondo estratégias de competitividade ao mercado, que estão mudando os conceitos de nacionalismo, mas até que ponto? Difícil de avaliar em razão das variáveis que se interpõem a esse processo. Ansiedade, euforia, otimismo e pessimismo são atitudes pertinentes e complementares nesse momento tão pouco estável da evolução humana. Para uns, a globalização é a revolução do fim do século XX, enquanto para outros, é tão velha como Matusalém. Apesar de existir atualmente, em nível mundial, um contingente de mais de 800 milhões de pessoas desempregadas ou alojadas em subempregos precários, é perigoso estabelecer, a priori, que a economia global seja a grande responsável por isso.

Para outros estudiosos ainda, a globalização começou na década de 1970, a partir do aumento da produção industrial, sendo estimulada e acelerada pela necessidade de expansão das organizações em busca de novos mercados e mão-de-obra barata. No entanto, mesmo envolvendo tantas divergências, torcidas e indignação, tensões e contradições, não se trata aqui de se posicionar de forma ideológica contra ou a favor da sociedade global. Indiscutivelmente, ela representa um estágio evolutivo ao qual o homem chegou depois de milênios de lutas e conquistas, exigindo, no mínimo, um questionamento à altura dessa árdua

caminhada, sem posturas reducionistas ou comprometidas com interesses individuais ou setoriais.

Os efeitos desse fenômeno tão polêmico na comunicação devem, portanto, merecer a devida análise, uma vez que se observa uma nova realidade em mutação que carece de estudo reflexivo e prático à luz das teorias expostas. Se as partes fragmentadas saírem perdendo ou ganhando em relação ao todo antes centralizado, se o indivíduo está se tornando mais forte ou mais fraco diante da urgência de interação com a tecnologia e da homogeneidade das informações, são questionamentos que somente o passar dos anos deverá esclarecer. A contribuição que pode ser dada no presente momento consiste em apontar as nuances que evidenciam as transformações que ocorrem na imprensa, estimuladas pela ascensão da idéia de globalismo em suas múltiplas acepções e interferências no comportamento cultural da(s) sociedade(s). De acordo com Néstor García Canclini, estudioso das peculiaridades culturais latino-americanas, a incerteza referente ao sentido e ao valor da contemporaneidade vai além daquilo que separa nações, etnias e classes sociais, abrangendo também os cruzamentos sócio-culturais em que o tradicional e o moderno se misturam.

Para analisar as idas e vindas da modernidade, os cruzamentos das heranças indígenas e coloniais com a arte contemporânea e as culturas eletrônicas, talvez fosse melhor não fazer um livro. Nem mesmo um filme, nem uma telenovela, nada que se entregue em capítulos e vá de um começo a um fim. Talvez se possa usar este texto como uma cidade, na qual se entra pelo caminho do culto, do popular ou do massivo. Dentro, tudo se mistura, cada capítulo remete aos outros, e já não importa saber por qual acesso se entrou (2000).

Somente esse balizamento possível visa trazer à tona os elementos indispensáveis a uma postura crítica desmistificada e consciente das alternativas viáveis à atividade jornalística enquanto agente estrutural da formatação dos valores que regem o organismo social em sua ordem emergente. Para o visionário “guru da mídia” Marshall MacLuhan, introdutor do conceito de aldeia global, conforme vivenciando a nova era da eletrônica com indicativos cada vez mais acentuados dos seus principais contornos, a era mecânica que a precedeu torna-se completamente compreensível e previsível. Agora que a linha de montagem se reorganiza diante da nova configuração da informação sincronizada, os milagres da produção em série presumem total inteligibilidade. Porém, ao gerar desemprego e comunidades marginalizadas, as inovações da automação nos envolvem em novas e profundas indagações a respeito do futuro da humanidade.

1.1 As incertezas da evolução tecnológica

Em nenhuma outra época da sua história, o ser humano teve tanta tecnologia à sua disposição, presente diariamente para ajudá-lo a realizar tarefas das mais simples às mais complexas. Algumas até mesmo inviáveis sem a utilização de recursos bastante sofisticados que requerem altos investimentos financeiros por parte das elites globais em termos de pesquisa e desenvolvimento. No entanto, esse avanço tecnológico não pode ser interpretado como sinônimo de felicidade, justiça social ou liberdade, ideais que sempre nortearam a noção positivista de progresso que predominou durante os séculos XIX e XX.

Pelo contrário, a criação do universo cibernético, com seus chips eletrônicos e suas imagens de alta definição, bem como a inserção nele, só fez revelar o tamanho do abismo existente na relação homem-mundo. Como observa Bauman,

(...) a oposição 'longe-perto' tem mais uma dimensão crucial: aquela entre a certeza e a incerteza, a autoconfiança e a hesitação. Estar 'longe' significa estar com problemas - o que exige esperteza, astúcia, manha ou coragem, o aprendizado de regras estranhas que se podem dispensar alhures e o seu domínio sob desafios arriscados e cometendo erros que muitas vezes custam caro (1999).

Dentre todos os fatores técnicos da mobilidade que marcou a história moderna, o mais decisivo foi, sem dúvida, o transporte da informação que não envolve a participação direta do movimento de corpos físicos.

Desenvolveram-se de forma consistente meios técnicos que também permitiram à informação viajar independente dos seus portadores físicos - e independente também dos objetos sobre os quais informava. A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu por sua vez a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim - no que diz respeito à informação - à própria noção de 'viagem' (e de 'distância' a ser percorrida), tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria quanto na prática (Bauman, 1999).

O problema crucial a ser considerado é que, em vez de tornar a condição humana homogênea, a anulação das distâncias temporais/espaciais permitida pela tecnologia inclina-se a polarizá-la. Ou seja, ao mesmo tempo em que emancipa algumas das restrições territoriais de maneira formidável e inusitada, aprisiona uma grande maioria a um deserto doméstico desprovido de significados e da própria capacidade de identificação com a dinâmica do mundo. Entretanto, apesar dessa tendência apontar na direção de um universo sem fronteiras e

de dimensões multifacetadas, não se pode falar ainda em “revolução” tecnológica, uma vez que a idéia de revolução implica essencialmente uma mudança de ordem infra-estrutural, o que não se verifica de fato na atualidade.

Grosso modo, não é possível afirmar que os computadores, as fibras ópticas e os aparatos tecnológicos de última geração tenham alterado a maneira substancial de viver da maioria dos habitantes do Planeta. Nem mesmo no que diz respeito às elites globais, as transformações geradas pela evolução da tecnologia podem ser consideradas como parâmetro de referência para uma nova forma de organização social. De maneira ainda superficial, criam hábitos de consumo, modismos, além de prover ambientes mais confortáveis, sem com isso, interferir decisivamente nas relações sociais em suas instâncias mais elementares. Como atesta Wilson Dizard Jr., professor de comunicação da Georgetown University e associado senior do programa de políticas de comunicação do Center for Strategic and International Studies em Washington,

(...) o acesso à mídia e a outros recursos de informação nos Estados Unidos é desigual por uma série de fatores, sendo o mais importante deles está no fato de dezenas de milhões de americanos ainda serem analfabetos funcionais. O analfabetismo é causa e também efeito de disparidades econômicas. Milhões de famílias não têm os meios econômicos para se conectar a sistemas de TV a cabo, muito menos tirar vantagem da Internet e de outros serviços avançados (2000).

No entanto, não se pode negar que o mundo interage com a tecnologia diariamente, e que, dessa interação nascem questionamentos importantes que desafiam padrões já estabelecidos. Do ponto de vista da comunicação, Dizard afirmou que

grandes mudanças já ocorreram. A televisão a cabo, os DVDs domésticos e a Internet são os exemplos mais familiares das tecnologias recentes que estão atualmente causando grande impacto nos padrões da mídia. Essas novas tecnologias têm roubado audiência das transmissões televisivas abertas e de outros serviços tradicionais ((2000).

Assim, o discurso da tecnologia libertadora vai ganhando terreno e adeptos das mais variadas origens e condições sociais que desejam fazer dessa bandeira uma espécie de resgate da utopia perdida do progresso. Porém, longe da ingenuidade e também do pessimismo exacerbado de muitos no que diz respeito à evolução tecnológica, é preciso pensá-la dentro de um contexto maior, que vai além das condições materiais. Entra em jogo aqui a questão do poder e dos interesses que regem as relações sociais e individuais numa escala de novos valores nunca antes alcançados. Talvez a polarização que dividia o mundo entre capitalismo e socialismo, oprimidos e opressores, em vez de desaparecer, esteja ganhando contornos

inéditos e assustadores. A própria idéia de que o socialismo se esgotou como proposta política e social não significa que as tensões e confrontos entre idéias divergentes tenham deixado de existir.

Com a desarticulação dos mecanismos que criaram e mantiveram a Guerra Fria durante décadas, provocada em primeira instância pela queda do Muro de Berlim e, em um segundo momento, pelo desmoronamento do bloco soviético, a grande ameaça hoje não é mais a bomba atômica e a iminência do terceiro conflito mundial. É a marginalização tecnológica, em suas múltiplas implicações, que passa a ocupar esse território perigoso do imaginário coletivo, traçando caminhos tortuosos e becos sem saída ao deixar em seu rastro o impasse entre avanço e retrocesso, entre bem-estar e exclusão social.

Nem mesmo os atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001, que resultaram na destruição da sede do World Trade Center em Nova York e parte do Pentágono, em Washington, além daqueles em menor escala que abalaram as cidades de Madrid e de Londres, possuem um apelo suficiente para devolver ao mundo o emblema ilusório da “luta do bem contra o mal”, como definiu o presidente norte-americano George W. Bush em sua declaração de guerra ao Afeganistão, ao Iraque e ao terrorismo. Apesar de se tratar de conflitos cujos contornos e conseqüências ainda estão em desdobramento, não se configura um cenário bélico de proporções globais, com o envolvimento de superpotências num embate de forças igualitárias. Nesse caso, vítimas e vilões se confundem a todo instante num jogo de esconde-esconde que deixa transparecer de um lado a coesão de grupos fanáticos sem limites e, do outro, a fragilidade de um império que se supunha inabalável até a crise econômica de 2008.

1.2 A crise da identidade e do domínio público

O avanço desigual da tecnologia tem levado o ser humano a experimentar a estranha e angustiante sensação de estar vivendo uma realidade virtual, constituída por visões fragmentadas da sua própria condição. Tamanha é a ausência de referenciais simbólicos diante de tantas inovações, que se torna cada vez mais complicada a tarefa de elaborar previsões de qualquer espécie, seja a curto, seja em longo prazo. Como observa o geógrafo da Universidade de Oxford, David Harvey,

(...) à medida que o espaço se encolhe para se tornar uma *aldeia global* (grifo do autor) de telecomunicações e uma *espaçonave planetária* (grifo do autor) de interdependências econômicas e ecológicas e à medida que os horizontes temporais se encurtam até o ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais (1992).

Essas alterações encontram-se intimamente vinculadas à noção de identidade na contemporaneidade, partindo do princípio de que as identidades modernas estão sendo descentradas, quer dizer, deslocadas ou fragmentadas. O destacado especialista inglês em estudos sociais, Stuart Hall, argumentou que

(...) um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas nessa virada de século. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma crise de identidade para o indivíduo (1997).

Nesse cenário, o próprio conceito de identidade situa-se em uma esfera por demasiado complexa dentro das ciências sociais para ser equacionado e elaborado de forma definitiva. A primeira noção de sujeito vem do Iluminismo, proposta pelo filósofo francês René Descartes que concebia a existência de um ser humano centrado, unificado e capaz de agir de acordo com seu núcleo interno de ação e consciência. Já a idéia de “sujeito sociológico”, desenvolvida a partir da complicação crescente da modernidade pressupunha um indivíduo sem autonomia, que se formava na relação com a sociedade que o cercava, intermediando assim para ele todo o aspecto cultural da sua visão de mundo, bem como uma concepção de caráter interativo da identidade e do eu. Nesse contexto, sujeito e estrutura implicavam um

todo unificado constituindo um jogo “coerente” e estabilizado, assegurando a conformidade subjetiva aos objetivos culturais. Contudo, é exatamente esse pretenso “equilíbrio” que ambas as teorias acima tentaram buscar, a questão central relativa à identidade do sujeito pós-moderno.

Ainda na visão de Hall,

(...) o próprio processo de identificação, por meio do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (...) Dentro de nós, há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (1997).

O sentido de deslocamento aqui pode ser explicado não por uma mera substituição, mas sim como uma pluralidade de outros centros de poder. Ou seja, a idéia de sujeito unificado passa a ser encarada enquanto utopia desde suas origens para dar lugar a um novo sujeito multifacetado que se altera a todo instante em sua dinâmica evolutiva. Mas não se trata do novo em oposição ao antigo, às tradições já existentes. A interconexão de diferentes regiões do globo, como também a reestruturação das escalas de tempo e espaço nos sistemas sociais, estaria produzindo projeções inéditas de confronto e assimilação de sentidos que dão lugar a um quadro intrincado de valores capazes de criar e recriar realidades inusitadas cuja articulação sempre parcial implica uma estrutura de identidade permanentemente aberta e ilimitada.

1.3. As iniciativas da ação individual

A descentração da suposta idéia de sujeito racional não pode ser explicada apenas como uma passagem simplista e acabada de um momento para outro da história da humanidade. Trata-se de um processo lento que surge como resultado da reinterpretação de teorias como a marxista que concebe a ação humana somente com base em condições históricas dadas e determinadas pela produção de bens materiais. “O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo” (Marx, 1978:111). Também faz parte desse contexto a descoberta do inconsciente por Sigmund Freud como reduto das pulsões humanas reprimidas pelo ego e sujeitas à organização de uma noção temporal totalmente diversa da linearidade vivenciada pela experiência consciente. A releitura feita pelo pensador psicanalítico Jacques Lacan dos processos de condensação e deslocamento do inconsciente proporciona uma ligação imediata com a linguagem.

Também a teoria estruturalista de Ferdinand de Saussure que elaborou o significado das palavras nas relações de similaridade e diferença no interior do código lingüístico e fez uma analogia entre língua e identidade, contribuindo para o descolamento do eu. Como observou o moderno filósofo francês da linguagem, Jacques Derrida, o significado apresenta uma instabilidade permanente. Apesar de buscar o fechamento da identidade, existe uma perturbação constante inerente a ele advinda da diferença que o faz escapular de nós a todo momento. A partir do significante, sempre estarão presentes significados suplementares que fogem a qualquer tipo de controle, subvertendo a ordem, bem como a tentativa de criação de mundos fixos e estáveis.

Outro trabalho que merece destaque nesse contexto desestabilizador do sujeito cartesiano refere-se ao filósofo e historiador francês Michel Foucault que introduziu a noção de “poder disciplinar”, cujo objetivo consiste em regular e controlar todos os aspectos que envolvem a vida humana por meio de instituições coletivas como escolas, fábricas, quartéis, prisões, hospitais, entre outras, que impõem suas disciplinas às sociedades modernas com base principalmente no regime administrativo e sistemático. O que desperta a atenção nesse conceito, porém, decorre da observação de que as técnicas e a aplicação dessa forma de poder do saber especializado resultaram na intensa fragmentação do indivíduo, revelando o paradoxo de que quanto maior for a essência coletiva e ordenadora da modernidade, maior se torna o isolamento e a individualização do sujeito.

Com o objetivo de concluir o panorama da chamada crise de identidade, é preciso considerar ainda o surgimento da corrente filosófica existencialista que teve em Nietzsche seu precursor e em Jean-Paul Sartre, com o seu existencialismo ateu, seu principal expoente no século XX. Trata-se de uma doutrina que sustenta uma metafísica da primazia da existência sobre a essência, traduzida pelo absurdo da condição humana e pela negação de qualquer pensamento de ordem espiritual acima dela. De acordo com essa perspectiva pessimista, o homem está presente no mundo apenas biologicamente e somente a partir da convivência com o seu semelhante é que adquire uma essência determinada. O indivíduo sofre a influência não só da idéia que tem de si mesmo, mas também de como pretende ser, pois não pode ser outra coisa senão aquilo em que se constituiu na realização concreta da sua marcha implacável para o nada.

Resta, então, juntar a essas visões multifacetadas do homem o impacto dos movimentos sociais que agitaram as décadas de 1960 e 1970, enquanto manifestações críticas ao sistema vigente, contemplando a identidade social daqueles que os sustentavam. Como exemplo, pode-se citar o feminismo, as lutas pelos direitos civis, as revoltas estudantis, enfim, todas as frentes de oposição à organização burocrática do poder em benefício da espontaneidade e da ação política. Surgem daí questionamentos em torno da clássica divisão entre o “dentro” e o “fora”, entre os conceitos de “público” e “privado”, que passam a reger a textura das relações humanas projetadas em uma nova dimensão na qual as esferas políticas e pessoais interagem de forma convergente.

Na visão de Richard Sennett, crítico da cultura liberal e também professor da New York University,

as sociedades ocidentais estão mudando a partir de algo semelhante a um estado voltado para o outro, para um tipo voltado para a interioridade - com a ressalva de que, em meio à preocupação consigo mesmo, ninguém pode dizer o que há dentro. Como resultado, originou-se uma confusão entre vida pública e vida íntima: as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal... O que se experimenta atualmente não é o individualismo inflexível; ao invés disso, é a ansiedade a respeito do sentimento individual, que os indivíduos atestam em letras maiúsculas, em termos do funcionamento do mundo. A fonte desta ansiedade reside nas profundas mudanças do capitalismo e da crença religiosa, o que não se limita a fronteiras nacionais (1988).

Partindo do princípio que as culturas estariam sendo deslocadas agora no início do século XXI, pode-se então atribuir essa mudança a um processo complexo de forças que, até mesmo por uma questão de conveniência para aqueles que detêm o domínio do poder

econômico e tecnológico, está sendo definido pelo termo “globalização”, lembrando sempre de que não se trata de um fenômeno atual, pois, como enfatizou Anthony Giddens em 1991, professor de sociologia da Universidade de Cambridge, “a modernidade é inerentemente globalizante”. Como a vida social sempre esteve organizada na dimensão de tempo e espaço simbólicos, as novas características temporais e espaciais representativas da sociedade globalizada que tornam o mundo mais dinâmico e acessível, certamente acarretam efeitos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas.

Ainda segundo Giddens, hoje já é possível falar em uma espécie de ruptura entre espaço e lugar

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença - por uma atividade localizada (...) A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão ausentes, distantes (em termos de local), de qualquer interação face a face (1991).

Sendo assim, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, por lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente.

Outro aspecto vital quando se pensa na transformação das identidades locais com o impacto do “global” vem a ser a desigualdade entre as regiões e seus diferentes estratos populacionais. Como existe um enorme desequilíbrio nesse sentido, continuam prevalecendo relações de dominação cultural em relação à modernidade ocidental e o resto do Planeta. Nesse processo de “pluralização” de culturas e continuidades desestruturadas, torna-se cada vez mais difícil abordar a questão da identidade que, por si só, já se apresenta como uma categoria problemática. Diante do imediatismo das confrontações entre povos diversos, a coerência da unificação ressoa como uma idéia sem sentido, pois o fortalecimento das diferenças no contato com o global resulta no entrelaçamento de identidades distintas, sem que haja a sobreposição total de umas sobre as outras. Não resta dúvidas de que a “globalização” está provocando mudanças no que se refere à descentralização das identidades culturais em suas manifestações artísticas e hábitos cotidianos como a forma de se vestir e comer. Porém, afirmar de forma conclusiva que essas características identitárias possuem um destino certo como o retorno às origens ou o desaparecimento por meio da homogeneização

pode levar a um raciocínio tendencioso e a um falso dilema que não traduzem a real complexidade do estar-no-mundo das sociedades híbridas contemporâneas.

No caso de países como o Brasil, por exemplo, onde falar em identidade nacional sempre implicou análises profundas em função dos efeitos históricos das práticas colonialistas européias e da intensa mistura de raças e culturas na formação da população, a questão das identidades possui ainda um agravante maior. Na visão do historiador Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e do sociólogo Dante Moreira Leite em *O Caráter Nacional Brasileiro*, torna-se impossível fundamentar um caráter nacional para todas as categorias sociais, pois as experiências trazidas pelos fluxos imigratórios e a miscigenação, juntamente com a própria essência humana, são capazes de provocar uma dinâmica contínua de transformações necessárias ao rompimento de quaisquer padrões e preceitos ideológicos. Portanto, não se pode dizer que já existiu algum dia ou exista ainda hoje uma cultura essencialmente brasileira, uma sociedade tipicamente nacional. Todos os elementos que compõem a organização da nossa vida social, desde os remotos tempos da colonização, foram trazidos de fora, tentando-se de alguma maneira encaixá-los ou adaptá-los às circunstâncias aqui encontradas.

Essa adaptação constitui, em certa medida, uma espécie de “tradução” dos valores e das culturas importadas para um novo cenário, proporcionando o surgimento de uma sociedade com pouco ou quase nenhum referencial em termos históricos, cujo resgate de sua essência mais “pura” não passa de mera utopia. Um processo semelhante começa a acontecer agora em países cuja identidade cultural mantinha-se sobre os sólidos alicerces de tradições milenares. Nesse contexto, reside o problema público da sociedade contemporânea, uma vez que o comportamento e as soluções de ordem pessoal deixaram de despertar interesse, passando a suscitar paixão somente quando são tratados, equivocadamente, como se fossem questões pessoais. Isso faz com que o campo da intimidade perca suas fronteiras e invada o espaço público, sem ser refreado por ele.

1.4 A mídia como forma de expressão social

A construção desse mundo virtual encontra-se estritamente vinculada à atuação da mídia enquanto instrumento de interpretação, elaboração e representação de um novo modelo de sociedade. Nesse contexto, ela deixa de ser um meio de transmissão neutro e passivo de fatos e acontecimentos para se tornar parte estrutural daquilo que se apresenta como realidade, interligando milhões de “consumidores” de informação em todo o Planeta. Os exemplos das coberturas jornalísticas da guerra do Vietnã e da guerra do Golfo servem para ilustrar em termos práticos como vem se dando essa transformação. Enquanto a primeira mostrou ao vivo as cenas de soldados americanos sendo mortos em solo estrangeiro, com uma transparência que chocou a opinião pública dos Estados Unidos, a segunda foi totalmente encoberta pelos artifícios pasteurizados da rede CNN. Nunca o homem esteve tão preparado tecnologicamente para mostrar um confronto bélico e, ao mesmo tempo, nunca o mundo ficou tão distanciado do que realmente acontecia durante o conflito no Oriente Médio.

Também para mascarar a complexa realidade da situação dos “pobres do mundo”, a mídia utiliza-se de contextos inter-relacionados, pautando e editando as notícias de modo a reduzir o problema da miséria e da privação apenas à questão da fome. Com isso, a verdadeira escala da pobreza (800 milhões de pessoas são permanentemente subnutridas, mas cerca de 4 bilhões – dois terços da população mundial – vivem na pobreza) é omitida, sendo que a tarefa a ser enfrentada fica restrita somente à obtenção de comida para os famintos.

Acrescentemos que toda associação das horrendas imagens da fome apresentadas na mídia com a destruição do trabalho e dos postos de trabalho (isto é, com as causas globais da pobreza local) é cuidadosamente evitada. As pessoas são mostradas com sua fome, mas, por mais que os espectadores agucem a visão, não verão um único instrumento de trabalho, uma única faixa de terra arável ou uma só cabeça de gado nas imagens, nem ouvirão qualquer referência a nada disso. Como se não houvesse ligação entre o vazio das exortações rotineiras para que se ‘levantem e façam alguma coisa’, dirigidas aos pobres num mundo que não precisa mais da força de trabalho, pelo menos não nas terras onde as pessoas mostradas pela televisão morrem de fome, e o sofrimento de pessoas oferecidas como escoadouro carnavalesco, em ‘feira de caridade’, para um impulso moral contido (Bauman, 1999).

Em tese, o mundo nunca esteve tão acessível ao homem, proporcionando-lhe a ilusão sobre-humana de estar em vários lugares ao mesmo tempo. Nas grandes cidades como Nova York, Tóquio, Londres, Paris e São Paulo, cadeias imensas de restaurantes *fast-food*, sempre moldados de forma padronizada, exibem ininterruptamente telões onde se alternam imagens de desenhos animados novos e antigos, competições esportivas, videoclips e comerciais ao

som de músicas estridentes do universo pop. O que importa aqui não é o conteúdo da mensagem, mas sim proporcionar ao cliente a sensação de estar conectado de alguma maneira à sociedade global. Como verdadeiros artefatos decorativos, esses programas são veiculados com o objetivo de criar um ambiente familiar de reconhecimento e identificação para o sujeito descentrado da era pós-industrial. Ao mesmo tempo em que a tecnologia coloca o Planeta ao alcance do apertar de teclas, produz também a angústia dilacerante da *overdose* de informações que reflete a falta de significado de uma realidade virtual nem um pouco tangível. Essa situação chega a provocar um efeito quase paralisante da capacidade crítica e reflexiva do indivíduo para o qual a novidade, quando existe, permanece desprovida de referenciais em um contexto fictício e artificioso.

Por outro lado, um reconfortante ideal de união e igualdade, sempre presente no imaginário da coletividade humana como o mito da civilização perfeita, ressoa como uma cantiga de ninar, embotando a sensibilidade para a percepção nada agradável da existência conflitante e paralela dos graves problemas sociais que assolam o mundo. Afinal, um cenário de miséria, fome, intolerância e violência não combina com a sofisticada tecnologia das imagens plurais responsáveis pela interconexão de todas as partes do globo. Isso equivaleria para o homem a assinatura do atestado de fracasso e incompetência em sua tentativa de melhorar o mundo justamente na virada do milênio, época projetada ao longo de toda a história do pensamento moderno como um tempo de realização pleno e satisfatório diante das adversidades naturais e daquelas impostas por sistemas de governo inadequados ao “bem-estar social” supostamente atingível. Entretanto, nesse jogo sutil de identidades não existem vítimas indefesas e muito menos vilões maquiavélicos que programam computadores para manter corações e mentes sob permanente controle. A ênfase na primazia do avanço tecnológico da nossa era pode ser considerada mais como um instrumento de defesa comunitária contra o sentimento de abandono e ausência de perspectivas favoráveis despertado pela chegada ao terceiro milênio.

Nesse acordo silencioso selado pelas estruturas de poder, faz-se necessário avaliar até que ponto a mídia enquanto forma e conteúdo está comprometendo seu papel atuante na construção do intrincado fenômeno da opinião pública, que se apresenta como coletivo, embora tenha como base a realidade individual. Essa complexidade que reside no fato de o comportamento dos indivíduos nos grupos ser diferente do seu comportamento pessoal e isolado, esclarecendo que “a opinião pública não vem determinada inexoravelmente pelos meios de comunicação” (Viá, 1983:96), porém, em um mundo que multiplica sem cessar os agentes da vida política social, eles constituem um dos pressupostos básicos sobre os quais se

baseiam as várias correntes de opinião. Não se pode negar que, seja nas sociedades centrais, seja nas periféricas, os descolamentos de identificações estão provocando mudanças de costumes e comportamentos. Entretanto, a contribuição primordial hoje em dia consiste em desvendar a origem dessas tendências e das suas influências de fato nas esferas sociais pertencentes aos mais diferentes níveis de evolução e de desenvolvimento.

O discurso da homogeneização, portanto, traz à tona uma discussão muito maior que diz respeito à autenticidade daquilo que se conclama heterogêneo como contraponto ao “global” ou unificado. O que vai prevalecer ou sobressair daqui para frente dependerá, em última análise, do olhar atento e desmistificador do homem perante sua própria impotência enquanto agente transformador de uma realidade que vai muito além dos cabos de fibra óptica, dos sites eletrônicos, dos *pixels* cintilantes e de toda a parafernália criada para preencher o vazio existencial que nunca se mostrou tão evidente face à condição humana. Trata-se de um desafio sem precedentes que impõe a tentativa de percepção dos novos laços sociais que interferem na capacidade de interpretar e de conferir um novo significado relevante aos aspectos simbólicos inerentes ao processo estrutural dinâmico da identificação.

Uma vez traçado o panorama das incertezas filosóficas, culturais, sócio-econômicas e políticas que compõem o cenário da contemporaneidade pelo viés da mídia até o momento atual, enfocando as principais contribuições para uma melhor compreensão da abrangência do tema proposto, segue-se agora uma análise mais aprofundada relativa ao escopo desta pesquisa. Nesse aspecto, o próximo capítulo tem como objetivo resgatar e especificar o universo da prática jornalística associada à cobertura dos temas ligados à educação no Brasil, sendo necessário para isso, explicitar o processo de agendamento das pautas e dos seus desdobramentos, bem como traçar uma perspectiva histórica da trajetória do ensino no Brasil desde as suas origens até o presente momento por meio da atuação dos seus protagonistas, na forma de um arcabouço teórico de sustentação indispensável ao desenvolvimento da argumentação e das conclusões efetivas deste trabalho.

Capítulo 2 - Cobertura jornalística e Educação

2.1. A hipótese do *Agenda-setting*

A questão predominante na prática jornalística que ocorre nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não deveria ter como resultado a crescente falta de interesse por parte do público em temas que têm relevância estrutural para a organização e para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, como a educação e seus diversos desdobramentos como ação pedagógica comprometida e responsável diretamente pela instauração dos princípios básicos da cidadania. Nesse sentido, pode-se afirmar que os meios de comunicação ainda se encontram fortemente orientados para informar uma elite urbana, ignorando grande parte das regiões menos desenvolvidas que ocupam a maior parte do território brasileiro, apresentando todo o tipo de carência possível em termos de infraestrutura básica e de civilidade. Diante desta constatação, cabe uma nova perspectiva de abordagem, na qual os canais de comunicação tradicionais e autônomos devem ter como missão fazer do jornalismo um instrumento poderoso e capaz de estimular os indivíduos a tomarem parte ativa naquilo que os beneficia no que se refere à inclusão social no contexto da comunicação globalizada, capaz de proporcionar a reflexão e a interação necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações mais carentes.

Assim, é possível trabalhar a hipótese do *agenda-setting* numa via de mão dupla, uma vez que essa teoria defende que, em decorrência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público toma conhecimento ou ignora, fica atento ou descuidado, realça ou negligencia elementos próprios da vida cotidiana. Dessa forma, as pessoas apresentam uma forte inclinação para incluir ou para excluir dos seus quadros de referência as mensagens que os meios de comunicação incluem ou excluem por meio da exposição do seu conteúdo. Além disso, o público em geral tende a atribuir aos conteúdos midiáticos uma importância que se assemelha em muito à ênfase dada pelos veículos informativos aos acontecimentos, aos problemas e às pessoas como um entre tantos recortes possíveis de uma realidade já intermediada pela visibilidade na mídia.

A evolução dessa linha teórica refuta a idéia de persuasão, mas defende a tese de que ao fornecer a sua descrição da realidade, os meios de comunicação trazem uma agenda de temas sobre os quais torna-se necessária uma ampla discussão, tendo em vista a repercussão dessa escolha no contexto social. Nesse sentido, a imprensa, apesar de não conseguir impor aos leitores uma forma de pensar seu papel como cidadão, possui uma grande capacidade de

colocar vários assuntos em debate, que certamente vão nortear o pensamento, bem como a conduta crítica diante daquilo que está sendo comunicado, ou seja, daquilo que se faz comum a todos e que interfere na escala extremamente complexa de valores de uma sociedade em constante processo de dinamismo e de mutação na era pós-moderna.

Como observa Mauro Wolf ao estudar as teorias da comunicação com ênfase na contemporaneidade,

Embora o *agenda-setting* seja apresentado como um conjunto integrado de pressupostos e estratégias de pesquisa, na realidade, a homogeneidade existe mais no nível de enunciação geral da hipótese do que no conjunto de confrontações e de verificações empíricas, e isso, devido, também, a uma certa falta de homogeneidade metodológica. No estado atual, a hipótese do *agenda-setting* é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimento parciais, susceptível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos *mass media*, do que um modelo de pesquisa definido e estável (1995).

Ainda na visão do estudioso, entre os vários meios de comunicação existentes hoje, pode haver várias maneiras de provocar o efeito de *agenda-setting* por exclusão ou por omissão de informações que não interessam divulgar por diversas razões. No entanto, todos eles agem dessa maneira de acordo com os seus interesses particulares, assim como o sistema informativo como um todo.

O estudo da capacidade diferencial de agenda de vários *mass media* permite articular também a qualidades de influência diferentes (...) a omissão, a não-cobertura de certos temas, a cobertura intencionalmente modesta ou marginalizada que alguns assuntos recebem. Este tipo de *agenda-setting* funciona, certamente, para todos os *mass media*, para lá das diferentes técnicas, jornalísticas, de linguagem, pelo simples fato de o acesso a fontes alternativas àquelas que garantem o fornecimento constante de notícias, ser bastante difícil e oneroso (Wolf, 1995).

Supondo-se que o processo de elaboração da agenda seja organizado atualmente de forma coletiva e com um determinado nível de reciprocidade entre os meios de comunicação e os receptores das mensagens, é possível averiguar que diferentes tipos de temas exigem formas variadas de cobertura para chamar a atenção como uma primeira etapa para determinar a influência cognitiva. Na seqüência, o objeto focalizado necessita ser interpretado e contextualizado em uma problemática que deverá ser vinculada a um sistema simbólico e representativo da cobertura jornalística a partir de um contexto social e político reconhecido para o estabelecimento das associações necessárias à compreensão da notícia. Por fim, esse caminho leva à constituição desse agendamento como formador e como porta-voz da opinião pública.

Nesse sentido, a hipótese do agenda-setting orienta-se para aprofundar a dinâmica interna de um efeito cognitivo e cumulativo para a verificação mais precisa da continuidade existente entre lógica produtiva dos aparelhos de produção e mecanismos de aquisição de conhecimentos por parte dos destinatários (Wolf, 1995:XX).

La teoría de la *agenda-setting* – o de la fijación de orden temático – afirma que los medios de comunicación influyen en la forma en que la gente ve el mundo de três maneras: estableciendo los temas sobre los que la gente debe hablar, ofreciendo las perspectivas que debe adoptar sobre los temas de los habla y jerarquizando su importancia. La teoría de la *agenda-setting* há demostrado que el público percibe que los hechos que seleccionan los medios como noticias son los hechos que el necesario conocer, y sobre los que hay que opinar. El establecimiento de esas prioridades entre los receptores, consigue que un tema se convierta em foco de atención pública, de pensamiento y discusión, y es el primer peldaño em La formación de la opinión pública. Investigaciones posteriores han demostrado, además, que la gente tiende a adoptar y compartir los mismos puntos de vista que los medios en su análisis de la actualidad (...) Definieron dos factores para definir La necesidad de orientación: a) La relevância de la información; y b) El grado de incertidumbre que tiene el sujeto acerca del manseja. Concluyeron que las personas com un alto grado de necesidad de información sobre temas políticos (que fue el objeto de sus investigaciones) son más susceptibles a la influencia de la *agenda-setting* que los que tienen una necesidad de orientación moderada o baja (Fontcuberta, 1986).

Na construção de uma teoria de significado da imprensa, tomando como centro a influência da realidade veiculada, os teóricos da comunicação basearam-se naquilo que chamaram de “a indústria da notícia”, dividida em editorias fixas para manter a padronização fabril da confecção diária dos jornais impressos. Nesse aspecto, a descrição do mundo, mediada pela prática jornalística, consiste no resultado de condições anteriores, como a qualidade dos recursos humanos e materiais que estão à disposição dos profissionais de jornalismo para que eles possam compreender e elucidar rapidamente todas as circunstâncias envolvidas em um acontecimento ou em fato. Além disso, é preciso considerar variáveis como espaço e tempo que interferem no aprofundamento do relato e também o processo de adequação às exigências e aos interesses de cada veículo informativo.

A mídia noticiosa não se propõe deliberadamente a criar ilusões ou enganar quem quer que seja, pelo menos na maior parte das sociedades ocidentais. Pelo contrário, os códigos éticos do jornalismo ressaltam o dever de ser ‘objetivo’, ‘justo’, ‘cuidadoso’ e ‘factual. Mas isso é jogo perdido antes de começar a partida. Seletividade e distorções das notícias são produtos de fatores fora do controle de repórteres, redatores, editores e diretores (...) Há uma inevitável perda de pormenores em qualquer relato que tente focalizar os fatos centrais e ignore outros (DeFleur, 1993).

Ainda nesse contexto, torna-se imprescindível destacar a necessidade inerente às empresas de comunicação de captar anúncios como principal fonte de renda, o que faz com

que os fatos e as matérias que possuem mais atrativos em termos de audiência sejam aumentados ou deturpados em detrimento de outros, modelando assim uma divisão editorial baseada no apelo do regime capitalista de geração de lucro em função do maior número de tiragem possível. Isso não significa que, em regimes econômicos e políticos fechados como o socialismo ou o comunismo, a pressão e a análise sobre a importância de noticiar e de estender um determinado acontecimento também não sofram influências de caráter deformador da realidade, propiciando a distorção das mensagens nas cabeças dos indivíduos inseridos nessas sociedades, sem que seja possível delimitar o grau de interferência desses fatores preponderantes capazes de determinar aquilo que deve ou não ser veiculado, objetivando a formação da opinião pública.

La tematización es el proceso de formación de la opinión pública en la sociedad. Los medios de comunicación han sido considerados no como los protagonistas, sino como los mediadores de esta relación. El contenido de cada medio está compuesto por noticias que comparte con otros y por noticias propias. La producción de una pauta muestra la valoración que cada medio efectúa de todos los hechos de la realidad y la intención de transmitir al público ese orden de importancia para que lo haga suyo. No se trata de que el público piense igual que el medio, aunque muchas veces suceda así, sino de que hable, comente, tenga opinión y otorgue importancia a los mismos temas y con la misma intensidad que el medio. En esse sentido los medios son mediadores entre la realidad acontecida y el público (...) La sobreabundancia de información intoxica al público que acaba por no tener ningún tipo de referencia sobre la importancia de los distintos acontecimientos y termina por estar desinformado. Tal como sucede con el conocimiento, lo importante, tanto para las personas como para los medios, no es, según los casos, recibir o difundir la máxima cantidad de información posible, sino saber cómo gestionarla (Fontcuberta, 1986).

É nesse contexto demarcado por uma série de elementos comprometedores e controladores inerentes à produção jornalística, portanto, que será estudada a abordagem da imprensa, mais especificamente do jornal *Folha de S. Paulo*, dada à cobertura da educação para que seja possível avaliar, a partir de uma perspectiva histórica do ponto de vista evolutivo, a importância, bem como a recorrência com que esse tema vem sendo tratado, levando em consideração elementos como a visibilidade e a profundidade conferidas a ele em termos de conteúdo e de divisão editorial que evidenciam o grau de mobilização em torno da questão e da discussão da qualidade do ensino público.

Trata-se, portanto, de uma investigação de natureza acadêmica que pretende estabelecer um nexos causal entre a verdadeira situação da educação de base no Brasil e a sua repercussão na mídia como uma via de duas mãos, uma vez que ao mesmo tempo em que perde status nos jornais, as condições precárias do ensino público brasileiro tornam-se cada

vez mais evidentes e bem longe de serem solucionadas em curto prazo. Essa postura, tanto por parte do governo quanto por parte das empresas de comunicação, tem o poder de anular e de emudecer o discurso da cidadania e da inclusão social por meio da alfabetização em um país de dimensões continentais e de constituição cultural tão diversificada e em estágios diferentes de desenvolvimento, que necessita de atenção especial para que a sociedade brasileira, assim como a imprensa, possam se pautar pelo senso da justiça e da igualdade de direitos a todos os cidadãos.

Embora o conceito de *agenda-setting* se apresente mais como conjuntos de pressupostos teóricos e estratégias de pesquisa no campo da comunicação, sem uma configuração empírica que possa ser traduzida em um modelo já definido e estabilizado, torna-se indispensável a sua utilização para refletir sobre o processo de “seleção” e de “filtragem” a que estão submetidos os meios de comunicação, bem como sobre a sua influência no comportamento social. Como defende E. Shaw,

Em consequência da ação do jornal, da televisão, e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (1995).

2.2 O ensino no Brasil – um breve panorama

Para que seja possível compreender a situação atual do ensino público no Brasil, torna-se imprescindível recorrer a uma perspectiva histórica sobre a implementação e sobre o desenvolvimento da escola como instrumento de democracia e de socialização no País, tendo em vista a gênese do processo civilizatório da sociedade brasileira. Nesse contexto, tanto o pensamento quanto a ação de Rui Barbosa enquanto pensador e homem público, por meio dos seus *Pareceres* sobre o ensino nos últimos anos do II Império, revelam, desde aquela época, as dificuldades estruturais de canalizar esforços para que a educação formal fosse concebida e efetivada na prática como o grande agente transformador da realidade de uma nação subdesenvolvida em formação, contendo em seu bojo todos os fatores culturais, bem como os danos causados por um colonialismo de caráter essencialmente exploratório e predador.

No final do século XIX, o fenômeno da industrialização na Europa era sinônimo de progresso e um exemplo a ser seguido por qualquer país que almejasse ingressar na modernidade entendida como uma sociedade democrática com divisões de classe a serviço dos interesses de uma burguesia cada vez mais fortalecida pela liberdade econômica. Tomando como referência os avanços dos países europeus e dos Estados Unidos no campo educacional, Rui Barbosa elaborou seus pareceres no sentido de defender e de proclamar a necessidade de um sistema de ensino nacional gratuito, obrigatório e laico para que todos os brasileiros pudessem seguir rumo ao progresso, tomando consciência do seu papel como cidadãos, com forte sentimento de nacionalismo. Para tanto, ele atribuiu ao Estado a tarefa de se espelhar nos modelos desenvolvidos para oferecer uma educação inovadora, com base na observação e na experimentação, em detrimento do ensino mecânico e meramente teórico memorizado das instituições educacionais da época, desde os liceus até o ensino superior.

Com base nesses pressupostos, Rui Barbosa concebia a educação como uma forma universal de libertação e, ao mesmo tempo, de engajamento social por meio do trabalho, capaz de fazer de cada membro um elemento ativo na construção de uma sociedade moderna e democrática na qual cada um deveria aprender a desempenhar a função que lhe cabe no aprendizado escolar, visando a manutenção da ordem vigente. Para tanto, era preciso ampliar os conceitos disciplinares para áreas como a arte, as ciências, a prática esportiva e noções de moral, que deveriam ser abordadas por uma nova metodologia experimental de ensino, mais objetiva e relacionada à realidade vivenciada pelos alunos nos diferentes estágios da sua evolução social e biológica. Para ele, o ensino do desenho ganhava destaque e uma importância crucial, não por causa de quaisquer pretensões artísticas a serem atingidas, mas

principalmente pelas possibilidades que essa disciplina permite em termos de observação, assimilação e reprodução criativa para os diferentes níveis técnicos de envolvimento com o processo de criação da indústria nacional, criticando ao mesmo tempo as medidas protecionistas por parte do Estado.

Apesar da importância histórica dos *Pareceres* de Rui Barbosa sobre a educação no Brasil com a ênfase na ciência e com a intenção clara de modernizar e de adequar as estruturas do País aos novos tempos, não foi possível discuti-los e nem mesmo instaurar um sistema nacional de ensino garantido pelo governo naquele momento, uma vez que as condições que exigiriam essa preparação da sociedade brasileira ainda precisavam ser consumadas e edificadas por todo o País. Ao assumir o Ministério da Fazenda, sua maior preocupação voltou-se para a necessidade de investir na unificação nacional. Com a libertação dos escravos e com a chegada dos imigrantes para o trabalho agrícola, que já traziam hábitos culturais diferentes e originários dos seus países de origem, era preciso consolidar uma democracia a partir da criação de uma identidade brasileira como lastro para o desenvolvimento em seus múltiplos aspectos sociais e econômicos. Somente com o avanço dessa prática política no Brasil, foi possível difundir a escola que passou a assumir o duplo papel de preparar tanto o cidadão inserido em um sistema de normas generalizadas quanto o indivíduo, movido pelos próprios interesses pessoais.

A introdução mesmo que facultativa do ensino religioso nas primeiras décadas da República, contrariando os princípios da Constituição de 1891, apesar de parecer ter uma importância secundária para a instituição do regime educacional brasileiro, favoreceu o surgimento de profundos e calorosos debates de caráter político e ideológico, dando origem ao movimento renovador da educação que insistia no desenvolvimento de um ensino laico, com ênfase na obrigatoriedade da escola pública para ambos os sexos de todas as classes sociais. Essas discussões propiciaram o surgimento de dois grupos distintos: os que defendiam a renovação de acordo com essas premissas básicas e o grupo de maioria católica que combatia essas inovações, temendo pela perda do quase monopólio do ensino pela Igreja Católica destinado à formação conservadora e privilegiada de uma elite aristocrática rural que pagava para ter esses benefícios de forma praticamente exclusiva e excludente.

Uma vez que a burguesia, estimulada pelo processo de industrialização e de urbanização, exigia cada vez mais o direito ao ensino médio, assim como as camadas mais populares lutavam pelo acesso à escola primária, os reformadores acreditavam que essas mudanças seriam possíveis somente se o Estado assumisse esse compromisso com relação à população do País, tendo em vista a educação para todos, muito embora não tivesse condições

financeiras e nem mesmo a clara intenção de ir ao encontro dessas reivindicações pela intervenção de interesses de natureza política e ideológica. Apesar da consistência do movimento renovador, que conseguiu implementar mudanças em alguns estados brasileiros, ele ainda se mostrava frágil e confuso do ponto de vista teórico e idealista. Para tornar público os seus objetivos e ideais foi redigido em 1932 o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* que marcou o apogeu dessa tentativa de modernização da sociedade pelo projeto de uma ação educacional inovadora que começa a declinar somente depois da instauração do Estado Novo.

Elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros dos mais diversos campos do conhecimento, esse manifesto relaciona educação e trabalho de forma dialética, mostrando a necessidade da democratização do ensino para o desenvolvimento econômico do país por meio do trabalho e da especialização em contraposição ao velho ensino tradicional e artificial, desvinculado das realidades regionais do imenso território brasileiro, que poderiam ser modificadas apenas por um programa efetivo de reconstrução educacional em nível nacional. Na concepção desses intelectuais, qualquer projeto pedagógico deveria estar intrinsecamente engajado ao panorama histórico no qual encontrava-se inserido como um problema social, exigindo a aplicação de uma metodologia científica capaz de conceber e de dar conta do educando e das suas necessidades e direitos como centro das atenções do poder público, devendo ser ministrada de forma geral e irrestrita.

Além de ser o agente articulador da implementação e da difusão dessa nova proposta educacional por todo o Brasil, o Estado também deveria ficar incumbido da tarefa de fiscalizar tanto os estabelecimentos de ensino público quanto os particulares, tendo em vista a extinção dos privilégios e das classes sociais mais abastadas. Além disso, o manifesto defende ainda os ideais de autonomia da função educativa, bem como a política de descentralização do ensino em razão das desigualdades entre as diversas regiões do País. De forma resumida, ele propõe uma estrutura unificada no campo educacional, com o ensino primário vinculado ao secundário, incentivando o ensino superior a ser mais diversificado com o objetivo de atender às demandas por carreiras tradicionais e para as profissões técnicas, por meio da organização de um modelo moderno de ensino, pesquisa e extensão.

Para esses pensadores, a prática educacional, ou seja, a escola socializada, estava irremediavelmente relacionada aos interesses dos indivíduos com o seu compromisso social baseada na atividade produtora como fundamento da disciplina, da solidariedade e da cooperação, em detrimento dos interesses de uma classe privilegiada unicamente pela posse de bens materiais. Essa nova proposta também transferiu para o educando os parâmetros para o desenvolvimento de uma doutrina capaz de respeitar a personalidade por meio de um

intercâmbio de relações, em vez de impor modelos externos a serem copiados. Nesse sentido, buscou-se uma adaptação crescente do ensino primário e secundário às demandas de atividade profissional por regiões, entendendo a escola como uma solução tanto para as massas que se avolumavam nos centros urbanos industriais quanto para os trabalhadores rurais em suas especificidades.

Fernando de Azevedo, professor de latim e de literatura da Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, jornalista de *O Estado de S. Paulo* e redator do manifesto divide a marca dessa iniciativa pioneira com Anísio Teixeira, intelectual baiano que acabava de voltar dos Estados Unidos como discípulo de John Dewey, cuja carreira na política educacional se projetou de forma meteórica e brilhante, uma vez que propunha não apenas a reformulação do ensino brasileiro, como também a adoção de uma nova filosofia educacional. Além deles, Lourenço Filho, professor e advogado, também contribuiu de forma representativa para a difusão das correntes européias incluídas nesse movimento, especialmente aquelas relacionadas à psicologia educacional. Já em 1929, ele foi o autor da *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, que ajudou a difundir a filosofia da educação proposta por Anísio Teixeira.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, foi um movimento que reuniu os intelectuais brasileiros mais expressivos em termos de vanguarda filosófica de prestígio e de modernidade, que, embora tivessem divergências na forma de conceber a relação do homem com a realidade que o cercava, já encaravam a ação pedagógica, naquela época, como sendo a grande alavanca para o desenvolvimento econômico de uma nação democrática, associando economia e educação em um contexto amplo de reformas conjunturais que tomaram como referência os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos, onde muitos foram aperfeiçoar seus estudos. O documento enfatizava que a filosofia predominante de cada época estava vinculada à estrutura da sociedade vigente, retirando dela o vigor e a experiência para propor a concepção e a prática de uma realidade social.

Ainda assinaram o Manifesto Raul Briquet, professor da faculdade de Medicina de São Paulo e Mário Casassanta, diretor-geral da Instrução em Minas Gerais e reitor da Universidade de Minas Gerais. Afrânio Peixoto, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e diretor da Instrução Pública no Distrito Federal, Roquette Pinto, diretor e professor do Museu Nacional e professor do Instituto de educação e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Frota Pessoa, jornalista, subdiretor da Instrução no Distrito Federal e presidente da Associação dos Professores Primários, Noemy Silveira, professora do Mackenzie e do Caetano de Campos e assistente de psicologia da Diretoria do Ensino de São

Paulo, Garcia de Resende, diretor da Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, Paulo Maranhão, membro do Conselho Nacional de Educação, Cecília Meirelles, docente de Desenho da Escola Normal do Distrito Federal e diretora da página de Educação no *Diário de Notícias*, e Delgado de Carvalho, advogado e sociólogo formado em Paris e Londres que exercia a docência no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, entre outros educadores brasileiros, ao todo 26 intelectuais, que assumiram a liderança do movimento de renovação do ensino nacional, unidos pelos ideais vanguardistas de igualdade pela educação na construção de uma sociedade moderna e progressista, apesar das divergências doutrinárias que foram momentaneamente superadas por uma causa digna da participação de todos aqueles que se preocupavam com as condições da oferta de ensino no Brasil e com as suas futuras conseqüências.

Desde a década de 1920, especialmente depois da semana de arte moderna e dos manifestos que deram origem à Escola Nova, já se discutia a importância de colocar em prática um sistema de educação popular a que todos os brasileiros tivessem direito. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e de João Goulart (1961 a 1964) e com o incremento do processo da industrialização no Brasil patrocinada pelo capital estrangeiro, tornou-se necessária a tarefa de instruir a população para expandir o regime capitalista. Foi a partir desse contexto que, em 1959, educadores e intelectuais lançaram um manifesto para defender a escola pública, uma vez que acreditavam que o desenvolvimento econômico do País encontrava-se atrelado à educação de forma inexorável, em especial do ponto de vista técnico, que ensina a fazer, em detrimento de um ensino clássico que visa a formação de intelectuais.

A partir de 1960, surgiu no Brasil a educação popular, idealizada e colocada em prática pelo educador Paulo Freire, tendo como objetivo promover a conscientização política das classes menos favorecidas por meio da libertação social, cultural e política. Ele próprio vivenciou a pobreza e a fome durante a sua infância no Recife, na época da depressão de 1929, experiência esta que o levaria a se preocupar com os mais carentes por meio da concepção do seu revolucionário método de alfabetização. Devido ao seu empenho em ensinar os mais pobres, Paulo Freire tornou-se uma inspiração para gerações de professores, especialmente na América Latina e na África. De acordo com a visão educacional de Freire, os princípios da educação popular encontram-se associados à mudança da realidade repressora, ao reconhecimento e à valorização do sujeito como um indivíduo inserido na coletividade, concebendo a prática da educação popular e a reflexão sobre ela como elementos básicos para a transformação social. Nesse aspecto, a sociedade civil de forma

organizada passou a ser encarada como um agente poderoso de promoção e de sistematização da educação popular.

Como a metodologia criada e usada por Paulo Freire era dialógica, ele se preocupava em incentivar a formação de “círculos de cultura”, dentro dos quais o processo de alfabetização fluía a partir da “leitura de mundo” dos próprios envolvidos com o sistema de ensino e de aprendizagem, que deveria ser estabelecido de dentro para fora, por intermédio do trabalho. Aplicado em várias cidades pelos diversos movimentos sociais da época, esse método comprovou sua eficácia ao alfabetizar 300 trabalhadores em apenas 45 dias. Em virtude desse resultado, o Governo Federal do então presidente João Goulart decidiu implementar essa iniciativa em nível nacional, sendo que, no espaço de um ano, foram viabilizados diversos cursos de formação de coordenadores em vários estados brasileiros cujo objetivo consistia em colocar em prática um plano de ação para alfabetizar dois milhões de alunos.

Com o golpe militar de 1964, esse esforço nacional de alfabetização foi considerado subversivo e Paulo Freire acabou sendo exilado do Brasil, retornando ao País somente com a abertura política e a anistia concedida na década de 1970, vindo a assumir em 1989 a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, na administração petista de Luísa Erundina. Dentre as marcas de sua passagem pela secretaria municipal de Educação está a criação do *Movimento de Alfabetização (MOVA)*, um modelo de programa público de apoio a salas comunitárias de educação de jovens e adultos que até hoje é adotado por numerosas prefeituras (majoritariamente petistas ou de outras orientações de esquerda) e outras instâncias de governo. Graças a esse trabalho, ele pôde aplicar seus conceitos sobre educação informal dentro de um complexo educacional. Como a educação retoma seu valor indiscutível por meio de um discurso legitimador da democracia, iniciava-se a luta por um tipo de governo e de educação que fosse capaz de ir ao encontro dos interesses da maioria da população. Vale destacar que tanto as transformações no terreno político quanto a queda do socialismo na Europa Oriental, ocorrida nesse período, causaram um forte impacto na concepção da educação popular, enfraquecendo seu poder e sua perspectiva revolucionária; exigindo a procura de novos significados, objetivos e métodos entre os protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

Em São Paulo, Freire analisou a realidade e iniciou sua ação com um projeto de reforma político-pedagógica radical. Era preciso aumentar em quantidade, frente à situação real de descaso administrativo das escolas, aos salários baixos, a ausência de infra-estrutura e recursos materiais, mas também, e principalmente, era preciso melhorar em qualidade. Como

em todo País, o sistema educacional passava (e passa ainda hoje) por crises institucionais e pedagógicas, de eficiência, de eficácia e de produtividade, ou seja, uma crise na qualidade. Para reverter esse quadro em São Paulo, Freire propôs a democratização da gestão escolar com a integração escola-comunidade, a formação e profissionalização dos profissionais da educação (ele via todos os que fazem a escola como educadores) e uma reforma curricular. Freire objetivava a criação de uma escola democrática e cidadã, de comunidade e de companheirismo. Assim, os movimentos populares, a igreja e as universidades foram convidados e aceitaram aliar-se ao mutirão cívico-educativo para criar a escola pública popular.

Em razão da necessidade de construir uma democracia plena e uma cidadania ativa exige hoje novas práticas de exercício do poder inserido em um ambiente político-democrático regido pelos princípios da ética. Dessa maneira, um dos maiores desafios para a educação popular consiste no equilíbrio coerente entre o discurso e a prática como forma de minimizar as conseqüências negativas da política neoliberalista para a sociedade como um todo. Em seu livro intitulado *Á Sombra Dessa Mangueira* (Freire,1995).

Ele definiu a sociedade brasileira como refém das angústias e da violência da globalização da economia, pela miséria e também pela pós-modernidade intermediada pelas sensações conflitantes entre apatia e esperança. É nessa realidade descrita que se encontra a educação popular e o desafio de uma prática político-pedagógica dos educadores para a formação de uma cultura político-democrática e cidadã das classes populares.

Paulo Freire delineou uma *Pedagogia da Libertação*, intimamente relacionada com a visão marxista do Terceiro Mundo e das consideradas classes oprimidas na tentativa de elucidá-las e conscientizá-las politicamente. As suas maiores contribuições foram no campo da educação popular para a alfabetização e a conscientização política de jovens e adultos operários, chegando a influenciar em movimentos como o das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). No entanto, a obra de Paulo Freire não se limita a esses campos, tendo eventualmente alcance mais amplo, pelo menos para a tradição de educação marxista, que incorpora o conceito básico de que não existe educação neutra. Segundo a visão de Freire, todo ato de educação é um ato político.

Em contraposição à linguagem tradicional das cartilhas, o método Paulo Freire consiste basicamente numa proposta para alfabetizar adultos tendo como aspecto didático central as experiências já vivenciadas pelo indivíduo no seu cotidiano, tendo em vista a aproximação com a realidade do educando. De forma resumida, as etapas desse método compreendem a *Investigação*, com a busca conjunta entre professor e aluno das palavras e

temas mais significativos da vida do aluno, dentro de seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive. Depois vem a etapa de *Tematização*, a partir da tomada de consciência do mundo por intermédio da análise dos significados sociais dos temas e palavras e, por último, a etapa de *Problematização*, na qual o professor estimula e inspira o aluno a superar a visão idealizada do mundo, para a aquisição de uma postura consciente das mudanças possíveis e necessárias.

De acordo com a especialista em educação Lisete Regina Gomes Arelaro no seu artigo intitulado *O Ensino Fundamental no Brasil: Avanços, Perplexidades e Tendências - Um retrato do ensino fundamental brasileiro*, a situação atual do ensino no País tem como pressuposto verificar se os direitos constitucionais, garantidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), estão sendo contemplados pelas políticas educacionais implementadas no País pelas esferas públicas.

A CF/88 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, e declara como princípios do ensino não só a igualdade de condições de acesso e permanência, mas a correspondente obrigação de oferta, de uma escola com um padrão de qualidade, que possibilite a todos os brasileiros e brasileiras – pobres ou ricos, do sul ou do norte, negro ou branco, homem ou mulher – cursar uma escola com boas condições de funcionamento e de competência educacional, em termos de pessoal, material, recursos financeiros e projeto pedagógico, que lhes permita identificar e reivindicar a “escola de qualidade comum” de direito de todos os cidadãos (2005).

Os dados estatísticos generalizados ajudam a compreender e a refletir com maior clareza a realidade brasileira educacional, bem como o histórico de elitismo que a sustenta desde os tempos do Império. As informações que vêm a seguir devem ser complementadas pelos números apresentados e disponíveis no site do Ministério da Educação (www.mec.gov.br). Assim, vejamos:

O Brasil, em 2003 – último ano com dados disponíveis consolidados – tinha cerca de 34,4 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental regular, dos quais 31,2 milhões em escolas públicas, ou seja, cerca de 90% do atendimento escolar fundamental é feito pelo Poder Público, sendo que 3,3 milhões de alunos, aproximadamente, somente (10%) são alunos de escolas privadas. Esse dado, independentemente de outras considerações, precisa ser destacado – e quiçá, comemorado – pois traduz que, em termos de política educacional, a opção republicana do dever do Estado para com o ensino fundamental vem sendo mantida. No entanto, conforme se detalham esses dados, a “desigualdade” na permanência volta a aparecer. Assim, um total de 17,1 milhões de alunos de 1ª a 4ª série corresponde somente a 13,9 milhões na matrícula de alunos de 5ª a 8ª série, ou seja, pelos últimos dados disponíveis, são 3,2 milhões de alunos “a menos” (cerca de 20%), numa etapa do ensino em que, constitucionalmente, os totais deveriam ser semelhantes. Comparando estes dados, na “entrada” e na “saída” do ensino fundamental, para um total de 5,57 milhões de alunos matriculados na 1ª

série do ensino fundamental regular, somente 4,19 milhões chegam à 4ª série, ou seja, 1,3 milhão de crianças ficam, anualmente, “no meio do caminho” escolar, quando este deveria ser um período de seus trajetos educacionais, em que todos deveriam seguir juntos, sem interrupções (Arelaro, 2005).

Outra reflexão que os dados estatísticos revelam diz respeito à implementação de um ensino fundamental com nove anos de duração, iniciando-se com crianças de seis anos de idade. Nesse contexto, também é importante ressaltar as dificuldades que poderão surgir a partir dessa decisão política, uma vez que, dos 34,5 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental regular do Brasil, somente 520 mil deles vêm iniciando seus estudos nessa idade. Esse fator possibilita o questionamento sobre a origem dessa proposta defendida pelo governo anterior e expressa no Plano Nacional de Educação (PNE), plano este elaborado por esse mesmo governo e aprovado nas férias docentes de 2001 (Lei n. 10.172, de 9/1/2001).

É verdade que um número significativo dos países europeus, especialmente os mais avançados do ponto de vista socioeconômico, adota, de forma razoavelmente generalizada, o ingresso das crianças, na escola formal, entre os 5 e 6 anos de idade. É verdade, também, que a maioria desses países não defende uma Lei Nacional de Diretrizes e Bases em que esteja proposto, como primeira etapa educacional, educação infantil de 0 a 6 anos de idade. No Brasil, a maioria das crianças matriculadas na educação infantil se encontra na faixa etária de 4 a 6 anos, sendo que por tradição histórica – vinculada ao antigo conceito de alfabetização que pressupunha um tempo “preparatório” para a criança adquirir “maturidade” para a leitura e a escrita – as de 6 anos tinham preferência e prioridade na matrícula. Após esse atendimento é que se procurava atender as crianças de 5 anos, e assim sucessivamente, sempre priorizando a matrícula das “mais velhas para as mais novas”, até se chegar às recém-nascidas (www.mec.gov.br, acesso em 15 de julho de 2005).

Dessa forma, o maior impasse do ensino fundamental público brasileiro refere-se à necessidade de conceber um novo modelo de referência escolar, em que o ensino para todos possa significar, de fato, um ensino de qualidade para todos. Nos últimos 15 anos, o governo federal, depois dos compromissos assumidos com a “Declaração Mundial da Educação para Todos”, em 1990, vem destinando recursos para melhorar o ensino fundamental no Brasil, apontado como um dos sete piores do mundo, em qualquer nível ou modalidade. Esses esforços levaram o poder público a implementar políticas que conseguissem, em curto prazo de tempo, elevar o número de alunos matriculados, independentemente das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Nessa tentativa de gerenciar os recursos destinados à educação de uma forma mais eficiente, foram adotadas as classes de aceleração, que possibilitaram, a partir de 1997, que

alunos defasados em termos cronológicos, pudessem se matricular em séries mais avançadas que aquelas que já haviam cursado. Outra medida nesse sentido foi a organização do ensino por meio de “ciclos escolares”, procedimento que já tinha sido adotado no início dos anos de 1980 com a introdução do “ciclo básico”, que abrangia, do ponto de vista pedagógico, as duas séries iniciais do ensino fundamental.

Naquele momento histórico, educadores e pesquisadores começaram a defender, baseados nos estudos que as áreas de lingüística, sociolingüística e psicologia do desenvolvimento infantil desenvolviam, que os processos de alfabetização e de aprendizagem se iniciavam muito antes do que os estudos tradicionais indicavam. A admissão de que a criança aprende desde que nasce obrigava a uma reestruturação de todo o ensino básico, em especial da educação infantil e do ensino fundamental, no que se refere aos procedimentos escolares referentes à “preparação para a alfabetização”. Essa medida trazia implícita, também, a necessidade de reformulação radical dos conceitos de avaliação da aprendizagem, uma vez que as ciências pedagógicas mostravam que esse processo não obedecia a um “somatório” simples de conhecimentos, mas, ao contrário, pressupunha uma aquisição complexa, que incorporava idas e vindas das dúvidas, das reflexões criativas e das próprias aquisições, sugerindo-se, a partir daí, que não se impedissem as crianças de seguir adiante nos seus estudos escolares, mesmo sem o eventual domínio de parte dos conteúdos trabalhados em sala de aula (Moreira, 1997).

Como no Brasil, a reprovação nas séries iniciais, nos últimos 20 anos, chegava a atingir de 30% a 40% do total de alunos matriculados nas escolas públicas, esses avanços de natureza pedagógica trouxeram auxílio para o governo na superação dos índices negativos em termos de estatística, apesar de já existirem no País experiências bem sucedidas do ponto de vista da adoção dos ciclos escolares em cidades como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, viabilizando o acesso democrático ao ensino fundamental. Ainda com o objetivo de reduzir o desgaste docente, dada a impossibilidade de aumento salarial para a fixação dos professores em uma única escola, o Fundef introduziu o pagamento de uma gratificação, que fica sujeita a três critérios de proporcionalidade:

1º) ao número de alunos aprovados, 2º) aos dias de frequência do professor na escola e 3º) à não-evasão dos alunos. Essas medidas são justificadas legalmente pelo estabelecido na Resolução CEB/CNE n. 3, de 8/10/1997, que “fixou Diretrizes para os novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, e onde fica estabelecido um dos incentivos de progressão por qualificação pelo trabalho docente: “o desempenho no trabalho, mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional, a serem definidos em cada sistema” (b, VI, artigo 6º). A tradução que foi dada a esse artigo é a expressa naquelas medidas. Ou seja, o professor “aprova” (ou “não reprova”, que é uma expressão mais realista da situação vivida) o aluno não porque ele “aprendeu” ou apresentou avanços importantes na

reflexão e na produção escolar, mas porque receberá uns “troquinhos” a mais no salário (Fundef, www.mec.gov.br, acesso em 15/07/2005).

Cabe destacar ainda que as medidas adotadas a partir de 1996, em vigor até hoje, interferem no campo educacional de diversas maneiras. Sendo assim, o estabelecimento na LDB de um sistema nacional de avaliação, em substituição à proposta de um sistema nacional de educação, complementa essa nova função do Estado Nacional, pois é a partir dele que o Brasil passa a sistematizar exames nacionais, elaborados e executados de forma centralizada, que acabaram se transformando em indicadores do grau de competência docente, escolar e do complexo educacional como um todo. É importante destacar que o MEC, no primeiro ano de gestão do Governo Lula, buscou a viabilização desse dispositivo legal por meio de “bolsas-prêmio” de avaliação da competência docente, contra o qual os sindicatos dos profissionais do magistério, comandados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), conseguiram realizar uma mobilização em nível nacional, impedindo a adoção dessa medida.

As análises acadêmicas, tanto em nível micro quanto em nível macroestrutural, concentram-se, em sua maioria, nos estudos referentes às características pedagógicas, com a adoção, por diferentes sistemas públicos de ensino, dos ciclos escolares, ou seja, ciclos “básicos” ou ciclos “de aprendizagem”, ainda que essa seja a forma minoritária, no Brasil, de estruturação do ensino em redes públicas e privadas. As experiências mais marcantes de organização do ensino fundamental por ciclos têm como finalidade maior ultrapassar a forma tradicional de organização seriada anual e, com isso, conferem um novo estímulo científico às pesquisas sobre os processos até agora adotados de *ampliação, aceleração ou redução* do período de permanência dos alunos nas escolas. Ainda que algumas dessas propostas inovadoras de organizações traduzam políticas educacionais mais focadas nos fatores de ordem econômica ou estatística em detrimento das ações de cunho pedagógico ou de melhoria da qualidade da educação no Brasil, elas trouxeram à tona um novo “problema” que entrou de forma definitiva na agenda das pesquisas educacionais necessárias ao País.

Os estudos sobre o direito social à educação e dos direitos humanos como expressão de cidadania, crescentes após a Constituição Federal de 1988, vão disputar com as novas tendências, que dão ao consumidor e ao seu padrão de consumo o status de “critérios objetivos” para avaliação do índice de cidadania – a chamada visão mercantilista –, a sua permanência na agenda acadêmica. Estão presentes, com frequência cada vez maior, as temáticas da diversidade cultural, em especial as de gênero e de raça, constituindo-se preocupação crescente, mesmo nas análises de recorte mais tradicional. Esta nova linha de pesquisa vem se impondo, social e cientificamente, exigindo que as antigas explicações para diversos problemas escolares e da educação

sejam revistas à luz dessas novas categorias. Em geral, esses pesquisadores se somam aos esforços dos estudiosos do direito à educação, para demonstrar que são os historicamente marginalizados – os negros, as mulheres e os pobres – que permanecem à margem dos sistemas educacionais e que têm o pior desempenho escolar, toda vez que se procura aferir a qualidade ofertada. Em razão disso, observa-se o aparecimento de estudos de acompanhamento de “ações judiciais” propostas por interessados ou pelo Ministério Público, na tentativa de que não se transforme em “letra morta” o direito subjetivo à educação – particularmente ao ensino fundamental – garantido na Constituição Federal (Arelaro, 2005).

Diante desse cenário, é possível constatar que as crianças na faixa de escolaridade que ainda se encontram fora do ensino formal, podem ser consideradas como personagens marginalizadas nas pesquisas educacionais. Por essa razão, é possível atestar que a missão científico-pedagógica consiste em “reconhecer” a escola nos seus mais amplos aspectos, com ênfase no ensino fundamental público. No entanto, isso poderia levar à impressão de que as condições de mudança da escola pública já foram efetuadas e efetivadas, e de que, em algum nível, essas pesquisas traduzissem uma expectativa da classe trabalhadora com relação a transformações significativas no seu cotidiano escolar. Como a realidade não se configura dessa forma, seria antiético e contraditório, em razão da história educacional brasileira, tradicionalmente elitista, enfatizar que o projeto hegemônico internacional para a implementação de um ensino de qualidade não tem encontrado resistência em sua tentativa de implementação, em virtude da quase inexistência de um projeto nacional eminentemente capaz de unificar os brasileiros em torno de movimentos populares e sociais de interesses comuns a toda a sociedade.

2.3 A repercussão midiática da Educação na Sociedade brasileira

Grosso modo, o tema educação tem sido abordado em quase todos os veículos informativos do País que se dispõem a abranger a sociedade brasileira como um todo por meio da divulgação de fatos e de interpretações e de análises de articulistas. No entanto, apesar da importância crucial dessa questão para o desenvolvimento efetivo da população brasileira em termos de justiça e de igualdade, as editorias consideradas “nobres” para o jornalismo praticado atualmente, tanto impresso quanto eletrônico, estão diretamente relacionadas à política e à economia, do ponto de vista informativo, interpretativo e opinativo, enquanto as informações sobre o cotidiano, a cultura, os esportes, os acontecimentos mundiais sem grandes repercussões para o Brasil e o entretenimento ganham um destaque menor em termos de manchetes de capa, localização estratégica nas páginas dos jornais diários.

A existência de várias revistas especializadas em educação, desde o ensino fundamental até a pós-graduação, por si só, já revela a carência de informações, bem como a falta de interesse relacionados ao campo educacional dos jornais brasileiros de grande circulação desde a década de 1970, quando a educação, pelo menos no caso de a *Folha de S. Paulo*, assumiu o status de editoria, com destaques diários sobre os mais variados aspectos referentes ao ensino e aos seus desdobramentos pedagógicos dentro do contexto político e social da época. A partir das últimas décadas, as notícias vinculadas a esse tema, de maneira geral, costumam estar associadas aos cadernos de matérias sobre o cotidiano, sendo escassa a quantidade de informações sobre o que acontece com escolas públicas e privadas. Além disso, peca-se também pela falta de profundidade, de investigação e de apuração jornalística, o que compromete, sobretudo, o interesse e o impacto que esse assunto poderia suscitar na sociedade do ponto de vista da reflexão crítica e da capacidade de mobilização para melhorar a oferta de ensino no País.

De certa forma, as matérias sobre educação apresentam atualmente dois discursos distintos, o da linguagem oficial, que confere ao poder público a quase exclusividade de anunciar as mudanças estruturais que vêm ocorrendo no ensino público de forma pasteurizada e sem os contrapontos necessários ao debate sobre os problemas que afetam alunos e professores. Por outro lado, esforços isolados para levar a alfabetização às regiões menos favorecidas do Brasil, também recebem destaque da mídia, mas dentro da estrutura do *fait-divers*¹, ou seja, de uma informação totalmente desvinculada de qualquer tipo de engajamento

¹ O *fait-divers* é uma informação total, ou mais exatamente, imanente; ele contém em si todo o seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um *fait-divers*; ele não remete formalmente a nada além dele

maior com ações que realmente implicam uma mudança estrutural de fato, evidenciando mais o caráter assistencialista de atos de solidariedade que não precisariam ser canalizados para esse fim se o governo tratasse a questão do ensino como prioridade máxima, com a atenção e a importância crucial que esse tema merece, tendo em vista o fato de 70% dos brasileiros, segundo estatísticas do Ministério da Educação (MEC), ainda serem classificados como analfabetos funcionais em uma era em que já se fala em exclusão digital.

Até o momento, a abordagem teórica deu luz às reflexões críticas sobre a prática jornalística, com destaque para o agendamento das pautas a serem enfocadas e desdobradas por editores e repórteres, e também ao panorama histórico até a atualidade sobre o ensino público no Brasil, tendo em vista uma análise posterior sobre a quantidade e a qualidade da cobertura midiática relacionada a esse tema. No capítulo seguinte, será detalhado de forma minuciosa tanto o histórico quanto a estrutura editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, incluindo as principais reportagens e as reformulações ocorridas na última década do século XX, uma vez que esse veículo informativo em especial faz parte do escopo desta dissertação, sendo necessário conhecer a fundo a concepção de jornalismo que orienta a elaboração diária da suas notícias.

próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, à sua história, à sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos (...) no nível da leitura, tudo é dado num *fait-divers*: suas circunstâncias, suas causas, seu passado, seu desenlace; sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato que não remete a nada de implícito. (Barthes, 1972:59).

Capítulo 3: *Folha de S. Paulo* – histórico em perspectiva

Dentre todos os jornais brasileiros que sobreviveram aos novos tempos, a *Folha de S. Paulo*, editada pela empresa Folha da Manhã, talvez seja o periódico que mais trocou de mãos até chegar às de Otávio Frias de Oliveira, antigo cafeicultor, criador de aves e comerciante de ovos. A história da Folha teve seu início em 1921, com a criação do jornal *Folha da Noite*. Em julho de 1925, foi criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*. A *Folha da Tarde* foi fundada após 24 anos, mas em 1º de janeiro de 1960, os três títulos se fundiram para dar origem ao jornal *Folha de S. Paulo*. O jornal, criado por Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha noticiava com prioridade as deficiências dos serviços públicos, lançando campanhas pelo voto secreto, apoiando o tenentismo e o Partido Democrático. A redação estava instalada em uma sala, à rua São Bento, no segundo andar de um prédio, na cidade de São Paulo, enquanto a impressão era feita nas oficinas de *O Estado de S. Paulo*, situadas à rua 25 de março. Como observa o jornalista Carlos Eduardo Lins e Silva em seu livro *Seis Mil Dias Depois* sobre o periódico:

A *Folha de S. Paulo* não possui bibliografia linear como outros jornais importantes no Brasil. Em 66 anos de existência pertenceu a quatro grupos diferentes de empresários e alterou sua política editorial inúmeras vezes. O jornal foi fundado em 1921 e se chamava *Folha da Noite*. Começou a circular no dia 19 de fevereiro daquele ano. Nelson Werneck Sodré, em sua *História da Imprensa no Brasil*, o considera o primeiro jornal a surgir organizado como empresa no país (Lins e Silva, 2005).

Em 1925, o jornal mudou-se para um casarão na rua do Carmo, onde funcionavam as oficinas, a revisão, a redação e os escritórios da administração. A primeira impressora foi uma rotativa alemã Koenig Bauer. Em julho, foi criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*.

Em julho de 1925, o empreendimento já comportava uma ampliação e o grupo passou a publicar também um matutino, ao qual seria dado o nome de *Folha da Manhã*. Os dois jornais recebiam de seus proprietários uma orientação editorial voltada para os problemas urbanos locais. Apesar de terem feito oposição aos governos da Primeira República durante oito anos, em 1929, com a saída de Pedro Cunha da sociedade, passaram a apoiar Washington Luís. Em conseqüência, foram empastelados durante as agitações que acompanharam o movimento revolucionário de 1930 (Lins e Silva, 2005).

Em janeiro de 1931, foi vendido para Octaviano Alves Lima, que priorizava a defesa dos interesses da lavoura, defendia o liberalismo e se opunha ao Estado Novo e também lançou campanhas pela saúde pública. Com isso, a tiragem diária dos dois jornais subiu de 15

mil para 80 mil exemplares. Ainda em janeiro, o nome da organização passou a ser Empresa Folha da Manhã.

Em 1931, a organização mudou sua razão social para Empresa Folha da Manhã Limitada, mas os jornais mantiveram seus títulos. Os novos proprietários eram Octaviano de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, que imprimiram aos diários uma política de defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas. Essa fase durou até 1945, quando ocorreu nova venda e nova troca de razão social. O grupo passa a ser a Empresa Folha da Manhã S/A e a diretoria se compunha de José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga. Nabantino Ramos que tinha evidentemente obtido sucesso, marcou sua administração por uma obcecada tentativa de modernizar a empresa e diminuir o alto grau de improvisação que caracterizava a atividade jornalística (Lins e Silva, 2005).

Com a preocupação de sistematizar suas experiências, produziu um extraordinário documento chamado Normas de Trabalho da Divisão de Redação. De 1945 a 1962, Nabantino Ramos deu linha editorial ao jornal. Em 1949, ele fundou a *Folha da Tarde* e em 1960, fundiu os três diários num só, ao qual deu o nome de *Folha de S. Paulo*. As preocupações com os cafeicultores da administração anterior foram substituídas por uma clara posição de defesa dos interesses das classes médias urbanas de São Paulo.

Além das “Normas de Trabalho” antes referidas e que foram quase um precursor do Manual da Redação adotado em 1984, Nabantino Ramos também se preocupou com um “Programa de Ação das Folhas”, de 1948, que de alguma forma distante se assemelha em intenção ao “Programa de Metas Trimestrais” introduzido em 1985. Não há estudos sobre a reação dos jornalistas do tempo de Nabantino. Mas Mota e Capelato consideram a greve dos jornalistas de 1961 como fator determinante para a frustração de Nabantino com o cargo de diretor de Redação e para sua decisão de vender o jornal. Mas não foi só a greve que o levou a vender o jornal em 1962 (Lins e Silva, 2005:XX).

Como Nabantino não racionalizara suficientemente as relações de trabalho no plano da empresa, a esclerose administrativa tornava a *Folha* um jornal precocemente envelhecido, contrastando com iniciativas de uma época em que o neocapitalismo desenvolvimentista emergia. Portanto, a empresa que Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, do ramo da construção civil, compraram em 1962 passava por sérias dificuldades econômicas. De 1962 a 1967, Frias teve de recuperar o jornal economicamente. A linha editorial deixada por Nabantino Ramos pouco se alterou. O cientista e jornalista J. Reis foi mantido na chefia de Redação nesse período, embora o jornalista Cláudio Abramo logo viesse a colaborar com Frias na concepção editorial do jornal. No período de 1968 a 1974, a preocupação essencial ainda não era a Redação, embora alguns traços da política editorial posterior pudessem começar a ser percebidos, em especial, devido à influência de Cláudio Abramo. Essa segunda

fase veio a ser classificada como a da “revolução tecnológica”, durante a qual se reformulou o sistema de distribuição, com a introdução do off-set, da fotocomposição e das novas unidades de impressoras.

Dessa forma, a *Folha* saía lentamente da estagnação do final do período anterior, assumindo a fala do “progresso”, da revitalização”, da “modernização”. Prosseguindo na mesma linha, em 1983, foram introduzidos terminais de vídeo na Redação. A partir de 1974, com a infra-estrutura renovada, passou-se a dirigir mais atenção para a redação do jornal. Como os fundadores do jornal em 1921, Abramo sabia que não podia tentar concorrer com *O Estado de S. Paulo* em seu próprio terreno. Por isso, e também em decorrência das suas próprias convicções pessoais, ele dirigiu a linha editorial para uma postura mais aberta, focada nos problemas das desigualdades sociais brasileiras, mas sempre com a idéia fixa de manter o jornal independente.

3.1 Linha editorial do periódico

No texto do seu manual de redação, a *Folha* cristaliza uma concepção de jornalismo definido como crítico, objetivo e apartidário. Valores esses que adquiriram a característica doutrinária impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira na última década por meio do didatismo e dos recursos da infografia como ferramenta visual de apoio à compreensão dos acontecimentos. Cabe questionar, porém, à luz das transformações já citadas, se a implementação desses valores não deveria passar por revisão também, até com a finalidade de refletir sobre os automatismos fixados pelo hábito jornalístico. O pluralismo, apequenado muitas vezes na auscultação meramente formal do "outro lado" da notícia, deveria renovar-se na busca de uma compreensão mais autêntica das várias facetas implicadas no episódio jornalístico.

A *Folha* estabeleceu como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo independente e pluralista. Essas características, que norteiam o trabalho dos profissionais do Grupo Folha, foram detalhadas a partir de 1981 em diferentes projetos editoriais. Desde então, foram produzidos seis textos que procuram traduzir na prática aqueles princípios, que constituem, no seu conjunto, o Projeto Folha. O Projeto Editorial de 1997 concebia a crítica, a pluralidade e o apartidarismo em um espaço em reformulação constante diante da dinâmica estrutural das mudanças políticas, econômicas e sociais que se tornavam cada vez mais visíveis na sociedade brasileira como forma de adequação a um novo panorama histórico e cultural.

Na visão do jornalista João Batista Natali, o que ocorreu, em primeiro lugar, foi uma adaptação do organograma das redações a uma lógica de enxugamento. Na *Folha*, isso começou com a crise da dívida externa de 1982. Foi quando, com a maxidesvalorização da moeda brasileira, o papel, principal insumo dos jornais, tornou-se absurdamente mais caro. Portanto, era preciso, para as empresas, cortar postos, repatriar correspondentes, enxugar a redação e as sucursais. Foi nesse processo que a editoria de Educação voltou a integrar a equipe bem mais ampla de Cotidiano, embora não seja possível dizer que deixou de haver preocupação e que as matérias eram praticamente oficiais.

É preciso lembrar o desempenho maravilhoso da jornalista Marta Avancini que, mesmo locada em Cotidiano, produziu reportagens maravilhosas, demarcando um dos períodos mais gloriosos de reportagens exaustivas sobre esse assunto. Foi ela que relatou os planos implícitos do então ministro tucano, Paulo Renato, de insuflar o ensino superior com escolas de baixa qualidade apenas para capacitar a mão-de-obra local. Ou seja, dá para

cobrir educação sem que ela seja uma editoria separada, com editor e sub, com pauteiro e repórteres².

Mesmo a atitude apartidária, que veda alinhamentos automáticos e obriga a um tratamento distanciado em relação às correntes de interesse que atuam sobre os fatos, não pode servir de alibi para uma neutralidade acomodada, quando não satisfeita em hostilizar por hostilizar. Propostas alternativas têm sido objeto de pouca atenção. Da mesma forma, a demora no enfrentamento das carências sociais, problema básico num país como o Brasil, que raramente vai além da repetição de enunciados genéricos nas páginas destinadas à cobertura do cotidiano. Existe um consenso, por exemplo, de que educação e saúde configuram os nós do desenvolvimento do País, mas a imprensa ainda não conseguiu articular enfoques que coloquem esses temas na ordem do dia, acoplando-os à agenda imediata de eventos. A necessidade de adaptação nacional à dinâmica externa, imperativo aguçado na época que atravessamos, atualiza os problemas tradicionais de uma sociedade em que a divisão entre um setor integrado e um setor excluído nada tem de novo. Espelhar essa contradição e contribuir para que ela seja transposta, pela integração de seus termos na sociedade de mercado e na democracia política, é provavelmente a principal tarefa do jornalismo hoje, até porque de seu sucesso depende a amplitude e mesmo a sobrevivência de um espaço público em constante transformação de idéias e conceitos.

² Entrevista exclusiva concedida à autora.

3.2 Análise quantitativa e qualitativa das matérias sobre Educação no Brasil

Durante o período de três anos consecutivos, que compreende de 2005, 2006 e 2007, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), sediada em Brasília, fez um levantamento detalhado das matérias publicadas com foco na infância e na adolescência em 54 veículos brasileiros de comunicação impressa, totalizando 105.468 notícias analisadas e classificadas de forma milimétrica, de acordo com temas abordados, considerando a relevância, a menção a insumos, a ótica investigativa, os dados referentes às políticas públicas, bem como os aspectos relacionados à legislação e à indicação quantitativa das fontes ouvidas pelos jornalistas responsáveis pela redação e pela edição dessa extensa cobertura. As tabelas que vêm a seguir servem como uma ferramenta importante de apoio aos objetivos e aos questionamentos traçados neste trabalho, tendo em vista a elaboração de conclusões mais precisas e efetivas, embasadas em estimativas concretas sobre a relação entre a mídia impressa e a educação no Brasil.

TEMAS DE EDUCAÇÃO	2005	2006	2007
(% sobre o total de notícias enfocadas em Infância e Adolescência)			
Educação infantil	0,60%	0,63%	0,88%
Educação primária	1,42%	1,51%	1,16%
Educação secundária	1,29%	0,87%	0,88%
Ensino profissional	0,69%	0,81%	0,90%
Acesso ao ensino superior	5,19%	4,71%	4,26%
Vários níveis de ensino	10,97%	12,61%	14,27%
EJA	0,42%	0,18%	0,14%
Analfabetismo	0,30%	0,39%	0,22%
Outros	3,22%	2,81%	3,36%
TOTAL	24,10%	24,51%	26,06%

A COBERTURA SOBRE EDUCAÇÃO	2005	2006	2007
Número total de notícias sobre Educação analisadas*	28.092	38.376	39000
Total de veículos que integram a análise	54	54	54
Média de notícias publicadas por veículo	520	711	722
* Estimativas calculadas com base uma amostra de 9713, 13046 e 12470 notícias sobre Infância e Adolescência, e de 2341, 3198 e 3250 notícias sobre Educação nos anos de 2005, 2006 e 2007, respectivamente.			

QUESTÕES EDUCATIVAS RELEVANTES*	2005	2006	2007
(% sobre o total de notícias sobre Educação, enfocadas em Infância e Adolescência)			
Acesso à educação e evasão escolar	3,20%	8,44%	7,54%
Menção ou avaliação da qualidade do ensino	7,52%	22,45%	20,12%
Formação de educadores	2,73%	9,94%	8,86%
*As variáveis permitem marcação múltipla			

POLÍTICAS PÚBLICAS e dados, indicadores sociais ou estatísticas*	2005	2006	2007
(% sobre o total de notícias sobre Educação, enfocadas em Infância e Adolescência)			
Discute Políticas Públicas relacionadas	26,44%	20,89%	20,61%
Menciona dados, indicadores sociais ou estatísticas	11,36%	13,88%	25,95%
*As variáveis permitem marcação múltipla			

3.3 Cobertura sobre Educação no jornal *Folha de S. Paulo*

Antes da reformulação da década de 1990 – recebe status de editoria

Pesquisa: *Folha de S. Paulo*

Período: 1970 a 2005

1971 - 01 a 10 de junho (Ver anexo)

Principais temas abordados:

- Ensino Superior – aumento das anuidades
- Ensino Fundamental e Médio – reforma do ensino
- Vestibular
- Congresso sobre relação de pais e filhos
- Debate sobre valorização dos professores em todos os níveis de ensino
- Denúncia sobre exames de admissão no ginásio
- Situação da educação no País
- Criação de mais escolas no Estado
- Inovação no ginásio (estrutura das escolas)
- Implantação do Ensino Fundamental

Nessa época, existia a editoria *Educação* (diária), com uma ou duas páginas que traziam assuntos sobre educação no geral, tratando de temas importantes para a sociedade como a reforma e implantação do ensino fundamental, sobre a situação da educação no Brasil e a valorização dos professores. Também abordava temas ligados ao ensino superior.

Nos anos seguintes (1972-1974), a editoria permanece basicamente com o mesmo perfil, oscilando de duas até cinco páginas diárias. Nesse período o editor de *Educação* era Perseu Abramo, adotando uma posição de vanguarda. Além das matérias, Abramo tinha uma coluna em que ele escrevia quase que diariamente quando achava necessário discutir algum tema relevante no dia.

1975 – 01 a 15 de outubro (Ver anexo)

Principais temas abordados:

- Na pré-escola a maior ênfase municipal
- Deputados votarão em breve a lei do pesquisador
- Disciplinado o livro escolar
- Inquérito do Mobral recebe a 1ª denúncia
- Escolas com dívidas recebem orientação

- Dois cientistas recebem o Prêmio Moinho Santista-75
- Ministério apurará incidente no campus
- Protesto contra a aprovação de novo currículo
- 76 seria o Ano Internacional da Educação
- Menor verba prejudicará áreas da Educação e Saúde
- Três milhões de alunos serão remanejados
- Estado criará a 3ª Universidade
- “Caetano’ não cairá, diz ex-aluno
- Um contrato irregular na Educação
- Mobral explica suas crianças
- Em 1976, a terceira Universidade de SP
- Doze mil alunos em 14 institutos
- O primeiro grau com setenta por cento das verbas de 1976

Obs.: A maioria das matérias dá conta das ações de governos. Não existe uma intenção de cobertura abrangente do ensino, principalmente o fundamental. Mostra uma cobertura das pautas do dia a dia e não de se discutir a educação para o Brasil.

1980 – 01 a 15 de outubro (Ver anexo)

Principais temas abordados:

- Professores do 1º e 2º graus pedem aumento de salário
- Violência e agressão contra alunos de 1º e 2º graus
- Estagnação da rede escolar – 2º grau
- Ações do Governo para melhorar o ensino da língua portuguesa
- Ensino técnico no 2º grau
- Greve de professores

É possível constatar que a editoria *Educação* ainda permanece diária, mantendo o mesmo espaço contendo uma ou duas páginas no máximo. A abordagem principal é sobre o que acontece na escola, não abordando políticas públicas para a educação, mas mostrando a violência entre alunos e greve de professores. Também está focada no ensino superior, que ganha algumas chamadas de capa de acordo com a sua relevância para os interesses públicos e sociais.

1985 – 01 a 15 de outubro (Ver anexo)

Principais temas abordados:

- Conceito filosófico no 1º grau

- Reforma planejada para o ensino básico
- Debate sobre ensino da língua inglesa no 1º grau
- Caderno Fovest passa a ser diário

A editoria *Educação* passa a fazer parte do segundo caderno (penúltima página) e divide espaço com o tema *Ciência (Educação e Ciência)*, além de *Economia, Exterior, Cidade e Esporte*. Passa a ter menos espaço, com uma página diária, e diminui o número de matérias sobre 1º e 2º graus, embora algumas cheguem a ganhar chamada de capa. No entanto, a maioria das notícias está relacionada às ações governamentais e ao ensino superior, criando inclusive, um caderno *Fovest* para esse nível de ensino, que existe até os dias atuais.

1990 – 11 a 20 de outubro (Ver anexo)

Principais temas abordados:

- Aumento das mensalidades escolares – 1º e 2º graus
- Campanha publicitária de escolas particulares
- Ensino de matemática preocupa docentes
- Reajuste de mensalidades

O tema *Educação* passa a integrar o caderno *Cidades*, mas continua a ter uma página com chapéu *Educação*, que apresenta uma periodicidade esporádica. Além disso, ocorre uma redução do número de notícias sobre o ensino fundamental e profissionalizante. Praticamente a partir daqui, as escolas particulares ganham espaço no jornal e as práticas de ensino nas escolas públicas começam a deixar de ser notícias. As políticas públicas, formas de ensino, debates filosóficos continuam fora das preocupações do jornal e ficam sem aparecer e, em consequência, não há uma cobrança para as autoridades e não cria uma demanda por parte da sociedade de um modo geral.

1995 – 01 a 11 de outubro (Ver anexo)

Principais temas abordados:

- Governo diminui verba para educação
- Escolas privadas ajudam população carente de escolas públicas com supletivo
- Governo muda regra de mensalidades escolares
- Projeto governamental visa integrar criança pobre e rica
- Aumento no salário de professores da rede estadual de ensino

O tema passa a se abordado de acordo com sua relevância, na maioria das vezes definida por ações governamentais relativas à política orçamentária destinada às escolas em geral. Não existem mais páginas sobre *Educação* e as matérias sobre o assunto são publicadas nos cadernos São Paulo/Cotidiano, acompanhadas pelo olho *Educação*.

2000 – 01 a 16 de outubro

Principais temas abordados:

- Vestibular - Inscrições na PUC/ RJ começam hoje
- Vestibular UNICAMP bate recorde de inscritos
- Candidatos prometem anular corte de creche
- Sai lista tríplice para reitor da UNESP
- Ensino técnico ganha 230 mil vagas e
- Ministro proíbe campus da Uniban
- 48% dão aula no ensino básico sem ter diploma (chamada de capa) e matéria discutindo qualidade do ensino
- 7.500 estudantes participam de avaliação internacional

Nesta data, o espaço é de uma matéria diária, a maioria divulgando data de vestibulares em universidades públicas e privadas. A diminuição do número de reportagens sobre *Educação* continua. Como em 1995, faculdades e universidades são as vertentes mais abordadas, além das ações governamentais referentes ao ensino superior.

2005 – 01 a 06 de outubro

Principais temas abordados:

- Prefeitura adere a projeto de Alckmin para dar bolsas a estudantes carentes
- Inadimplência escolar aumenta em 2005
- Após ato, Alckmin recua e adia projeto para professores

O espaço está mais reduzido ainda, com matérias com informação de atos do governo de Estado e outra sobre escolas privadas. Não há matérias debatendo ou levantando a questão de políticas públicas ou mostrando na matéria sobre bolsas para carentes, por exemplo, é mais para divulgar o programa bolsa-família, do governo estadual.

3.4 Principais aspectos sobre a cobertura jornalística da Educação no País

Com base no estudo realizado, é possível observar as características da trajetória evolutiva da cobertura sobre Educação no jornal *Folha de S. Paulo* nos últimos 40 anos. Embora seja possível notar a redução de reportagens e matérias relacionadas a esse tema, a simples manutenção ou até mesmo o aumento do espaço destinado a um tema que já recebeu status de editoria não assegura a qualidade da cobertura em termos de aprofundamento e de reflexão crítica sobre as políticas voltadas à melhoria das condições de ensino no Brasil. De acordo com Carlos Eduardo Lins da Silva, *ombudsman* da *Folha*, em quarenta e dois dias de análise feita por ele, o jornal publicou apenas quatro manchetes principais para assuntos referentes à educação.

Em minha avaliação e na de muitos leitores, esta prática de relegar questões sociais em segundo plano é um dos piores vícios do jornalismo. Nos 14 meses em que exerço este cargo, manifestei diversas vezes o desejo do público de que a educação volte a ter na *Folha* a prioridade de que desfrutava nas décadas de 1970 e 1980 e que perdeu. Parece que a Redação está atendendo a esses apelos. Em 2008, até o dia 17 de junho, 72 matérias sobre educação haviam aparecido na primeira página; no mesmo período em 2009, foram 90. Muitas trataram de problemas da rede pública estadual, como livros didáticos com erros ou conteúdo inadequado para a faixa etária dos alunos que os receberam e o excesso de professores temporários. Outras de projetos ou realidades nacionais, como os exames do Enem, o bom resultado acadêmico dos bolsistas do ProUni, o censo educacional e o alto índice de desistência dos alunos de supletivos. Perguntei à Redação se houve ordem para privilegiar a educação. A resposta foi: esta é uma prioridade editorial deste ano por ser "assunto que conjuga óbvia importância nacional e de interesse imediato do leitor" e porque em pesquisas "costuma aparecer entre os primeiros itens apontados por assinantes".³

O jornalista Luiz Caversan, que foi editor de *Educação* da *Folha de S. Paulo* no começo dos anos 1980, quando o jornal resolveu reinventar essa editoria, que havia sido muito importante nas mãos de Perseu Abramo e de Irede Cardoso, revela que, ao ser nomeado editor naquela época, tinha como missão justamente recriar esse espaço noticioso, agrupando também os assuntos relacionados à *Ciência*. Portanto, o conteúdo deveria focar ambos os temas e seus possíveis desdobramentos, que acabaram originando a editoria de *Educação e Ciência*.

De lá até 2004, quando deixei a *Folha*, tornando-me apenas colunista da *Folha Online*, muita água rolou, mas nada que voltasse a me aproximar da editoria de *Educação*, onde fiquei por dois anos (...) Posso afirmar que a cobertura de educação está sempre contaminada por uma visão trabalhista

³ Carlos Eduardo Lins da Silva, publicado em 26/06/2009 no jornal *Folha de S. Paulo*.

e/ou política, ou seja, há matérias sobre greve de professores e funcionários, brigas no campus, atraso na entrega do material escolar pela prefeitura, uniformes mal feitos, entre outras pautas parecidas. Não há, discussões verdadeiramente sérias quanto ao ensino em si, qualificação dos professores e dos alunos, casos de sucesso na formação de crianças e jovens em situações de extrema dificuldade, livros, métodos, experiências enriquecedoras. A escola, como prolongamento do lar, não é tratada dessa maneira pela mídia em geral.⁴

Ainda segundo Caversan, os jornais não discutem educação porque os leitores não se importam com a qualidade de ensino e, em sua maioria, preferem falar mal dos políticos, temem por suas economias ou querem saber sobre indicações de filmes e de livros. Para os jornais, há mais de dez anos o que importa é a denúncia, o furo de reportagem sobre alguma irregularidade, sobretudo as cometidas por governos com os quais os jornais não concordam. As grandes reportagens, que alinhavam temas de relevância social, incluindo as análises de fundo e dos assuntos que constituem a base da cidadania, não estão na pauta dos veículos de maior circulação, porque exige investimento humano e material e, supostamente, não vendem jornal.

Quanto à *Folha de S. Paulo*, o jornalista João Batista Natali admite que *Economia* e *Política* são, com certeza, editorias de maior visibilidade ou de maior importância. Para ele,

(...) a *Folha Ilustrada* não é lazer e sim reflexo da indústria cultural que interessa a uma camada imensa dos leitores. Poderíamos dizer o mesmo com relação a *Esportes*, *Folhateen* etc. Dessa forma, mesmo indiretamente, os temas relacionados à educação estão contemplados também no caderno *Fovest* e em outros cadernos especiais frequentemente publicados sobre esses temas. A cobertura do Enem, feita nos meses de março e abril de 2009, foi fantasticamente bem-feita e serve de orientação para os estudantes, para os professores e para os pais, além de discutir questões sérias bem a fundo. Não quero defender a *Folha* de maneira incondicional, mas também não acredito que exista um deserto jornalístico quando, na verdade, temos um quadro de imensos e frequentes oásis.

De acordo com Natali, também a idéia de “setorista” em educação envelheceu um pouco, como a própria idéia de “setorista”, uma vez que o jornal não mantém mais jornalistas cobrindo o Palácio dos Bandeirantes, por mais que simpatize com o governo, como há duas décadas não há mais repórter permanente na Assembléia Legislativa. De certo modo, ele atribui essa tendência geral da mídia à pergunta que a mídia faz constantemente às instituições relativas ao grau de importância de cada instituição ou à periodicidade com que precisam aparecer.

⁴ Entrevista exclusiva concedida à autora.

No caso do Congresso, do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda, a geração constante de informações é algo absurdo, incontestável. Já no caso da Secretaria da Educação do Estado ou do Município, isso simplesmente não existe. Há uma rotina quase pasmática São instituições incapazes de gerar notícias com a frequência desejada por um jornal, por um site, por uma emissora de TV. Veja que instituições como o IBGE e o Ipea (que também abordam a fundo questões educacionais) têm um poder de geração de notícias bem maior que as secretarias de educação. É por isso que essas duas instituições são acompanhadas bem mais de perto pela mídia. Cobrir educação não é ficar nas escolas ou fazer entrevista com professores. Cobrir educação é também estar atento ao que é estatisticamente pesquisado, ao que é tendência apontada por centros de pesquisas, por *think-thanks*. Em outras palavras, há hoje muitas outras vozes que "falam" de educação. E essas vozes são detectadas por repórteres de outras editoriais como *Ciências, Dinheiro e Brasil*.⁵

Segundo Natali,

no início dos anos 70, quando Perseu Abramo era editor, o Brasil era um país cheio de metas em longo prazo. Por exemplo: matricular todas as crianças de 6 a 17 anos (hoje a cobertura da rede é superior a 97%; a "falta de escolas" praticamente não existe mais). Havia a questão do analfabetismo (hoje, 8% da população, praticamente adulta, e não mais adolescente, exceto raríssimas exceções). A pauta mudou. Fala-se mais em cidadania e acesso à cultura. A expressão "analfabeto funcional" não existia antigamente. Ela hoje expressa a necessidade de as pessoas não apenas saberem ler corretamente, mas de inserirem na leitura para poderem entender um manual de uma máquina, no caso dos operários, um poema do Bilac ou uma notícia de jornal. Ou seja, o Brasil se tornou mais exigente. Metas antigas foram atingidas. E com isso, fixaram-se novas metas. Quando eu cheguei na França, em 1971, fiquei chocado ao ler diariamente o "Le Monde" e perceber que, em não havendo nada importante, determinada editoria poderia se resumir num texto de apenas 12 linhas ou então em texto nenhum. Se não havia notícia importante, a editoria se retraía. Ela não tinha um espaço fixo. Guardadas as devidas proporções, é o que eu acredito existir hoje com o tema Educação. Ela se expande e em seguida se retrai. Existem problemas crônicos, cotidianos. Mas não há uma maneira cotidiana de gerar informações, pois o timing dos problemas é outro.

Não há, portanto, a meu ver, uma "conspiração" na grande mídia contra os problemas educacionais. As faculdades de jornalismo têm essa bobagem hoje em dia. Tentam procurar conspirações para, em seguida, "conscientizar" os estudantes, de modo a protegê-los contra elas. Bem, não se pode proibir ninguém de cair nesse buraco. Mas é um buraco, e sem fundo. Quanto mais o cavamos, mais temos a consciência de que ele é profundo e que fizemos muito bem de tentar cavá-lo. É a tese legitimada pela prática. O espaço editorial de Educação é hoje em parte ocupado pelo Gilberto Dimenstein que virou uma espécie de porta-voz de experiências positivas e negativas na área educacional, o que supre, em parte, a ausência de uma editoria específica.⁶

⁵ Entrevista exclusiva concedida à autora.

⁶ Entrevista exclusiva concedida à autora.

Apesar de até ser citado como porta-voz da educação no jornal *Folha de S. Paulo*, o próprio Gilberto Dimenstein alega que a educação não faz e nunca fez parte das prioridades da nação, ou seja, nunca fez parte da agenda nacional como no caso de outros países que priorizam a qualidade do ensino. Para ele, os momentos em que a educação no Brasil foi pauta em seus mais diversos níveis, não era por causa da preocupação da mídia ou do País e muito menos das famílias que tinham filhos em escolas públicas, com o agravante de que a classe média já não mantém mais seus filhos em escolas públicas como acontecia com frequência nas últimas décadas do século passado.

Isso acabou direcionando mais os jornais para atender os interesses das elites, porque seus representantes têm mais acesso às universidades, cujo tema ficou na mídia em detrimento do ensino fundamental ou médio. Isso acabou refletindo no próprio interesse e, conforme pesquisas de opinião, ou a educação não aparece e, quando aparece, fica relegada a um segundo plano embaixo. É muito difícil um assunto crescer na mídia quando se tem uma percepção que, apesar da importância dele, o leitor não está cobrando e isso se torna um círculo vicioso. Não é que a imprensa simplesmente não acredita que a educação seja importante, tanto que esse tema já teve um espaço maior. O Brasil é que é um país que não valoriza a educação na sua história, como acontece nos Estados Unidos e na França. As famílias de classe média não vão para a escola pública e isso necessariamente reflete na imprensa. De que forma? Na questão espacial e na questão da formação do jornalista.⁷

Ele justifica sua argumentação destacando que, durante muito tempo, os jornais brasileiros não cobriam economia, uma vez que o Brasil não era um país com grandes resultados econômicos por ser predominantemente agrícola. Porém, o século XX trouxe as duas grandes guerras mundiais, as revoluções russa, cubana e chinesa, os conflitos bélicos da Coreia e do Vietnã, a independência da África, ou seja, foi um período muito revolucionário, com todo o embate entre comunismo e capitalismo. No decorrer desse século, a economia no Brasil foi crescendo, ganhando espaço e fazendo cada vez mais parte da agenda nacional. Coube aos jornais formar repórteres de economia, criando toda uma geração que entendia o que era inflação, o que era crescimento. Foi então que jornalistas especializados em economia começaram a explicar conceitos que as pessoas nem sequer sabiam como a velocidade da inflação, a relação de inflação com câmbio, com as exportações, entre outras especificidades dessa área. Isso deu origem a uma editoria de economia forte, com editorias e publicações relacionadas, formando assim um grupo de profissionais avalistas na mídia. No caso da educação, não houve um processo semelhante. Ainda de acordo com Dimenstein, a Ifoi o primeiro jornal a cobrir educação, por meio de uma editoria criada pelo jornalista Perseu

⁷ Entrevista exclusiva concedida à autora.

Abramo, que adotou uma posição de vanguarda e depois o tema educação acabou virando tema do Cotidiano.

Em 1972, Abramo montou a Seção de Educação, que iria editar por sete anos, até a sua demissão do jornal. Nos dias de semana, havia pelo menos uma página no primeiro caderno com notícias relativas a todas as questões da educação, do pré-escolar à pós-graduação. Aos domingos, grandes reportagens e artigos, perfis de jovens cientistas e educadores e a coluna “Educação”, que Perseu assinava. Em ocasiões especiais, como os exames vestibulares, as reuniões da SBPC ou as passeatas estudantis, a seção ocupava mais páginas do jornal – e Perseu escrevia colunas duas, três, quantas vezes fossem necessárias na mesma semana (...) Informando e debatendo com espírito crítico todas as minúcias da vida escolar, da merenda estragada às grandes decisões ministeriais, introduziu na grande imprensa uma nota dissonante no Brasil aparentemente apaziguado pelo milagre econômico. Visibilizando e legitimando o sujeito e movimentos em todas as formas de oposição ao regime, seja nas tentativas iniciais e tímidas de resistência à reforma de ensino por parte de professores e educadores, seja nas situações de confronto aberto com a repressão nas passeatas estudantis de 1977, a coluna “Educação” conseguiu escrever parte da história desse período (Textos de Perseu Abramo).

Dimenstein recorda ainda que também foi criado um caderno de educação chamado de *Sinapse* que acabou sendo desfeito. Para ele, é preciso entender que o Brasil passou por uma ditadura militar e depois disso, vieram vários pacotes econômicos e crises políticas que fizeram com que a democracia já sintetizasse toda a preocupação com os rumos do País, ou seja, toda a atenção do jornal estava voltada para aquilo que acontecia no âmbito político-econômico. Por essa razão, a agenda estava dominada e ainda não havia uma percepção nítida da relação entre desenvolvimento e educação, como, segundo Dimenstein não existe até hoje.

O País cresce porque existem estímulos à inovação, à pesquisa e ao empreendedorismo, além dos estímulos governamentais que fazem surgir grandes empresários. Acredito que uma das questões cruciais está na visão escravocrata. O Brasil não nasceu com uma visão inclusiva como os Estados Unidos. As pessoas podem até criticar que lá há racismo, mas a inclusão sempre fez parte da agenda americana. Quando os Estados Unidos nasceram como nação, houve uma preocupação com a escola pública assim como quando houve a libertação dos escravos, fazendo com que os negros estudassem nas mesmas escolas que os brancos e isso mobilizou o país inteiro. Ou seja, a idéia da emancipação do indivíduo estava ligada à idéia da educação pública. No Brasil, isso nunca fez parte das preocupações oficiais do governo como acontece atualmente. Até hoje, qual o espaço da educação na visão eleitoral? Isso tudo gerou uma visão brasileira de aceitação em vários níveis das desigualdades que tem a ver com a própria essência de um país acostumado com a escravidão por muito tempo, incapaz de perceber a educação como fator de promoção. O pouco que tivemos de educação nas nossas origens foi trazido pelos jesuítas e até mesmo essas escolas sucumbiram.⁸

⁸ Entrevista exclusiva concedida à autora.

Na visão do colunista, isso ocorreu porque a educação incomoda por ser um instrumento reivindicatório em termos de conscientização do indivíduo.

Basta recordar que o Brasil não contava com o voto do analfabeto até pouco tempo atrás por serem pessoas facilmente manipuláveis. Também não havia necessidade de uma mão-de-obra mais sofisticada, como se tem hoje. A educação cresce na Europa por causa dessa relação, uma vez que o mercado precisava de trabalhadores mais capacitados para poder lidar com novos meios de produção. O espaço da educação pública era um espaço da cidade e não do campo, onde não havia a necessidade de um trabalho qualificado. Como a economia não era tão sofisticada, não era preciso a aprendizagem e a aplicação de um conhecimento específico. Na situação atual, até um operário precisa ter curso superior ou, pelo menos, técnico.⁹

Para o articulista da *Folha de S. Paulo*, as empresas brasileiras possuem uma enorme dificuldade para encontrar mão-de-obra qualificada no Brasil, está crescendo a escolaridade, embora já seja possível averiguar um crescimento em função do acesso ao ensino médio, principalmente entre os jovens na faixa de 17 anos. A dúvida está em saber se ter uma editoria de *Educação* é o suficiente pra melhorar a educação no País, porque se trata apenas de um olhar. De acordo com ele, é possível cobrir a educação nas editorias de *Ciências* ou em *Cotidiano*, pois essa preocupação deve estar em todos os cantos.

Muito embora todas as estatísticas apontem que a cobertura sobre educação encontra-se hoje focada fortemente nos movimentos voltados ao ensino superior, incluindo hoje o exame do Enem por ele ser um referencial para as escolas privadas que recebem os filhos da classe média, os leitores de jornal passaram a demonstrar mais interesse pelo tema, haja vista os exemplos de países como a Coreia do Sul que concentraram seus esforços nas bases educacionais como garantia para um desenvolvimento sustentável.

O grande estímulo à cobertura está em conseguir chamar a atenção. É claro que as pessoas têm a preocupação de que o jornal não seja tão passivo em relação ao leitor, querem que ele proponha, que lance idéias e que esteja preocupado com o interesse público. Basta prestar atenção para perceber que já estamos melhorando a cobertura em educação de forma crescente por meio de indicadores de qualidade de ensino que, de alguma maneira, já começam a se voltar para as campanhas eleitorais de 2010. As pessoas dizem que a escola melhorou. Hoje, há nota por escola, por aluno, por sala de aula. A isso pode-se vincular o salário do professor, com bônus, o que vai gerando uma cobertura. Minha visão é bem otimista. Tanto, que os jornais já criaram um caderno de *Educação* como o *Estado de S. Paulo*. Mesmo a cobertura da *Folha* hoje não tem nem comparação com aquilo que era divulgado sobre o tema há cinco anos, sendo que esse mesmo processo ocorreu com os outros jornais como *O Globo*.¹⁰

⁹ Gilberto Dimenstein, entrevista exclusiva concedida à autora.

¹⁰ Gilberto Dimenstein, entrevista exclusiva concedida à autora.

O fato de esses novos cadernos sobre *Educação* não contemplarem dados e informações sobre ensino fundamental, segundo Dimenstein, se dá em razão dos anunciantes que querem apenas se dirigir às classes mais favorecidas da população brasileira que não demonstram interesse algum em discutir o ensino público, principalmente nas etapas fundamentais, uma vez que este não faz mais parte da sua realidade, circunscrita a um universo reduzido e excludente em relação às questões sociais. No entanto, para compensar esse descaso, ele alega que estão sendo criadas várias entidades empresariais e não governamentais que estão falando sobre educação, formadas por grupos de pessoas poderosas que estão preocupados com a visibilidade desse tema.

Não existe comparação entre a cobertura feita hoje com a do passado. Mesmo considerando que ela está ruim, temos que admitir que está melhorando. Antes, havia o que comparar. Tinha a discussão dos sindicatos, com aquela visão corporativa e tinha o poder público sem nenhum parâmetro do que era uma boa educação e sem referência de nota. As faculdades de educação estavam vinculadas ao ensino teórico, enquanto as escolas privadas não mereciam destaque jornalístico. Foi então que começaram a surgir os cadernos, os rankings e uma visão de conhecimento que exige cada vez mais uma demanda em termos de cobertura. Hoje, existe o ranking das melhores escolas públicas também, com toda a discussão que isso implica, como no caso do bônus concedido aos professores. Desse ponto de vista, é extraordinário, mas é suficiente? Possivelmente não, mas tenho certeza que é notável essa mudança.¹¹

Ainda com relação ao espaço que ocupa na *Folha de S. Paulo* para discutir o tema *Educação* de forma opinativa, Dimenstein acredita que o caráter opinativo do seu trabalho dentro desse veículo de comunicação deve ser considerado como uma espécie de reflexo do seu tempo, ou seja, um jornalista criado durante a vigência do regime militar que fez grandes reportagens políticas e depois enveredou para educação, preocupado também em produzir matérias sobre esse tema que começou a ser mais focado nos últimos anos. Paralelamente a isso, ele destaca que também participou do desenvolvimento ou acompanhando projetos livres em escolas em uma época em que ninguém se propunha a dispensar esforços e recursos para cobrir os desdobramentos do ensino no Brasil. Além disso, foi um dos criadores da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), entre outras iniciativas diretamente ligadas à educação, que começam a vislumbrar novos horizontes para a inserção desse tema que está intimamente relacionado aos desafios a serem enfrentados e superados para que o Brasil possa ascender de uma vez por todas ao patamar das nações consideradas emergentes.

¹¹ Gilberto Dimenstein, entrevista exclusiva concedida à autora.

Considerações finais

Tendo em vista o arcabouço teórico que foi levantado nos capítulos introdutórios desta dissertação, bem como as pesquisas realizadas e a inserção dos depoimentos dos profissionais que estiveram e ainda permanecem diretamente ligados à cobertura do tema *Educação*, torna-se visível o confronto e a polêmica gerada por esse assunto no âmbito jornalístico em geral. Como não poderia deixar de ser, é impossível conceituar e analisar esse objeto de estudo tão importante e crucial para o desenvolvimento da sociedade brasileira de forma isolada, ou seja, sem o estabelecimento das devidas conexões com toda a dinâmica macro-estrutural que vem interagindo constantemente para delinear uma configuração inédita da vida em proporções nunca antes imaginadas. Nesse sentido, a perspectiva avassaladora sobre o futuro da humanidade não está baseada apenas nos fatores políticos e econômicos como agentes dos conflitos sociais mais emergentes, uma vez que a luta do homem na pós-modernidade começa dentro do seu território particular e desconhecido, pois é desse confronto que surgem todos os demais na vida em sociedade como a única maneira de uma apreensão autêntica e reveladora da condição humana em seu processo evolutivo.

Assim sendo, esse novo cenário que se apresenta no início do século XXI tem levado o ser humano a pensar e a se comportar de forma articulada devido às exigências de uma realidade reconstruída pelo resgate do passado necessário em razão da perda da nitidez dos referenciais de progresso imbuídos nos grandes projetos para a humanidade que nortearam todas as perspectivas de futuro traçadas nas épocas anteriores. Intermediada pelos avanços de uma tecnologia sem fronteiras espaciais e temporais, pautada pelo imediatismo e pelas incertezas coletivas e individuais, a realidade atual deve ser concebida como um organismo sistêmico que evolui ao mesmo tempo de forma coesa e interrelacionada, mas também multifacetada em sua essência decodificadora das circunstâncias que determinam os rumos imprevisíveis da jornada do homem. Somente a partir desse contexto, é possível compreender as transformações que vêm ocorrendo com a cobertura do ensino no País pela imprensa, mais especificamente pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Não foi por acaso que esse tema perdeu o status de editoria como tinha na década de 1970, quando a classe média ainda mantinha seus filhos nas escolas públicas que ofereciam, em sua maioria, boas condições de ensino.

Com os processos de privatização, fusão e aquisição em nível internacional de várias atividades e empresas antes gerenciadas pelas esferas públicas locais, que geravam uma grande quantidade de postos de trabalho para a população dos países em desenvolvimento como no caso do Brasil, conseqüentemente também o homem público, entendido aqui como

um cidadão fortalecido pela conscientização dos seus direitos e dos seus deveres perante a sociedade da qual faz parte como agente de mudança entra em declínio. Nessa realidade em constante processo de mutação, ele acaba se deixando vencer pela apatia de forma generalizada, encontrando refúgio na esfera paralisante dos interesses individuais, enfraquecido também pelo desmoronamento no terreno das ideologias políticas causadas pela derrocada do regime socialista no leste europeu e pela polarização entre o antagonismo marcado pela divisão entre esquerda e direita, diante da constatação improvável da eclosão de uma terceira grande guerra que seria capaz de inquietar e de concentrar os esforços de todo o Planeta.

Pelas razões apresentadas, o tema *Educação* ficou, de certa forma, restrito aos interesses das camadas menos favorecidas da população que, além de não caracterizar o perfil de leitor que compra ou assina a *Folha de S. Paulo* ou de qualquer outro jornal de prestígio e de grande circulação no Brasil, é incapaz de reivindicar, de forma alguma, que a mídia se preocupe em retratar com profundidade as condições do ensino básico no País, o que acabou por gerar um círculo vicioso difícil de ser rompido. Nesse sentido, o movimento das “massas” vai de encontro ao processo de explosão aos próprios conteúdos informativos que servem apenas para alimentar o processo de entropia em relação ao social, no qual toda espécie de poder e toda a tentativa de socialização imposta acabam se desestruturando diante do silêncio desesperador da maioria em seu estado de inércia essencial.

Embora essa nova realidade estrutural não possa servir como a grande justificativa para que o veículo em questão abandonasse o seu compromisso jornalístico de levar informação ao maior número de pessoas com o objetivo de fornecer reflexões críticas para a formação da opinião pública visando à mobilização social, é possível compreender por que os motivos que levaram as iniciativas no sentido de proporcionar uma cobertura especial e digna do tema para o desenvolvimento da nação acabaram não vingando em médio prazo. Soma-se a isso a perspectiva histórica de um país que, em decorrência de um processo de colonização totalmente voltado à exploração pelo estabelecimento de relações de conchavo, recebeu por atavismo essa herança perversa que até hoje persiste e serve de base para assegurar a manutenção de uma minoria de favorecidos no poder, em detrimento dos interesses sociais da maioria da população que sofre com as desigualdades sociais e com má distribuição de renda.

Assim sendo, temas como *Educação* e *Saúde* sempre estiveram em segundo plano no Brasil, uma vez que nunca houve por parte dos detentores do poder a intenção de que a democratização de um ensino de qualidade se tornasse uma realidade no País, sob pena de ameaçar a constituição da ordem social vigente por meio de questionamentos e reflexões que

pudessem servir de subsídio para uma “revolução” favorável à melhora das condições de vida da maioria da população do País. Mesmo assim, com todos esses empecilhos, foram vários os movimentos contestatórios que surgiram no decorrer da história brasileira a partir da elite pensante que confere à educação a grande força libertadora para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Por incrível e paradoxal que possa parecer, o processo de globalização da economia que levou à quase falência da esfera pública, está fazendo surgir uma nova geração de empresários preocupados com a falta de mão-de-obra qualificada, com a qual precisam contar para manter suas iniciativas empreendedoras em constante inovação em relação à complexidade imposta pelos avanços tecnológicos em termos de informação, administração e produção, demonstrando capacidade para assimilar e para colocar em prática todos os recursos disponíveis e indispensáveis à garantia de sobrevivência e decrescimento no mercado atual. Como essa capacitação profissional só é possível por meio de uma estrutura de ensino eficaz e acessível a todos os cidadãos, essa classe empresarial emergente começa a cobrar que o governo cumpra a sua obrigação e que a mídia exerça a sua função fiscalizadora e informativa no que se refere à cobertura e à divulgação das ações que vêm sendo tomadas com a finalidade de preparar um número cada vez maior de pessoas para ocupar os postos de trabalho.

Em razão dessa conscientização da necessidade da oferta de um ensino de qualidade para o desenvolvimento do País no contexto pós-moderno, começa a surgir uma luz no fim do túnel para os profissionais da comunicação que alegavam não haver uma saída possível no sentido de dar ao tema *Educação* a atenção merecida em razão dos motivos já abordados. Isso pode ser constatado nos últimos dez anos pela formação de jornalistas especializados na área educacional, capazes de exercer “em tese” a função de cobrar, em nome da sociedade, melhores condições de ensino para todos, proporcionando assim uma sensação de otimismo no que diz respeito tanto à retomada quanto à evolução de um posicionamento mais crítico e atuante principalmente por parte da imprensa escrita em nível informativo e opinativo.

Em linhas gerais, o conteúdo e as reflexões contidas neste estudo procuraram delinear, além do estado da arte da cobertura sobre *Educação* pela mídia, com foco específico no jornal *Folha de S. Paulo*, as implicações envolvidas na evolução diacrônica desse tema tão crucial ao desenvolvimento da sociedade brasileira em todas as suas instâncias, assinalando as principais transformações que estão ocorrendo nas redações, bem como na seleção e nos desdobramentos das pautas relacionadas à prática do ensino no Brasil. Trata-se, portanto, de uma contribuição acadêmica no sentido de proporcionar uma visão mais ampla e elucidativa

sobre as possibilidades de aprofundamento e de renovação das reportagens e do material opinativo sobre *Educação*, demarcando o comprometimento com os fatores estruturais determinados com uma rapidez impressionante pelos avanços tecnológicos que acabaram por configurar um novo contorno social, político e econômico à sociedade brasileira que exige hoje demandas inusitadas, bem como uma forma diferente de olhar e de abordar esse tema diante da sua importância nessa nova era de dimensões sem precedentes e de rumos imprevisíveis para as nações emergentes.

Para finalizar, vale ressaltar que esse novo profissional de jornalismo que está sendo preparado para cobrir a *Educação* no Brasil deve estar ciente da necessidade de ir além das instâncias oficiais em termos de informação, em busca de novas fontes que direta ou indiretamente refletem as condições da prática educacional, rompendo assim com a mesmice com que esse tema vem sendo tratado pela imprensa brasileira nas últimas décadas. No caso específico da *Folha de S. Paulo*, se a *Educação* deve voltar a ser uma editoria isolada como antes ou merece ser tratada à luz de outras perspectivas dentro da estrutura do jornal, cabe aos jornalistas envolvidos nesse processo enfrentar o desafio de compreender e de contextualizar essa nova realidade estrutural apurando e opinando com ousadia e discernimento, tendo em vista o compromisso com uma demanda que transcende uma simples proposta de democratização do ensino por meio da inclusão de novos agentes sociais.

Referências

- ABRAMO, Perseu. Textos. *Um Trabalhador da Notícia*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, s.d.
- ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- ARELARO, L.R.G. *Educação Básica no Século XXI: tendências e perspectivas*. Piracicaba: Revista Impulso, 2005.
- BARBOSA, Rui. *Pensamento e ação* (Seleção de textos). Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*, São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas*, São Paulo: Brasiliense 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BATISTA, Roseli Araújo de. *Mídia e educação*. Thesaurus, 2007.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar*. Sinopse Estatística da Educação Básica – 2003, Brasília, maio, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Legislação. *Lei n. 10.172/2001*. Estabelece o Plano Nacional de Educação; *Lei n. 9.424/96*.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. *Orçamento e Gestão*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos Municípios Brasileiros – 2002. Gestão Pública, Brasília, 2002.
- CANELA, Guilherme (Org.). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. Andi e Cortez Editora: São Paulo, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- DEFLEUR, Melvin. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- DINES, Alberto. *A imprensa em questão*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ESTEBAN, M.T. et al. *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 2001.
- FARIA, A.L.G.; DEMARTINI, Z.B.F.; PRADO, P.D. *Por uma Cultura da infância – Metodologias de Pesquisa com Crianças*. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 1995.
- FONTCUBERTA, Mar de. *El Periódico como Sistema*. Barcelona: Editorial Mitre, 1986.
- FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1995.

- GELLNER, Ernest. *Razão e Cultura*. Lisboa: Teorema, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRANO, Sedi (org.). *Pesquisa Social - Projeto e Planejamento*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.
- IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2001.
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2000.
- MARTIN, Hans Peter. *A Armadilha da Globalização*. São Paulo: Globo, 1997.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- MIÈGE, Bernard. *O Pensamento Comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MONTEIRO, Agostinho dos Reis. *A Educação – acto político*. Lisboa: Livros Horizontes, 1976.
- MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/Unesco, 2000.
- MORIN, Edgard. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- MOURA, Manuel. *O Pensamento de Paulo Freire: uma revolução na educação*, Lisboa: Multinova, 1978.
- NAISBITT, John. *Paradoxo Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- NOVAES, Adauto (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIES, A. & TROUT, J. *Posicionamento: como a mídia faz sua cabeça*. São Paulo: Pioneira, 1987.
- SÃO PAULO. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Constituição Federal (com atualização das Emendas Constitucionais); Constituição Estadual de São Paulo; *Declaração dos Direitos Humanos*. São Paulo: IMESP, 2003.
- SAUL, A.M. *Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SCHELLING, Vivian. *A presença do povo na cultura brasileira: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire*. Tradução: Federico Carotti. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- SCHUSTER, Eva. *Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire*. Tradução de Paulo Kramer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- SEVCENKO, Nicolau. *O enigma pós-moderno*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- SILVA, CARLOS EDUARDO LINS. *Seis Mil Dias Depois*. São Paulo, Publifolha, 2005.
- TIRAMONTI, G. *O cenário político e educacional dos anos 90: a nova fragmentação*. Cadernos de Pesquisa, n. 100: São Paulo, 2002.
- TORRES, Carlos Alberto. *Leitura crítica de Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1981.
- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VIÁ, Sarah Chucid da. *Opinião Pública*. São Paulo: Loyola, 1983.

Periódicos:

- BARBOSA, Rita Cristiana. *Educação popular e a construção de um poder ético*. Revista Espaço Acadêmico n. 78, UFPB, 2005.
- MOREIRA, A.F.B. *A Psicologia e o resto: o currículo segundo César Coll*. Cadernos de Pesquisa, n. 100: São Paulo, 1997.
- VERÓN, Eliseo. *Comunicación de masas y producción de ideología: acerca de la constitución del discurso burgués em la prensa semanal*. Revista Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires: Paidós, n.1, 1974.

Sites relacionados e consultados:

- www.andi.org.br
- www.brasilecola.com
- www.folha.uol.com.br
- www.iieb.org.br
- www.inep.gov.br/estatisticas
- www.gaiabrasil.net
- www.mec.gov.br
- www.sp.gov.br
- www.suapesquisa.com/educacaobrasil
- www.wikipedia.com

Anexos

Entrevista Luiz Caversan – jornalista e ex-editor de *Educação da Folha de S. Paulo*

O meu trabalho é tentar fazer um paralelo entre a falta de editoria fixa de *Educação* e a piora na qualidade de ensino no País. Claro, não sei se será possível fazer essa comparação, mas a idéia é levantar alguns pontos, como:

Por que uma editoria tão importante para um País em desenvolvimento não é fixa no jornal?

Luiz Caversan: Francisca, agora que vejo o teor das suas perguntas, constato que não sou a pessoa indicada para o seu trabalho.

Porque fui editor de educação da Folha no começo dos anos 80, quando o jornal resolveu reinventar essa editoria, que havia sido muito importante anteriormente, nas mãos de Perseu Abramo e Irede Cardoso. Quando fui nomeado editor à época (1986) tive como missão justamente recriar a editoria, então agrupando também Ciência, portanto era editoria de Educação e Ciência. De lá até 2004, quando deixei a Folha, tornando-me apenas colunista da Folha Online, muita água rolou, mas nada que voltasse a me aproximar da editoria de Educação, onde fiquei se muito dois anos...

Portanto, eu não estou, hoje em dia ainda mais, habilitado a falar da política do jornal quanto à periodicidade e espaço para educação.

Uma coisa que eu posso dizer, que já ocorria na minha época e que não mudou, é que a cobertura de Educação está sempre contaminada por uma visão trabalhista e/ou política, ou seja, há matérias sobre greve de professores e funcionários, brigas no campus, atraso na entrega do material escolar pela prefeitura, uniformes mal feitos etc.

Não vejo, porque não há, discussões verdadeiramente sérias quanto ao ensino em si, qualificação dos professores e dos alunos, casos de sucesso na formação de crianças e jovens em situações de extrema dificuldade, livros, métodos, experiências enriquecedoras.

A escola, como prolongamento do lar, não é tratada dessa maneira pela mídia em geral.

Acho que sua questão primeira pode ser respondida dessa maneira: os jornais não discutem educação porque os leitores não se importam com qualidade de ensino. Em sua maioria, preferem falar mal dos políticos, temem por suas economias ou querem saber que

filme ver ou qual livro ler. Mas não estão nem aí sobre as mais modernas e melhores práticas em educação. Para os jornais, já há alguns anos, quase 10 pelo menos, o que importa é a denúncia, o furo de reportagem sobre alguma irregularidade, sobretudo as cometidas por governos com os quais os jornais não concordam. Aquela escola da Mooca ou Tatuapé, não me lembro bem, que foi totalmente depredada pelos alunos, lembra-se? Foi notícia por causa do quebra-quebra, quando mostrou-se muito que não havia cuidado, que a culpa era do governo, que a polícia não fazia nada. E a vida daquelas crianças/jovens, que teve de seguir em frente apesar de tudo o que aconteceu?

Ninguém se importa.

As grandes reportagens, que cuidam dos grandes temas, das análises de fundo e dos assuntos que constituem a base da cidadania, não estão na pauta dos grandes veículos, porque exige investimento humano e material e supostamente “não vendem jornal”.

Mas, é importante esclarecer, essa é apenas minha opinião, nada mais.

Entrevista com o jornalista Gilberto Dimenstein, colunista da *Folha de S. Paulo*

O que você acha da cobertura atual da editoria de *Educação*, principalmente na mídia impressa e especificamente no caso *Folha de S. Paulo*?

Dimenstein: A educação não faz, nunca fez parte das prioridades da Nação, nunca fez parte da agenda nacional como fez em outros países e que tem uma educação de qualidade. Claro que a educação sempre apareceu de várias formas na mídia, teve momentos que apareceu mais, teve momentos em que apareceu menos, teve horas em que os jornais deram mais ou menos atenção. Não era uma preocupação da mídia ou do país, nem das famílias e muito menos das famílias que tinham filhos em escolas públicas. Com o agravante de que as famílias de classe média alta já não tinham filhos em escolas públicas como antigamente. Então, isso acabou de sancionar mais o jornal das elites por que eles ficavam nas universidades, cujo tema ficou na mídia que não falava mais do ensino fundamental ou médio. Isso acabou refletindo no próprio interesse e conforme você vai ver nas prioridades, conforme pesquisas de opinião, ou educação não aparece e quando aparece é lá embaixo. As prioridades do eleitor quando vão votar em um candidato, ou educação não aparece ou também quando aparece está lá embaixo. É muito difícil um assunto crescer na mídia quando se tem uma percepção que, apesar da importância do assunto, o leitor não está cobrando.

Por exemplo: a morte do Michael Jackson foi manchete nos jornais, a gravidez da Ivete Sangalo ou então outros interesses na área da economia, da corrupção, da crise, essas coisas já fazem parte de uma agenda por que tem um ciclo virtuoso, por que você acha importante e o jornal também acha importante e o assunto vai ficando importante. Então essa é a lógica.

Essa coisa da importância, você acha que é por que vende?

Dimenstein: Por que chama a atenção, por que são os valores da sociedade. Não é que a imprensa não ache a educação importante, tanto que já teve um espaço maior. Então é isso. O Brasil é um país que não valoriza a educação na sua história, como acontece nos Estados Unidos, como a França. As famílias de classe média não vão para a escola pública e isso necessariamente reflete na imprensa. De que forma? Na questão espacial e na questão da formação do jornalista.

Vamos voltar um pouco no tempo com outro exemplo. Durante muito tempo, os jornais não cobriam economia, não era assunto dos jornais. O Brasil nem era um país com grandes resultados econômicos, era um país agrícola, não tinha a menor importância economicamente como nação. Os jornais cobriam assuntos internacionais. O século 20 era o século da 1ª Guerra Mundial, da 2ª Guerra Mundial, é o século da revolução cubana, russa, chinesa, da guerra da Coreia, do Vietnã, da independência da África, ou seja, era um século muito revolucionário, com todo o embate do comunismo e do capitalismo. Mas no país, a economia não era tão pujante e nem as pessoas achavam que o assunto valia a pena como a política internacional.

Mas a economia no Brasil foi crescendo, ganhando espaço e fazendo cada vez mais parte da agenda nacional e o que fizeram os jornais? A formar repórteres de economia, com os bancos a formar toda uma geração de pessoas que entendiam o que era inflação, o que era crescimento. O Joelmir Betting, jornalista de economia, começou a explicar alguns conceitos que as pessoas nem sequer sabiam o que era a velocidade da inflação, da moeda, relação de inflação com câmbio, com exportações etc. Daí teve editoria de economia forte, se criando editorias e publicações de economia, se criou um grupo de pessoas avalistas. Na educação não se teve isso. O que está acontecendo é outra coisa.

Para responder tua primeira pergunta, eu diria que a Folha foi o primeiro jornal a ter essa cobertura de educação, criando até uma editoria, com o Perseu Abramo, adotando uma posição de vanguarda e depois o tema educação virou tema de COTIDIANO. Depois se criou

um caderno de educação chamado *Sinapse* que também foi desfeito e também temos que entender que no Brasil teve o regime militar e depois disso, vários pacotes econômicos, várias crises. Então, só a coisa da democracia já sintetizava toda a preocupação. Depois se teve hiperinflação, recessão, choques do petróleo, impeachment, morte do Tancredo Neves, o presidente Itamar Franco, ou seja, a atenção toda do jornal estava tragada com esse campo todo das novidades. Não tinha muito espaço pro tema educação, quando se tinha inflação de 70% ao mês, recessão, curtindo os militares saindo do poder, eleição direta para governador, prefeito... . A agenda estava dominada e mais ainda, não havia uma percepção de muita gente da relação desenvolvimento e educação, como não temos até hoje.

O tema direitos humanos estava todo vinculado à questão da política e do regime militar.

Mas quando vemos o desenvolvimento de outros países como estados unidos e da Europa, vemos que eles crescem em função do desenvolvimento da educação...

Dimenstein: Um pedaço sim. O país cresce por que tem estímulos à inovação, à pesquisa, a empreendedorismo, por que tem bons empresários, tem estímulos governamentais.

Acredito que uma das questões é a visão escravocrata. O Brasil não nasce com uma visão inclusiva como os americanos. As pessoas podem até criticar que nos Estados Unidos há racismo, mas sempre na agenda americana tem a inclusão, sempre quando os Estados Unidos nascem como nação, tem uma preocupação com a escola pública, e quando houve a libertação dos escravos, houve preocupação com a educação. Nos Estados Unidos houve a preocupação de os negros estudarem nas mesmas escolas que os brancos e mobilizou o país inteiro. Ou seja, a idéia da emancipação do indivíduo estava ligada à idéia da educação pública. No Brasil, isso nunca fez parte das preocupações, faz parte agora. Tinha alguns momentos, algumas pessoas, mas não fazia parte de uma agenda de governo e tinha essa visão jogada. Até hoje, qual o espaço da educação na visão eleitoral? Então se tem hoje uma visão brasileira de aceitação em vários níveis das desigualdades. Acho que tem a ver com a própria visão de um país acostumado com o escravo por muito tempo. Tem as capitâncias hereditárias... .

E quem tem direito a uma educação no Brasil hoje é uma elite, até mesmo os que conseguem fazer uma pós graduação é uma elite....

Dimenstein: E o pouco que se tem em educação no Brasil foi com os jesuítas, o que é um absurdo, né? Tinham até a quarta série que bem ou mal, era educação. Mas nem essa

educação sobrou e as escolas dos jesuítas foram encerradas. Então você vê: não era o assunto. Eu acho que tem a ver com a visão elitista do Brasil de não perceber a educação como fator de promoção.

E essa questão de quem tem educação, tem o poder....

Dimenstein: É, pelo menos não se preocupar com as pessoas que não têm educação, pois a educação incomoda, pode ser um instrumento reivindicatório, a pessoa está consciente. Lembro que o Brasil, não tinha voto do analfabeto e que eram pessoas mais facilmente manipuláveis. Mas também não havia necessidade de uma mão-de-obra mais sofisticada, como se tem hoje. A educação cresce na Europa por causa dessa relação. Então, precisavam de trabalhadores mais estudados para poder lidar com novos meios de produção, criando universidades. O espaço da educação pública é um espaço da cidade e não do campo, que tinha um trabalho menos qualificado.

Ao mesmo tempo você conseguia ir levando, pois a economia não era tão sofisticada como agora, não tinha a necessidade do conhecimento e hoje até um operário tem que ter curso superior ou pelo menos tecnológico.

Aliás, hoje muitas empresas não conseguem preencher vagas e o desemprego é grande....

Dimenstein: Exatamente, a mão-de-obra no Brasil não é qualificada, está crescendo a escolaridade, principalmente entre os jovens. Se você pegar o ensino médio e a faixa de 17 anos, você vai ver o crescimento.

Até conversamos por telefone sobre a minha pesquisa que é: qual é realmente o papel da imprensa, do jornal em nem ter hoje uma editoria de *Educação*, se ele é co-responsável por essa queda na qualidade da educação?

Dimenstein: A dúvida é saber se ter uma editoria de *Educação* é o suficiente pra melhorar a educação....

Exatamente isso que eu gostaria de saber de você.

Dimenstein: Talvez ter uma editoria não sei se é o caso por que a educação é um olhar. Você pode ter a educação em ciências, em cotidiano....

Acho que não é a editoria que garante. Acho que é o fato dessa preocupação estar em todos os cantos. Às vezes editoria significa uma preocupação, mas agora o que você vê é que os jornais estão dando mais educação. Seja por que o público feminino virou leitor do jornal

cada vez mais, seja por que os empresários estão falando mais sobre isso, seja por que você tem vários movimentos sociais como o “**todos pela educação**”, por que se tem mais universidades, por que tem o PROUNI, ou por que as famílias estão mais educadas...

Na minha pesquisa eu encontrei e analisei as matérias e muitas são focadas no ensino superior. Por quê?

Dimenstein: Porque o ensino superior é o ensino dos ricos.

Justamente por isso minha pesquisa é pegar essa parte do ensino fundamental que a imprensa não discute. Por quê?

Dimenstein: Por que se fala muito hoje no ENEM? Porque é um referencial de escolas privadas, Bandeirantes, Vera Cruz. Então, o leitor de jornal passa a ter interesse nisso daí. Essa é a questão. É muito difícil você imaginar que o jornal possa se colocar na frente do leitor. Não é que ele não acha o assunto importante, mas o grande estímulo à cobertura é quando você chama a atenção.

Lhe dou outro exemplo. Você não tem uma cobertura militar em todos os jornais; e tampouco você tem em nível internacional. Pega a cobertura dos jornais internacionais, não é... Por que? Porque você não tem leitor pra isso. É Claro que as pessoas têm a preocupação de que o jornal não seja tão passivo em relação ao leitor, querem que ele proponha, que lance idéias, que esteja preocupado com o interesse público e tal. Agora isso daí é uma coisa clara.

Mesmo o pessoal que está no PROUNI não é tão pobre assim. Conseguiu passar do ensino médio e entrar numa universidade.

Do jeito que você fala, parece que não tem solução. Não tem como chamar o interesse da população para discutir a educação?

Dimenstein: Não é bem assim. Já está melhorando. Se você prestar atenção, já temos muitas matérias, a cobertura é crescente. Tem muito mais matérias que antes. Tem os indicadores tipo Ideb, Idesp, indicadores de qualidade de ensino que de alguma forma eles já começam a ir pra campanhas presidenciais, pra governadores e prefeitos. As pessoas dizem que a escola melhorou. Hoje você sabe a nota por escola, por aluno, por sala de aula. Aí você pode vincular isso ao salário do professor, com um bônus e, com isso vai tendo uma cobertura.

Minha visão em relação a isso é otimista, é bem otimista. É tanto que os jornais já criaram um caderno de educação como *O Estado de São Paulo*. Se você pegar hoje a

cobertura da *Folha* comparada há cinco anos não tem nem comparação, a mesma coisa os outros jornais como *O Globo*.

Mas esses cadernos que são criados são também em função do ensino superior. É por causa de anúncio? Não vêm falando de ensino fundamental....

Dimenstein: Não tem mesmo nenhum falando de ensino fundamental. Acho que é por causa de anúncio, mas também porque grande parte do leitor do jornal é de escolas particulares. Quem vai anunciar num caderno que discuta o ensino fundamental?

Independente disso, se você pegar o número de entidades empresariais que estão falando de educação, mostra que tem um grupo de pessoas poderosas que estão preocupados com educação. Você mesmo vê, quantas pessoas não vão visitar a Unipalmarens? Quantas apóiam? Muitos empresários e empresas estão apoiando a educação, como o Gerdau, o Bradesco.

Não é um caderno que garante a discussão sobre educação, pode ser discutida em outra editoria. O que garante isso é que se tenha repórter ensinado pra discutir isso e essa questão do repórter cobrir educação é uma questão recente.

Mas não tem muito...

Dimenstein: Mas tem alguns. Na *Folha* tem o Antonio Góis, o Fabio Takahashi, no *Estadão* tem duas a três pessoas, quer dizer, já está tendo.

Na verdade está voltando, né? Teve o Perseu....

Dimenstein: Mas se você pegar a imprensa como um todo, não era tanta cobertura assim. Você tinha matérias, reportagens sobre o futuro da educação, universidades. No *Estadão* tinha muitas matérias sobre educação pública. Aliás, se você pegar um documento chamados **Teneros da Educação**, seria interessante, pois ele fala que sem educação não tem jeito.

Acho que o Monteiro Lobato assinou e era uma visão ultra contemporânea da educação e a família Mesquita que estava acima disso.

Pois é, já se tem esse vislumbre. Mas o Brasil continua sempre nessa visão de ser um país do futuro...

Dimenstein: Mas tem havido mudanças sim, posso te garantir, pois eu acompanho um pouco e até ajudei a fundar a ANDI, a fundação de Brasília e eles acompanham as notícias de forma milimétrica e pode te ajudar bastante na tua pesquisa.

Não tem comparação a cobertura que é feita hoje com a de dez ou cinco anos atrás. Hoje é muito maior. Mesmo achando que está ruim, temos que achar que está bom. Antes não se tinha o que comparar. Tinha uma discussão que eram os sindicatos que faziam, aquela coisa corporativa e tinha o poder público sem nenhum parâmetro do que era uma boa educação, sem referência de nota, as faculdades de educação muito menos vinculadas a ensinamentos teóricos e o resto, as escolas privadas, que não mereciam cobertura.

Dáí começaram a surgir os cadernos, os ranking, uma visão de conhecimento cada vez mais a ser demandado. E hoje já se tem o ranking das melhores escolas públicas também, com toda a discussão que isso acontece, como a discussão do bônus. Isso não aconteceria se não tivesse esses ranking para você dar para as pessoas. Então é extraordinário desse ponto de vista. Agora, é suficiente? Não, possivelmente não, mas tenho certeza que é notável essa mudança.

Como você vê esse espaço que você tem no jornal? Você acha que contribui com o tema com o espaço que tem?

Dimenstein: Eu acho que sou apenas reflexo do meu tempo, um jornalista criado no regime militar, fez reportagens políticas, depois enveredou para educação e não só isso, mas com matérias educativas. Acho que sou reflexo de um tempo em que esse assunto começou a ser focado. E aí, ao mesmo tempo em que eu tinha as matérias, também desenvolvia projetos livres, em escolas, ou acompanhando projetos em escolas, numa época em que ninguém cobria isso. Depois também participei da criação da ANDI, entre outras coisas ligadas à educação.

Entrevista com o jornalista João Batista Natali – ex *Folha de S. Paulo*

O meu trabalho é tentar fazer um paralelo entre a falta de editoria fixa de *Educação* e a piora na qualidade de ensino no País. Claro, não sei se será possível fazer essa comparação, mas a idéia é levantar alguns pontos, como:

Por que uma editoria tão importante para um país em desenvolvimento não é fixa no jornal?

João Batista Natali: Estou de acordo com você. Mas acredito que existam alguns temperos antes que possamos afirmar que a grande mídia despreza a questão da educação.

O que existe, a meu ver, em primeiro lugar, é a adaptação do organograma das redações a uma lógica de enxugamento. Na *Folha*, isso começou com a crise da dívida externa de 1982. Foi quando, com a maxidesvalorização da moeda brasileira, o papel (principal insumo dos jornais) tornou-se absurdamente mais caro. Era preciso, para as empresas, cortar postos, repatriar correspondentes, enxugar a Redação e as sucursais. Foi nesse processo que (se me lembro bem) a editoria de *Educação* voltou a integrar a equipe bem mais ampla de Cotidiano.

Mesmo assim, não dá para dizer que deixou de haver preocupação e que as matérias eram "praticamente oficiais". Lembre-se do desempenho maravilhoso da Marta Avancini. Mesmo locada em *Cotidiano*, ela produziu coisas maravilhosas. Entre no arquivo *UOL, Folha Online* e depois clique em *Folha de S. Paulo*. Você verá que foi um dos períodos mais gloriosos de reportagens exaustivas sobre esse assunto. Foi inclusive a Marta que relatou os planos implícitos do então ministro tucano, Paulo Renato, de insuflar o ensino superior com escolas de baixa qualidade, apenas para qualificar "mais ou menos" a mão-de-obra local. Ou seja, dá para cobrir educação sem que ela seja uma editoria separada, com editor e sub, com pauteiro e repórteres. Esse detalhe é importantíssimo.

Por que as editorias importantes para o jornal são economia (*Dinheiro*) e política? Até mesmo lazer (*Ilustrada*), que têm espaços fixos e grandes?

João Batista Natali: Agora, novamente quanto à *Folha. Economia e Política* são, com certeza, editorias de maior visibilidade, mais importantes. *Ilustrada* não é "lazer". É indústria cultural, que interessa a uma camada imensa do leitorado. Poderíamos dizer o mesmo com relação a *Esportes, Folhateen* etc. Veja que, meio indiretamente, *Educação* está contemplada também no caderno *Fovest*.

Outra coisa: há cadernos especiais frequentemente publicados sobre temas educacionais. O caderno sobre o Enem foi fantasticamente bem-feito. Ele saiu há uns dois ou três meses (março/abril/2009). Serviu de orientação para os estudantes, para os professores, para os pais. E discutiu questões sérias bem a fundo.

Não quero defender a *Folha* de maneira incondicional. Mas acredito que a colocação das questões, do modo com que você o faz, passa a impressão de que há um deserto

jornalístico quando, em verdade, temos um quadro de imensos e frequentes oásis. Entende? Claro que, se eu fosse o dono da Folha, as coisas seriam diferentes.

Sabemos que os países desenvolvidos investiram muito em educação. No Brasil, parece não haver essa preocupação. O investimento é pouco nesse setor, não há jornalistas especializados nem setoristas.

João Batista Natali: Mas veja que a idéia de "setorista" em educação envelheceu um pouco, como a própria idéia de "setorista". O jornal não mantém mais ninguém no Palácio dos Bandeirantes, por mais que puxe regularmente o saco do Serra. Há coisa de duas décadas não há mais repórter permanente na Assembléia Legislativa. De certo modo, essa tendência (que não é apenas da *Folha*) equivale mais ou menos a uma pergunta que a mídia faz constantemente às instituições: "Você é importante?" ou "Com que periodicidade você é importante?" No caso do Congresso, do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda etc., a geração constante de informações é algo absurdo, incontestável. No caso da Secretaria da Educação do Estado ou do Município, isso simplesmente não existe. Há uma rotina quase pasmática. São instituições incapazes de gerar notícias com a frequência desejada por um jornal, por um site, por uma emissora de TV. Veja que instituições como o IBGE ou o Ipea (que, aliás, também abordam a fundo questões educacionais) têm um poder de geração de notícias bem maior que as secretarias de educação. É por isso que elas, essas duas instituições, são acompanhadas bem mais de perto pela mídia.

A mídia também parece não ter interesse em discutir o assunto muito a fundo. Existem só matérias e praticamente oficiais, com dados do governo.

João Batista Natali: Essa é, aliás, uma outra dica que eu poderia dar a você. Cobrir educação não é ficar nas escolas ou fazer entrevista com professores. Cobrir educação é também estar atento ao que é estatisticamente pesquisado, ao que é tendência apontada por centros de pesquisas, por *think-thanks* (a *Folha* cobre muito bem as atividades daquele centro de políticas públicas da Unicamp, em que a educação é amplamente contemplada). Em outras palavras, há hoje muitas outras vozes que "falam" de educação. E essas vozes são detectadas por repórteres de outras editoriais: *Ciências*, *Dinheiro*, *Brasil*. Veja o caso da inadequação de certos livros didáticos, editados (e com razão) como se fossem escândalos.

Por fim, um último grupo de considerações, que as perguntas feitas por você não contemplam. No início dos anos 70, quando o Perseu era editor, o Brasil era um país cheio de metas a longo prazo. Por exemplo: matricular todas as crianças de 6 a 17 anos (hoje a

cobertura da rede é superior a 97%; a "falta de escolas" praticamente não existe mais). Havia a questão do analfabetismo (hoje, 8% da população, praticamente adulta, e não mais adolescente, exceto raríssimas exceções). A pauta mudou. Fala-se mais em cidadania e acesso à cultura. A expressão "analfabeto funcional" não existia antigamente. Ela hoje expressa a necessidade de as pessoas não apenas saberem ler corretamente, mas de inserirem na leitura para poderem entender um manual de uma máquina, no caso dos operários, um poema do Bilac ou uma notícia de jornal. Ou seja, o Brasil se tornou mais exigente. Metas antigas foram atingidas. E com isso, fixaram-se novas metas. Elas são abordadas com frequência, mesmo que o jornal não possua uma editoria de Educação. Entende?

Um depoimento agora pessoal. Quando eu cheguei na França, em 1971, fiquei chocado ao ler diariamente o *Le Monde* e perceber que, em não havendo nada importante, determinada editoria poderia se resumir num textinho de 12 linhas ou então em texto nenhum. Se não havia notícia importante, a editoria se retraía. Ela não tinha um espaço fixo. Guardadas as devidas proporções, é o que eu acredito existir hoje com o tema Educação. Ela se expande e em seguida se retrai. Existem problemas crônicos, cotidianos. Mas não há uma maneira cotidiana de gerar informações. O *timing* dos problemas é outro.

Bem, falei de modo excessivo.

Isso porque, a meu ver (e quero tirar essa idéia da tua cabeça) há uma "conspiração" na grande mídia contra os problemas educacionais. As faculdades de jornalismo têm essa bobagem hoje em dia. Tentam procurar conspirações para em seguida "conscientizar" os estudantes, de modo a protegê-los contra elas. Bem, não se pode proibir ninguém de cair nesse buraco. Mas é um buraco, e sem fundo. Quanto mais o cavamos, mais temos a "consciência" de que ele é profundo e que fizemos muito bem de tentar cavá-lo. É a tese legitimada pela prática. Coisa que qualquer teoria fenomenológica abominaria.

Uma coisinha que esqueci de dizer. O espaço editorial de Educação é hoje em parte ocupado pelo Gilberto Dimenstein. Entre no blog dele (catracalivre.com.br). Ele virou uma espécie de porta-voz de experiências positivas e negativas na área educacional. O que tempera, também em parte, a ausência de uma editorial específica. Promete levar em conta essa informação nas tuas conclusões finais.

Carlos Eduardo Lins da Silva, ombudsman da *Folha de S. Paulo*.

São Paulo, 21 de Junho de 2009.

Na educação é essencial ir fundo

O simples aumento do espaço para a educação é pouco; o importante mesmo é a qualidade da cobertura

EM 42 DIAS, entre 4 de maio e a segunda passada, a Folha deu quatro manchetes principais para assuntos referentes a educação. Não é comum nos jornais brasileiros, este inclusive, dar tanto destaque a temas que não sejam de economia, política ou internacional. Em minha avaliação e na de muitos leitores, esta prática de relegar questões sociais a segundo plano é um dos piores vícios do jornalismo.

Nos 14 meses em que exerço este cargo, manifestei diversas vezes o desejo do público de que a educação volte a ter na Folha a prioridade de que desfrutava nas décadas de 1970 e 1980 e que perdeu.

Parece que a Redação está atendendo a esses apelos. Em 2008, até o dia 17 de junho, 72 matérias sobre educação haviam aparecido na primeira página; no mesmo período em 2009, foram 90. Muitas trataram de problemas da rede pública estadual, como livros didáticos com erros ou conteúdo inadequado para a faixa etária dos alunos que os receberam e o excesso de professores temporários.

Outras de projetos ou realidades nacionais, como os exames do Enem, o bom resultado acadêmico dos bolsistas do ProUni, o censo educacional e o alto índice de desistência dos alunos de supletivos. Perguntei à Redação se houve ordem para privilegiar a educação. A resposta foi: esta é uma prioridade editorial deste ano por ser "assunto que conjuga óbvia importância nacional e de interesse imediato do leitor" e porque em pesquisas "costuma aparecer entre os primeiros itens apontados por assinantes".

É ótimo que o jornal aquiesça à vontade expressa de sua audiência. Nem sempre isso ocorre. Mas o simples aumento do espaço e destaque para a educação é pouco. A Redação me informa que "está em discussão" criar uma seção ou página de educação, como fez no ano passado para saúde. Outra boa possibilidade, mas ainda insuficiente.

A página de saúde foi muito bem-vinda, mas com frequência trata mais da "saúde privada" (que não raramente resvala para o supérfluo) do que de políticas públicas, que interessam muito mais à sociedade. Espero que uma editoria de educação não incorra nesse

modelo. Mas importante mesmo é a qualidade da cobertura. Há duas semanas a USP está engolfada em grave crise, e o trabalho deste jornal ao cuidar dela tem sido muito frágil, em minha avaliação.

Embora duas das reivindicações dos grevistas (aumento salarial dos funcionários e não implantação de cursos de graduação a distância) tenham finalmente sido objeto de reportagem nesta semana, o resultado foi superficial nos dois casos. Como fez em 2008 na greve dos professores paulistas, o jornal não vai fundo nos problemas que motivam esta na USP. E ir fundo é essencial quando o assunto é educação.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Na educação, é essencial ir fundo. FOLHA DE S. PAULO. S.P, 21 jun 2009.

Para Ler

"Mídia e Educação", de Roseli Araújo Batista, Thesaurus, 2007 (R\$ 25).

Para Ver

"Entre os Muros da Escola", de Laurent Cantet, de 2008, em exibição em São Paulo.

VESTIBULAR

Inscrições na PUC-Rio começam hoje

As inscrições para o vestibular da PUC-Rio começam hoje e vão até o dia 20. O processo seletivo será feito por meio do resultado do Enem ou pelo vestibular. As inscrições podem ser feitas no campus da PUC (rua Marquês de São Vicente, 222, Gávea) ou pela Internet (www.puc-rio.br).

Menor verba prejudicará áreas da Educação e Saúde

A proposta orçamentária do Estado para 76, encaminhada pelo governador Paulo Egidio à Assembléia, agradou, de modo geral, aos secretários, que consideraram as dotações destinadas às suas pastas como suficientes para o atendimento dos programas elaborados.

As exceções registradas, inicialmente, se referem às Secretarias da Saúde e da Educação, duas das que receberiam verbas inferiores às anteriormente previstas. No setor da Educação, conforme declarou ontem o secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira, as áreas de ensino técnico e de construções escolares ficarão prejudicadas, embora os projetos elaborados nesse campo não venham a ser suspensos (v. notícia na seção de Educação deste jornal).

Na Secretaria da Saúde, o plano de construção de novas unidades sanitárias não terá condições de ser implantado. Como solução, a Secretaria deverá alugar prédios para a instalação das 40 unidades previstas, o que lhe acarretará uma despesa anual de 50 milhões de cruzeiros.

Entretanto, conforme informou o assessor técnico do gabinete do secretário Valter Leser, apesar da verba menor, a pasta terá condições de melhorar o nível de atendimento público, mantendo ainda inalterado seus programas de imunização.

Nos setores de Planejamento (v. notícia na seção de Economia), Promoção Social, Obras, Interior e Trabalho, as verbas foram consideradas satisfatórias para cumprimento dos programas dessas pastas. Apenas o secretário Jorge Malulí Neto, do Trabalho, admitiu a possibilidade de vir a necessitar de uma suplementação no decorrer do exercício.

CRÍTICAS

Ontem, na Assembléia, o deputado emedebista Gustavo Korte Real criticou o governador Paulo Egidio Martins de ter elaborado um programa de governo sem levar em conta os anseios populares, baseando-se, na formulação de sua estratégia, apenas em informações pessoais. O parlamentar lamentou que o governador não tenha debatido o assunto com os deputados, quando esteve em visita à Assembléia.

Menor, prioridade na Promoção Social

A assistência ao menor, em termos de recursos, será a meta prioritária da Secretaria da Promoção Social no próximo ano. Para os programas nesse campo, ela aplicará 270 milhões de sua verba orçamentária de Cr\$ 670.730.400,00, para 76.

Desse total, 194 milhões serão gastos em obras. O restante será destinado ao custeio das atividades. A Secretaria pretende construir 13 casas de internamento e recuperação de menores. Segundo o diretor geral da Promoção Social, Celso Giusti, serão construídas três casas na Capital (duas na Raposo Tavares e uma na Água Funda) e uma em cada região do interior do Estado (atualmente a Secretaria possui 10 regionais).

"Em São Paulo, o antigo RPM continuará como posto de triagem e recolhimento provisório. Mas, com o encaminhamento desses menores às novas casas de internamento, vamos diminuir a sobrecarga do RPM e aumentar o padrão de atendimento e recuperação do menor, nos

mesmos níveis de atendimento da Funabem."

A Secretaria da Promoção Social aplicará sua verba orçamentária basicamente em dois programas: administração (despesas com pessoal e manutenção de serviços) e assistência, subdividida em três programas (assistência social geral, assistência ao menor e assistência comunitária).

Em assistência comunitária, que compreende a coordenação e desenvolvimento de programas de integração do indivíduo à comunidade e de cooperar com entidades filantrópicas, a Secretaria gastará 86 milhões de cruzeiros: 28 em programas próprios e 58 em subvenções a outras entidades.

Em assistência social geral, através de programas próprios de atendimento à migração, imigração, amparo à velhice, à prostituição e aos desempregados, a Secretaria gastará 61 milhões de cruzeiros em 76. Como subvenção a entidades, com a mesma finalidade, serão empregados outros 10 milhões de cruzeiros.

Além desses programas e do custeio de suas atividades, a Promoção Social, através do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções, aplicará mais 159 milhões de cruzeiros em programas de atendimento ao menor, à saúde, manutenção e aquisição de equipamentos e assistência técnico-financeira a entidades de caráter filantrópico.

Saúde: unidades de aluguel, a solução

Com um corte na verba de quase 600 milhões de cruzeiros (sua previsão era de 2,4 bilhões) e receberá em 76, 1,8 bilhões), a Secretaria da Saúde foi obrigada a adiar seu plano de construção de novas unidades sanitárias. Ao invés disso ela alugará imóveis, para instalar 40 unidades sanitárias, para criar condições imediatas de atendimento da população.

Essas unidades serão instaladas nos 37 municípios da Grande São Paulo, em locais estratégicos. O aluguel de cada imóvel deverá custar, em média 10 mil cruzeiros por mês, o que dará à Secretaria uma despesa anual com aluguéis da ordem de 5 milhões de cruzeiros. O equipamento e o pessoal para essas unidades, segundo a Secretaria, não será problema.

Segundo o assessor técnico do gabinete do secretário, Tharsis Palhares, a verba do próximo ano será distribuída pelas cinco unidades orçamentárias do setor de saúde: administração da Secretaria e da sede, Coordenação de Saúde da Comunidade; Coordenação de Saúde Mental; Coordenação de Assistência Hospitalar; e Coordenação de Serviços Técnicos Especializados.

Entretanto, ele não especificou qual a função social dessas unidades orçamentárias e nem o montante de verba para cada uma.

"Vamos ativar o funcionamento das 802 unidades sanitárias e centros de saúde

espalhados por todo o Estado de São Paulo e conservar todos os hospitais de saúde", disse o assessor técnico.

Em termos de vacinação, a Secretaria de Saúde continuará a desenvolver os mes-

mos programas de imunização e produção deste ano, no campo antipólio, anti-sarampo e antimeningite. Para o assessor Tharsis Palhares é possível que a Secretaria contrate mais pessoal e estude melhor remuneração para atividades defasadas.

"Com a verba orçamentária para o próximo ano, a Secretaria terá condições de melhorar o nível de atendimento público, comprando mais remédios para distribuição gratuita, leite para crianças etc.", disse Palhares.

Obras: mais verbas para saneamento

O orçamento de quase 3,5 bilhões de cruzeiros da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente para 1976, chegará, na realidade, à casa dos 5 bilhões, se somados seus recursos próprios (56 milhões) e os recursos vinculados (reversão de dividendos da CESP, 1,2 bilhão, e retorno do Fundo de Águas e Esgotos da Sabesp, 250 milhões).

Segundo o secretário Fernando de Barros, o orçamento de sua Secretaria para 76 representa a maior carga de investimentos na área de saneamento básico no Brasil.

"Aumentaremos em quatro vezes o número de obras no interior do Estado, confirmando o propósito do governador Paulo Egidio de cumprir uma das maiores prioridades de sua administração, que é o saneamento básico".

Segundo ele, o Departamento de Águas e Energia Elétrica — DAEE — vai poder dar maior proteção ao interior contra a insalubridade, com a retificação de córregos, limpeza, eletrificação e telefonia rural, em 400 municípios do Estado. Somente a Sabesp vai realizar 150 obras pequenas pelo interior.

"O DAEE vai aplicar 438 milhões no interior e o Departamento de Obras Públicas, mais 300 milhões, para construir 167 pontes (a média era de 60) e outras obras vinculadas a outras Secretarias, num total de 377 obras pelo interior".

Das empresas ligadas à Secretaria, a Sabesp receberá 1,5 bilhão; a Cesp, Cr\$ 671.600 mil; a Cetesb ficará com 20 milhões; o DAEE com 438 milhões e o DOP com 300 milhões. Isso, apenas como parte dos recursos do Tesouro do Estado, incluídos em sua verba de 3,5 bilhões.

"Essas empresas também participarão dos recursos próprios da Secretaria e dos recursos vinculados, dando-lhes maiores condições de operação e manutenção de programas", disse o secretário Fernando de Barros.

Malulí: possível uma suplementação

"O orçamento do Estado não poderia ter sido maior ou melhor do que está". Quem entende assim é o deputado estadual Jorge Malulí Neto, secretário do Trabalho, a despeito de estar à frente de uma das Pastas que menores dotações receberá no próximo exercício. Ele justifica o seu pensamento, ponderando que, "apesar de todas as crises que também afetam o Estado", o orçamento situou-se dentro das possibilidades reais e refletindo um crescimento econômico de São Paulo.

"Houve um crescimento orçamentário em todos os órgãos — acrescentou — principalmente nos setores considerados prioritários como a educação, saneamento, saúde, transportes e inclusive na área do pessoal (funcionalismo), onde os índices previstos demonstram uma descontração maior do setor".

No que se refere especificamente à sua Secretaria, Malulí Neto acha que ela está aquinhoadada com os recursos necessários que lhe dão condições para atender os serviços a que se propõe e de fazer uma programação de investimentos na área do lazer do trabalhador. "Podemos chegar nesses quatro anos ao atendimento pleno dos problemas específicos de todos os municípios e da periferia de São Paulo".

Malulí admite a possibilidade de necessitar de uma suplementação durante o exercício e nega que tenha havido corte na sua programação.

"A questão que se coloca, sob esse aspecto, refere-se a uma maior ou menor programação de obras a serem executadas. Diante da dotação concedida, será executado aquilo que ela permite".

Interior: recursos de outras fontes

O secretário do Interior, deputado Rafael Baldacci Filho, confessa-se satisfeito com as dotações atribuídas à sua Pasta, que "são muitas vezes mais do que aquilo que possuía", adiantando que ainda receberá recursos maiores com a aprovação do programa habitacional do governo. Esse programa deverá ser aprovado no próximo dia 14, em reunião do Conselho de Governo. Além disso, sua Secretaria será ainda beneficiada, segundo informou, com financiamentos do Finep, já em negociações, destinados ao plano de telecomunicações, para o qual certamente o Estado também colaborará com uma parte.

Para Baldacci Filho, o governo "está absolutamente certo ao fazer voltar o orçamento para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Estado, através do aumento do custeio para todas as Secretarias". Exemplificou que na Secretaria da Saúde faltam 12.000 funcionários, inclusive 920 médicos. Para a Secretaria da Educação faltam não apenas funcionários burocráticos, como braçais. Na Secretaria da Agricultura faltam aproximadamente 1.000 agrônomos.

"Somente com o aumento do custeio é que se poderá contratar o pessoal necessário e melhorar a manutenção dos serviços prestados. Todos esses recursos dirigem-se exatamente para os setores sociais, o que é uma orientação acertada, pois de nada adianta continuar fazendo investimentos sem ter um nível de serviço correspondente. Exemplificando: não adianta construir um posto de saúde e não ter o pessoal, ou o medicamento necessário ao desempenho das suas atividades".

Quanto à sua Secretaria, entende Rafael Baldacci Filho que as dotações permitem o cumprimento do programa estabelecido, que compreende, em linhas gerais, a aceleração dos planos do Vale do Ribeira e do litoral, a maior formação de mão-de-obra para as Prefeituras do interior, a implantação, em termos regionais, de escritórios regionais da Secretaria; e a execução do primeiro programa estadual de habitação popular.

Polícia falta à reunião marcada com associações

ULISSES JOSÉ DE SOUZA

Os assaltos e agressões a estudantes de 1.º e 2.º graus, praticados indiscriminadamente em todos os bairros da Capital, atingem um grau muito mais violento nas imediações das escolas públicas localizadas na periferia. Os pais de alunos são unânimes em afirmar que não têm a quem recorrer. Sempre denunciam o fato às diretorias das escolas que, segundo eles, se mostram impotentes em conseguir encaminhar soluções. Desamparados, procuram as Associações Amigos de Bairros para que o problema seja resolvido.

As Associações, por sua vez, aproveitam qualquer reunião com autoridades para encaminhar suas reivindicações, que têm como item principal a necessidade de policiamento preventivo nas imediações das escolas. Foi por esta razão que muitas entidades da região do Butantã acorreram, na última terça-feira, à primeira reunião "Polícia-Povo" no bairro, marcada para as 20 horas no Centro Comunitário do Butantã. Naquela noite, o povo apareceu, mas a polícia, não. Os representantes das en-

tidades receberam apenas a informação, de dirigente do Centro Comunitário, de que a data da reunião "era 30 de outubro e não 30 de setembro". No entanto, todos asseguraram ter recebido ofícios convidando-os para a reunião daquele dia.

Uma das principais reivindicações, que seria encaminhada na reunião "Polícia-Povo" pela Sociedade Amigos do Bairro do Jardim João 23, é o policiamento junto às imediações da Escola Municipal João 23.

Leônidas Amaral, vice-presidente da entidade, exibiu um ofício, endereçado às autoridades policiais, assinado pela diretora da escola, no qual ela solicita o policiamento.

O vice-presidente da Sociedade Amigos do Jardim Raposo Tavares, Jorge Figueiredo, afirmou por sua vez que, no seu bairro, "a polícia não dá as caras há muito tempo e os assaltos ocorrem à luz do dia". O diretor da entidade também exibiu um ofício, datado de 26 de abril, e que foi entregue por ocasião do Governo de Integração do Butantã, sendo que até agora — afirmou — "não recebemos qualquer resposta ou solução".

Pais e alunos temem assaltos e a violência

Os alunos do período vespertino da Escola Estadual Maria Eugênia Martins, no Jaguaré, iniciam a descida das escadarias do estabelecimento em reuidosa algazarra. São 19h20. Em frente ao portão principal, nenhum carro a esperá-los. A temperatura em declínio e a iluminação insuficiente deixam as ruas desertas àquela hora. Apenas algumas mães, mulheres simples, se atrevem a ficar nas imediações, aguardando a saída dos filhos. Outras, no entanto, aparecem trazendo os filhos que estudam no período noturno, cujas aulas serão encerradas às 22h30.

Neusa Saraiva, funcionária pública, saiu do emprego às 16 horas e, às 19 horas, estava no portão da escola aguardando sua filha, de 12 anos.

Explicou que a rotina vem sendo desenvolvida há duas semanas, "quando os "trombadinhas" perseguiram minha filha, após a saída da escola, e tentaram agarrá-la. Tenho muito medo — acrescentou — porque eles andam armados".

Neusa Aparecida Pereira Machado afirmou, por sua vez que foi buscar o filho "porque está com medo".

Naquele mesmo dia — anteontem — o filho de dona Neusa, de 15 anos, havia sido abordado por seis "trombadinhas". Ao explicar o incidente, o filho de dona Neusa mostra o rosto e a cabeça, inchados em razão das pedradas que levou quando tentou fugir.

Dona Neusa Machado, mãe de oito filhos, disse ter muito medo do que possa acontecer aos seus filhos e lembra que um deles, de 12 anos, quando se dirigia, recentemente, à escola, foi assaltado por um menor que, com canivete, provocou-lhe um ferimento nas costas. Ao criticar a falta de policiamento na escola, dona Neusa salientou que o problema se estende por todo o bairro e que "as crianças são assaltadas até por dez cruzeiros".

Uma outra mãe, que não quis se identificar, afirmou que vai quatro vezes por dia ao colégio, para esperar seus cinco filhos. Salientou ainda que, por esta razão, eles ainda não foram ameaçados, mas que estava cansada de presenciar assaltos nas imediações da escola.

Além dos assaltos, a agressão a escolares é considerada como um fato corriqueiro nos estabelecimentos de ensino da periferia. Um aluno da 6.ª série da Escola Maria Eugênia Martins, de 11 anos, por exemplo, mostra um ferimento no pescoço. Fora atacado por trombadinhas que, na falta do dinheiro, levaram sua lapiseira.

SUVESTI (SUPLETIVO E VESTIBULAR)

INFORMA:

Inscrições para o Vestibular 81 da PUCG até dia 5/10. Brevemente faremos inscrições para faculdade do Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Informações à Av. Paulista, 2001 — 6.º and. conj. 618 — fones: 285.5709 e 251.2562.

NUTRICIONISTA

Empresa de Treinamento seleciona a profissional acima. Exige-se boa experiência didática em nível superior e disponibilidade para viagens esporádicas com duração de 1 semana.

Marcar entrevistas pelos fones: 864-2880, 864-2157 e 864-2176, c/Maria Teresa.

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

CONCURSO VESTIBULAR — 1981

INSCRIÇÕES: de 01 a 20/10/80 — nos dias úteis das 10:00 às 17:00 hs

LOCAIS: Av. Professor Francisco Morato, 1565 — São Paulo — Rua Francisco Telles, 250 — Jundiaí.

VAGAS: 61 (sessenta e uma)

PROVAS: em São Paulo e Jundiaí, de 18 a 21 de janeiro de 1981.

Planejamento e Execução
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

VESTIBULAR

Unicamp bate recorde de inscritos

O Vestibular 2001 da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) bateu o recorde de inscrições em 15 anos de existência do processo seletivo. Segundo a Comissão Permanente de Vestibulares, 45.312 vestibulandos se inscreveram.

Com relação ao ano passado, o número de inscrições aumentou 5,1%, segundo a comissão. No primeiro vestibular isolado realizado pela Unicamp, em 85, foram registrados 13.260 candidatos. Das 17 cidades do Brasil em que foram realizadas as inscrições, Brasília apresentou o maior aumento, com 64%. Na Fuvest, o maior vestibular realizado no país, houve queda de 3,7% no número de inscrições para o próximo vestibular. No ano passado, 149,5 mil candidatos se inscreveram. Neste ano, esse número chegou a 144 mil. (DA FOLHA CAMPINAS)

EDUCAÇÃO Prefeitura adere a projeto de Alckmin para dar bolsas a estudantes carentes

O governador Geraldo Alckmin e o prefeito José Serra, ambos do PSDB, anunciaram ontem a adesão da prefeitura ao projeto estadual Ação Jovem, que dá bolsa de R\$ 60 por mês a jovens de 15 a 24 anos que tenham o ensino incompleto e dificuldades financeiras para estudar. Para conseguir o benefício, é preciso estar cursando ou se matricular no ensino de educação básica, no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) ou em um curso profissionalizante.

O projeto existe desde 2004 e, de acordo com Alckmin, atende 80 mil estudantes. A meta é chegar a 100 mil até o final do ano. A

prefeitura paulistana pretende cadastrar 50 mil alunos —cerca de 13.500 até o fim de 2005.

Ontem também foi firmado um acordo entre governo e prefeitura para a inclusão das escolas municipais no programa Escola da Família —no qual colégios públicos ficam abertos aos finais de semana das 9h às 17h.

As ações são voltadas a toda a comunidade, que tem acesso a oficinas de esporte, lazer, saúde e qualificação profissional. Estudantes universitários atuam como coordenadores das oficinas. Nas escolas estaduais, o programa é realizado desde 2003. (DA REPORTAGEM LOCAL E DO "AGORA")

Estado criará 3ª Universidade

A partir do próximo ano, 12 mil alunos atualmente matriculados em 14 institutos isolados de ensino superior em várias cidades do Interior já poderão contar com um reitor e um Conselho Universitário: o governo Paulo Egidio autorizou ontem o secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, a encaminhar o processo de criação da terceira Universidade Estadual (as duas já existentes são a USP e a Universidade de Campinas).

O processo de criação da nova Universidade será submetido ao Conselho Estadual de Educação e, posteriormente, à Assembléia Legislativa.

Na Assembléia, o projeto deverá suscitar vivos debates, uma vez que vários deputados certamente reivindicarão para suas cidades o local de sede da Reitoria da nova Universidade. Mas a Reitoria e a administração central ficarão na Capital, conforme proposta do secretário da Educação.

Os institutos isolados estão localizados nas cidades de Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São Bernardo do Campo, São José dos Campos e na própria Capital.

PAG. 23



PREPARANDO A OBRA. Homens da Companhia do Metrô testavam ontem o solo da Praça da República perto da escola "Caetano de Campos" (ao fundo), para preparar o projeto de engenharia da futura estação da linha Leste-Oeste que ficará no primeiro andar daquele prédio.

Mobral explica suas crianças

Falando ontem aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que apura as atividades do Mobral, o presidente desse órgão, prof. Arlindo Lopes Correia, defendeu a implantação de um programa infanto-juvenil, pois, segundo disse, "é impossível impedir a frequência de crianças nas nossas salas de aula".

A seu ver, esse "Mobral infanto-juvenil" não vai concorrer com o ensino regular nas escolas; pelo contrário, visa justamente "aliviá-lo da carga que o passado lhe impôs".

Disse que o Mobral já alfabetizou milhares de crianças que estavam condenadas a ficar sem escolas. Em 1970 — revelou — havia mais de 3 milhões e 100 mil crianças de 7 anos de idade nessa situação. Em 1973, 38 por cento dos matriculados no Mobral eram menores de até 15 anos; hoje, sobretudo no Norte-Nordeste, essa percentagem deve ter crescido muito.

PAG. 24

"Caetano" não cairá, diz ex-aluno

"A orientação que dei à Companhia do Metropolitano assegura a preservação da Escola "Caetano de Campos", disse ontem o prefeito Olavo Setúbal, "cujo primeiro andar será incorporado à Estação República da linha Leste-Oeste, que ficará no seu subsolo".

O prefeito — que estudou no "Caetano" — acrescentou que os outros andares serão utilizados para atividades sociais e culturais que permitam a revitalização da praça da República. Setúbal reuniu-se ontem à tarde por mais de uma hora com quatro diretores da Companhia, inclusive o presidente em exercício, Dario de Abreu Pereira. Antes, recebeu por cerca de 30 minutos o presi-

dente da Emurb, Ernest Mange.

Saindo do encontro com o prefeito, Dario de Abreu Pereira confirmou a preservação do prédio, cujas condições estruturais são consideradas satisfatórias, embora possam aparecer algumas rachaduras com as obras, "como aconteceu em prédios da praça da Sé, mas sem riscos".

Ernest Mange disse igualmente que, por razões de segurança, a Escola não precisa ser demolida e que a Emurb sugeriu sua preservação porque ela faz parte da paisagem da cidade: "Não se trata do seu valor arquitetônico, que é discutível, porque se trata de uma edificação pastiche do fim do século XIX,

com influências francesa e italiana".

Os ex-alunos

Para a última geração de estudantes do Instituto de Educação Caetano de Campos a ocupar o antigo prédio da Praça da República, o ex-aluno Emerson Fittipaldi ainda é o que goza de maior prestígio, apesar de lá terem estudado o prefeito Olavo Setúbal, o senador Franco Montoro, Arthur Friedenreich — um ídolo do passado. Em 129 anos de existência, o Caetano de Campos passou por quatro períodos distintos em sua história, e por outros dez nomes. Mas o tradicional colégio será transferido para a Aclimação, e o prédio passará à Companhia do Metropolitano.

Um contrato irregular na Educação

O Tribunal de Contas do Município julgou ilegal o contrato para fornecimento de água potável às escolas municipais, no valor de 2,5 milhões de cruzeiros, firmado entre a Comissão de Construções Escolares da Secretaria de Educação e uma empresa particular. Motivo: a concorrência pública não foi divulgada, de acordo com a lei, em jornal de grande circulação, mas apenas em uma edição dominical do "Diário Oficial" do Município. Surgiu um único licitante. O contrato foi firmado ao final da administração Miguel Colasuonno.

PAG. 23

“Rede escolar está estagnada”

A diretoria da Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp) protestou ontem contra o que classificou de “política imobilista” da Secretaria de Educação que, a exemplo do ano passado, proibiu o aumento de classe de 2.º grau, fato que vem ocorrendo há três anos.

O secretário — dizem os membros da entidade — através da resolução número 178, publicada no “Diário Oficial” no dia 23 de setembro passado, determinou que a rede escolar do 2.º grau, em 1981, deverá manter o mesmo número de classes deste ano.

“A Apeoesp protesta contra essa estagnação da rede escolar por três anos consecutivos, que fecha o mercado de trabalho aos professores recém-formados”.

Governo favorece escolas estaduais em nomeações

Da Reportagem Local

Instituições particulares de ensino perdem espaço no Conselho Estadual de Educação (CEE) com a posse de oito novos membros amanhã de manhã em São Paulo.

A secretária da Educação, Rose Neubauer, 50, indicou —e o governador Mário Covas nomeou— oito pessoas que têm no currículo trabalhos relevantes no ensino público de 1º e 2º graus.

Com isso, Neubauer reverteu uma tendência dos governos Quéricia e Fleury (1987-94) de desequilibrar o CEE para o lado das instituições particulares.

“Havia necessidade de renovar o Conselho Estadual de Educação e fazer uma alteração radical em sua composição”, disse Neubauer —que evitou formular críticas à composição anterior.

O CEE é responsável não só pela elaboração de normas para a organização do sistema de ensino do Estado, como autoriza o funcionamento de todas as instituições públicas e particulares de ensino.

A cada ano, oito dos 24 membros são substituídos. Cada membro tem mandato de três anos, podendo ser reconduzido.

Dos oito membros que saíram, quatro são ligados a instituições

privadas —duas sem fins lucrativos. Dos oito que tomam posse amanhã, dois estão ligados a escolas particulares —mas, como os outros seis, também desenvolvem atividades no ensino público.

Os novos membros são: Luis Roberto Dante, professor de educação matemática da Unesp em Rio Claro; Marisa Lajolo, do Departamento de Teoria Literária da Unicamp; Sonia Penim, da Faculdade de Educação da USP, que auxilia Neubauer como coordenadora de Ensino da Grande São Paulo; Bernadete Angelina Gatti, da Fundação Carlos Chagas —onde Neubauer trabalhava; Francisco Antonio Poli, diretor de escola estadual e secretário-geral do sindicato dos diretores (Udemo); Sonia Aparecida Romeu Alcici, vice-reitora da Universidade Municipal de Taubaté; Sylvia Figueiredo Gouvêa, diretora pedagógica do Grupo e da Escola Nova Lourenço Castanho; e Arthur Fonseca Filho, ex-secretário da Educação de Sorocaba e diretor da Organização Sorocabana de Ensino (outra com parceria com escola estadual).

Na sessão de amanhã também serão eleitos os novos presidente e vice-presidente do CEE. (FR)

EDUCAÇÃO Falta de pagamento das mensalidades nas particulares aumentou de 11,3%, em 2004, para 15%, segundo sindicato

Inadimplência escolar aumenta em 2005

DA REPORTAGEM LOCAL

A inadimplência das mensalidades nas escolas particulares de São Paulo cresceu neste ano, aponta o Siesesp (sindicato que representa as escolas privadas do ensino básico no Estado). A taxa, de janeiro até setembro, ficou em 15%, contra 11,3% em 2004.

O presidente do sindicato, José Augusto de Mattos Lourenço, afirma que a entidade ainda não tem uma explicação para a elevação. "Esperávamos até que a inadimplência fosse diminuir."

Dos últimos cinco anos, a maior taxa de pagamentos pendentes

ocorreu em 2003 (19%); a menor foi em 2001 (3%).

Os responsáveis que estiverem com mensalidades atrasadas não poderão fazer a rematricula do aluno, de acordo com a lei 9.870/99. Lourenço diz que, em último caso, também pode colocar o nome do devedor no cadastro do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito). "Mas, geralmente, é feito um acordo entre a escola e o pai."

A recomendação do Siesesp é que as escolas chequem no SPC se o interessado em fazer uma transferência de matrícula está inadimplente em outro estabelecimento.

O presidente do sindicato afir-

ma ainda que a negociação mais comum é a de parcelamento da dívida. Mas há colégios que buscam alternativas. O Santa Maria, por exemplo, oferece um seguro em que as mensalidades são pagas caso o responsável perca a remuneração. A escola, na zona sul da capital paulista, cobra de R\$ 620 (ensino infantil a 4ª série) a R\$ 885 (ensino médio).

Dicas

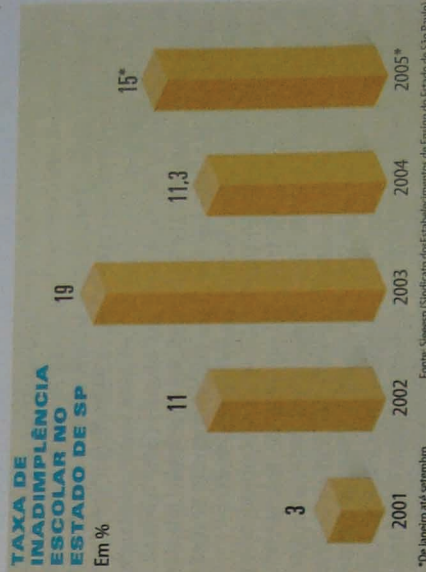
O Procon-SP afirma que a escola realmente pode não aceitar a renúncia de alunos com mensalidades pendentes. A entidade ressalta, porém, que a unidade de en-

sino não pode impor sanções pedagógicas ao estudante, como impedir a utilização de biblioteca, de fazer prova, de reter documentos ou de negar transferência.

Se houver situação de constrangimento ao aluno, é possível ingressar na Justiça contra a escola.

A entidade recomenda também que o acordo com o estabelecimento seja feito por escrito, como forma de garantia para o consumidor. Do texto, deve constar o número de parcelas, valor, juros e datas de vencimento.

Sobre a inclusão do inadimplente no SPC, a fundação considera que a prática não é devida.



Governo muda regra de mensalidade

Preços para 96 serão definidos com base em custo das escolas e em valores pagos neste ano

LILIANA LAVORATTI
Da Sucursal de Brasília

O governo federal quer manter os preços das mensalidades escolares em 96 no mesmo patamar do deste ano. As regras deverão ser fixadas por MP (medida provisória) para que vigorem nas matrículas que começam a ser feitas neste mês.

A proposta é fixar anuidades para 96 com base nos custos das escolas. O governo quer que seja calculado o valor médio pago pelos alunos neste ano e que ele seja transferido para 96.

Novos reajustes seriam permitidos só com apresentação de planilha de custos ao governo, que ainda não definiu como fiscalizar essas planilhas.

O governo avalia que as escolas podem arcar com prováveis reajustes salariais dos professores em 96, já que neste ano os aumentos das mensalidades escolares ficaram 25% superiores à inflação.

Enquanto a inflação acumulada de janeiro a agosto deste ano foi de 18%, os aumentos de mensalidades foram de 45%, de acordo com o índice de Preços ao Consumidor

da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Todos os custos das escolas serão incluídos no cálculo da anuidade para 96, incluindo gastos de manutenção—como salários e alugueis—e de investimentos feitos neste ano (compra de computadores, por exemplo).

O secretário de Acompanhamento e Preços do Ministério da

Fazenda, Luiz Paulo Vellozo Lucas, diz que a intenção é reduzir o peso das mensalidades na inflação.

“A expectativa é que a queda da inflação se consolide em 96, portanto, não há razão para aumentar as mensalidades”, afirma Vellozo Lucas.

LEIA MAIS

Sobre mensalidades a pag. 3.

Pais querem evitar ir à Justiça

Da Reportagem Local

O presidente da Aipa (Associação Intermunicipal de Pais e Alunos de São Paulo), que tem cerca de 6.000 filiados, Mauro Bueno, 41, afirma que as escolas nunca cumprem as regras do governo para mensalidades porque a redação das MPs é “falha”.

“Queremos que o governo estabeleça regras para 96 que não dêem margem para brigas na Justiça”, diz Bueno.

Para ele, é possível haver livre negociação entre pais e escolas sem cartelização do setor.

“Hoje, o que acontece é que as escolas formam cartel. Isso não é livre negociação. Os preços são diferentes, mas os critérios de reajustes são os mesmos. O governo deve fixar regras rígidas e claras.”

Bueno afirma acreditar que, des-

ta vez, o governo “faça as coisas direito”.

“O governo está preocupado em segurar os preços e sabe que as mensalidades são um dos principais componentes da inflação.”

Para o advogado Adib Salomão, 62, consultor jurídico de cerca de mil escolas particulares de São Paulo, as regras que estão em vigor são suficientes para regular as mensalidades escolares.

“Não estou entendendo o porquê dessas mudanças. Outra MP agora só vai criar agitação e dúvida num setor que depende da confiabilidade das duas partes (pais e escolas)”.

Segundo Salomão, já existe livre negociação entre as partes. “A escola não obriga o pai a fazer nada. Ele pode escolher. É como em um supermercado, você escolhe o que tem vontade”.

ALUGAR UM CARRO FICOU MAIS FÁCIL. É só alugar na Royal.

UNO MILLE
R\$45,00*
a diária

* VÁLIDO PARA O MÍNIMO DE 2 DIÁRIAS.

Venha conferir preços especiais para empresas.

ROYAL
RENTAL CAR

458-7700

RB/MS/57-INTERAMERICANA

PNEUS

PNEUS QUE NÃO FURAM SEU ORÇAMENTO.

À VISTA OU CARTÃO

175/70 R13	Gol/Voyage/Parati/Saveiro/Passat Escort/Chevette/Logus/Pointer	APRIMA	= 49,00
185/70 R13 (IMP)	Monza/Del Rey/Corcel II/Belina II Santana/Quantum até 90		= 45,00
185/70 R13	Uno/Elba/Premio Fiorino		= 46,00
155 R13	Escort I/Escort Hobby/Chevette Junior Gol Furgão/Passat S/Gol CL/Voyage CL		= 46,00
185/60 R14 (IMP)	Escort XR3/Gol GT/Kodett GS Passat 1.8		= 64,00

ok BENFICA pneus
O MAIOR REVENDEDOR DO BRASIL
ZANGENSTONE/Prostom

Loja Pinheiros
Rua Pedross de Morais, 737 - esq. com R. Cardeal Arco Verde - Tel. 813-9111

FECE libera equipamento e material para escolas

Os pedidos de equipamentos e materiais escolares, feitos pelos estabelecimentos abaixo ao Fundo Estadual de Construções Escolares, já foram liberados. O FECE aguardará até o dia 9 a retirada da ordem de faturamento.

Os estabelecimentos são:

Grupo Escolar Comendador Muller, de Americana; Inspetoria Auxiliar de Ensino dois (pedidos), de Aracoiaba da Serra; 2.º Grupo Escolar de Bastos, Bastos; Ginásio Estadual Candido Portinari, de Batatais; Ginásios Estaduais Prof. José Aparecido Guedes Azevedo, Professor Iracema de Castro Amarante e Professor José Ranieri, e o Grupo Escolar — Ginásio Madureira, de Bauru; Ginásio Estadual José da Silveira Mendes, de Cachoeira Paulista; Grupo Escolar de Caiabu, Escolas Isoladas da Colonia Vargas e a do Bairro Santa Teresa, de Caiabu; Grupos Escolares Francisco Barreto Leme, Professor André Fort e Professora Geny Rodrigues e

Grupo Escolar — Ginásio Arthur Segurado, de Campinas; Grupo Escolar — Ginásio Professora Julieta G. Mendonça, de Dracena; Grupo Escolar Brasilândia, de Fernandópolis; Ginásio Estadual Professor Teofilo Elias, de Florinea; Colégio Técnico-Agrícola, de Garça; Ginásio Estadual e o Grupo Escolar Professora Maria Matilde C. Castilho, de Glicerio; Grupo Escolar Fazenda Jangadão, de Guararapes; Ginásio Estadual Vicente de Carvalho, de Guarujá; Grupo Escolar Edesio Castanho, de Ibaté; Ginásio Industrial Estadual, de Ibitinga; Ginásio Estadual Heltor Guimarães Cortes e Grupo Escola Maria da Silveira Vasconcelos, ambos de Itararé; Colégio Técnico Agrícola Estadual, Inspetoria Auxiliar de Ensino, Grupo Escolar Dr. Cesario Mota, Instituto Borges de Artes e Oficinas; Ginásio Industrial e Grupo Escolar Francisco Nardy Filho, todos de Itu; Grupo Escolar Virginia Ramalho, Colégio Estadual Vila Bar-

ra Funda, e 2.º Grupo Escolar de Vila Boa Esperança, todos de Ourinhos; Colégio Estadual, de Parapuã; I.E.E. Horacio Manley Lane, de São Roque; Grupo Escolar Monsenhor João Soares, de Sorocaba e Ginásio Estadual de Tipirai.

Educação Física em S. Caetano e Tatuí

O ministro da Educação, sr. Jarbas Passarinho, em telegrama ao governador Laudo Natel informou ter encaminhado ao presidente da Republica projetos de decreto autorizando o funcionamento das Faculdades de Educação Física de São Caetano do Sul e Tatuí, bem como da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santana, com cursos de Pedagogia, Letras, Estudos Sociais e Matematica. Comunicou ainda haver proposto o reconhecimento dos cursos de Ciências Economicas e de Administração de Empresas da Faculdade de Ciências Economicas e Administrativas de Taubaté.

EDUCAÇÃO *Plano afetaria mais da metade dos docentes ao limitar o contrato temporário*

Após ato, Alckmin recua e adia projeto para professores

DA REPORTAGEM LOCAL

Após uma manifestação que reuniu ontem cerca de 10 mil professores na capital paulista, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) recuou e decidiu retirar o projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa que limitava o tempo de contrato dos professores e servidores temporários.

Segundo a Apeoesp (sindicato dos professores), a mudança poderia resultar na demissão dos 120 mil docentes que têm contrato temporário. A rede toda conta com cerca de 230 mil professores em todo o Estado.

O projeto de lei complementar de Alckmin previa que esses trabalhadores fossem contratados por seis meses, com a possibilidade de renovação por mais seis meses. Após esse período, o servidor teria de ficar dois anos fora da rede. Atualmente, os funcionários com contratos temporários podem trabalhar por tempo indeterminado, desde que haja aulas disponíveis — conseguem até mesmo chegar à aposentadoria.

Os docentes da rede básica fizeram um ato no começo da tarde, em frente à Assembleia, exigindo que o tucano desistisse da proposta. Depois, seguiram em passeata

para a avenida Paulista.

No final da tarde, Alckmin anunciou a retirada do projeto. Em nota, o governo disse que tomou a decisão para “ampliar os estudos e debates sobre o tema”. O tucano afirmou também que sua gestão irá se reunir com representantes dos servidores.

“A proposta traria uma rotatividade de professores muito grande, uma descontinuidade no ensino”, diz o presidente da Apeoesp, Carlos Ramiro. “Fora a falta de segurança para os docentes.” Ele defende que o ideal é que sejam feitos concursos para que todos os servidores temporários sejam contratados definitivamente.

Serra irritado

A manifestação irritou o prefeito José Serra (PSDB). “Achei um horror”, disse, após a inauguração do albergue Portal do Futuro, na região central da cidade. “Os professores têm todo o direito de reivindicar. Mas eles fazem isso atrapalhando a vida dos outros. Isso não é bom nem para eles.”

Serra afirmou que a prefeitura não foi avisada da passeata com antecedência e, por isso, não conseguiu tomar providências para amenizar o problema no tráfego.

(FÁBIO TAKAHASHI)

últimas do primeiro grau. Com o aprimoramento do ensino médio será necessariamente revelada aos alunos que ainda a ignoram, a ausência dos professores aumentada. A Aplesp tem recebido consultas que encaminha ao Gabinete do secretário Paulo Renato acompanhadas do pedido de revogação da medida. Uma das mais recentes, assinada pela professora E.S. de Araraquara (SP), indaga: "Estou com seis classes de primeiro grau, em seis escolas e não expus a situação a nenhum aluno, de modo que ainda não sei quem o está ocorrendo. Como devo agir?".

Medida imposta

Autoritária, perniciosa e elitizante. Essas são algumas das definições dadas por professores de Língua

também foram ouvidos.

Para os dois professores, o dever da Secretaria de Educação, diante da constatação do baixo rendimento dos alunos, seria de reunir os professores e técnicos, convidar especialistas da comunidade acadêmica que trabalham com o estudo de línguas estrangeiras e rediscutir a metodologia e o conteúdo dessas disciplinas, em vez de reduzir seu papel de componente curricular. "A população carente tem o mesmo direito de acesso ao estudo de línguas dado aos alunos da rede privada. E se o poder público não lhes garantir esse direito, por recursos próprios jamais poderão conquistá-lo", afirma Gláucia d'Oliva.

Jorge Aoni, 36, Coordenador Administrativo para a região de São Paulo do Curso Yázigi — um instituto de idiomas que oferece Inglês, Fran-

Na Favest

A avaliação do desempenho dos candidatos ao vestibular da Favest, neste ano, demonstram que o Inglês — ao contrário do que afirma a Secretaria da Educação em relação ao 1º grau — é uma das disciplinas em que o vestibulando apresenta o melhor rendimento. Em 84, apenas 61 entre 24.142 candidatos tiraram nota zero no exame de Inglês, enquanto matérias como História, Matemática e Química registraram índices muito superiores. Neste ano, 154 candidatos em um contingente de 24.240 obtiveram nota zero. Mas a mesma nota foi dada a 795 dos 24.947 vestibulandos que fizeram a prova de Matemática, e a 385 dos que prestaram exame de Física.

Pedagoga defende apoio à educação básica

Do Secucanal de Belo Horizonte

A pedagoga Marly Moyses Silva Araújo, única mineira a integrar a Comissão Nacional sobre Educação Superior Brasileira, instituída em maio pelo Ministério da Educação, discorda da forma "acadêmica e isolada" com que a maioria dos membros da comissão tem encarado a questão da Universidade. Disse que "o ensino superior não pode ser devinulado do ensino básico, como vem acontecendo, ou estará seriamente prejudicada a proposta de se avançar em Educação no Brasil".

Para ela, as opiniões mais fortes dentro da comissão — composta por 24 membros de diversos Estados — tendem a ser a Universidade "de forma isolada, como uma ilha. Há inclusive quem proponha a criação de um ministério da Universidade". A pedagoga mineira vê o ensino como um todo, dividido em patamares: "Dos cursos básicos, vão sair os alunos dos superiores, 47% dos quais

população, um compromisso com o qual especialmente a Universidade não pode se furtar". A pedagoga apresentou estatísticas realizadas pelo MEC, em 83, apontando a existência, no Brasil, de 23 milhões de vagas disponíveis nas escolas de primeiro grau, enquanto que, no mesmo ano, havia apenas 22 milhões de crianças na faixa escolar (de 7 a 14 anos). Dessas, no entanto, oito milhões ficaram fora da escola por "falta de vagas".

A defasagem — segundo ela — está no alto índice de repetência dos alunos, que chega a 60% em algumas regiões, "causado principalmente pelo despreparo dos docentes". Outra estatística de 80 aponta que 51 milhões de brasileiros não tinham mais de quatro anos de escolaridade. Por isso, Marly considera fundamental que a Universidade "se comprometa com a Educação como um todo, pois de outra forma estaremos praticando uma omissão".

ção Intercultural da Universidade de Berlim e vice-presidente da Associação Internacional Para Educação Comunitária, Jürgen Zimmer, fez crítica, em Belém, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, que copiou um material adotado nas escolas de países europeus e nos Estados Unidos.

* O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) liberou recursos da ordem de Cr\$ 46 milhões para a Secretaria da Agricultura de Goiás promover estudos e pesquisas sobre a alimentação, doenças e comportamento das rãs.

Dropes

* Os professores da rede oficial do Ceará e da prefeitura de Fortaleza decidiram entrar em greve na próxima quarta-feira em protesto contra o não cumprimento das reivindicações salariais da categoria por parte do governo, entre as quais, o piso salarial de Cr\$ 1,1 mil.

* O ministro da Educação, Marco Maciel, disse anteriormente em Recife, onde participou do reunião extraordinária do conselho deliberativo da Sudene, que no próximo dia 15, o MEC entregará ao presidente José Sarney o documento síntese do 6º "Plano" de Educação.

"fiscalista", que significa cesta, con-

Irede Cardoso

Demagogia não é o mesmo que democracia

"Esta é uma carta dirigida às pessoas em geral, ou melhor, às mães, aos pais, aos políticos de todos os partidos e categorias, aos jornalistas, rádio e televisão. Ultimamente, a palavra que mais se ouve em nosso País é 'democracia'. Será que estamos vivendo mesmo uma democracia? A mim me parece que vivemos, ou melhor, continuamos a viver uma grande demagogia, pois o poder não faz parte do povo humilde, da classe operária, da classe explorada, nós que estamos deste lado não podemos falar nada, não podemos pedir nada, não podemos escolher quem". Assim começa a carta de uma mãe

de 28 anos, Maria Aparecida Vicente, filiada ao Bem-Estar Social decidiu retirar da direção da Creche São Nicolau, zona Leste de São Paulo, a professora Ana Maria de Carvalho. Por quê? Ninguém sabe responder. Mas não é a primeira vez que recebemos denúncias de que se despete quem

segundo a mãe, varre, cozinha, lava louça, serve de pajem, além de exercer o comando da Creche São Nicolau. No Brasil é assim mesmo. Inauguraram-se creches, não com tanta frequência. Mas com a maior frequência não há funcionários em número suficiente e é preciso, assim, que todos façam tudo.

Começa amanhã venda de manual da Vunesp

Da Redação do folha

A partir de amanhã, os dezesseis postos de inscrição da Vunesp (Fundação Para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista), espalhados pela Capital e em várias cidades do Interior começam a vender as informações sobre o Concurso Vestibular/86, além da ficha de inscrição. O preço do Manual é Cr\$ 5 mil.

As inscrições para o vestibular poderão ser feitas no período de 21 a 31 de outubro, e a taxa a ser cobrada será de Cr\$ 45.000. O horário de atendimento nos postos, tanto para a venda como para as inscrições, será das 9 às 18h.

Para a inscrição, o candidato deverá apresentar cédula de identificação, ficha de inscrição devidamente preenchida e comprovante de pagamento da taxa de inscrição que deve ser recolhida em qualquer agência bancária. As inscrições por procuração exigem cédula de identidade do procurador e uma procuração com firma reconhecida.

O candidato realizará as provas na cidade onde se inscrever. Aquelas com deficiência física que necessitem de prova especial devem se inscrever na sede da Vunesp à rua

em Porto Alegre está tendo maior saída entre juizes e advogados.

O prêmio de Ana é seu afastamento, contra a vontade das mães e das crianças que já se habituaram com a alegria e disposição da diretora. O que esperar de uma educadora realizada neste processo no qual inaprimam interesses longínquos aos das crianças e da comunidade?

E Maria, a mãe perplexa, indaga em sua carta-obra que, certamente não terá guarida na imprensa: "... onde está a democracia? Onde está o poder de escola tão falado nos últimos tempos?... Estamos dispostos a lutar pelo direito e retorno desta grande amiga que é Ana, ao seio de nossas crianças". Talvez, dona Maria, essa seja a primeira regra básica da democracia, lutar.

E Ana, a diretora perseguida, está disposta a fazer greve de fome, para que expliquem, ao menos, os motivos de seu afastamento. Bela lição de luta pela democracia. O sonho é ainda a resistência. Em matéria de educação, estamos neste compasso há longos anos.

A Vunesp oferece 4.365 vagas assinaladas distribuídas: Universidade Estadual Paulista — 965 vagas para Ciências Biológicas, 560 para Exatas e 1.210 para Humanas; Faculdade de Engenharia Civil de Araraquara, 100 vagas; Fundação Educacional de Barretos, 1.000 vagas; Escola de Engenharia de Lins, 300 vagas; Escola de Engenharia Industrial de São José dos Campos, 80 vagas; Faculdade de Medicina de Marília, 160 vagas.

Abílio Soares, 462, Paraíba, zona Sul de São Paulo. No período de 2 a 6 de dezembro, os candidatos inscritos vão receber pelo correio o cartão de convocação indicando o local onde será feita a prova. Qualquer reclamação sobre o cartão deverá ser encaminhada nos dias 12 e 13 de dezembro aos respectivos postos de inscrição.

Calendário

O vestibular da Vunesp terá apenas uma fase, realizada em janeiro. O calendário é o seguinte: dia 12, Conhecimentos Específicos; dia 13, Comunicação e Exatidão; dia 15, Prova de Aplicação para os candidatos aos cursos do Instituto de Artes de Piratininga; e dias 24, 25 e 26, Prova de Aplicação aos candidatos ao curso de Educação Física de Rio Claro. Todas as provas terão início às 13h, exceto a de Educação Física, com início marcado para às 9h. Os resultados serão divulgados em janeiro. Os candidatos inscritos em primeira matrícula nos dias 6 e 7; segunda matrícula nos dias 17 e 18; terceira chamada no dia 22 de fevereiro, com matrícula nos dias 24 e 25.

Erratamos

Na reportagem "FAE deve começar envio de catálogos dos livros didáticos na página 25 da edição de ontem, saiu truncada a declaração de Cláudio Weber Abramo, diretor técnico da Fundação para o Livro Escolar. Na realidade, a sua declaração é a seguinte: "Em caso de indicação de livros didáticos, que exijam cadernos de exercícios — quando a compra for realizada pelo governo — o programa da FAE não está de acordo com uma eventual recomendação do professor para que seus alunos adquiram, com recursos próprios, os tais cadernos".

Começa amanhã greve no Paraná

CURITIBA (Sucursal) — Professores da rede estadual de ensino do Paraná pretendem paralisar as aulas amanhã, por tempo indeterminado, até que suas reivindicações sejam atendidas pelo governo do Estado. A decisão foi tomada em assembléia realizada em Ponta Grossa, e os docentes exigem o cumprimento do Estatuto do Magistério, o pagamento de 13.º salário, reajustes semestrais e piso de três salários mínimos, entre outros benefícios.

A decisão dos professores reflete, segundo seus representantes, a decepção com o atual secretário de Educação, Edson Machado, em quem a diretoria da Associação dos Professores do Paraná depositava grandes esperanças.

Em março de 1979, ao assumir o cargo, docentes e secretário iniciaram "diálogo promissor", de acordo com a entidade dos professores, mas com o passar do tempo o relacionamento foi se tornando cada vez mais difícil.

Na semana passada, o secretário da Educação contestou o relatório de um grupo de trabalho do curso, que apontou a estrutura salarial como a principal culpada pela má qualidade de ensino no País. Disse que o Magistério, na atualidade, é uma carreira como qualquer outra e criticou os movimentos de professores que vêm ocorrendo, dizendo que não estão realmente voltados para a melhoria do ensino, representando unicamente uma campanha salarial.

O professor Isaias Ogliari, presidente da Associação dos Professores do Paraná, protestou contra as afirmações do secretário e afirmou que "o governo promove um grande golpe contra a Educação".

Educação vive seu pior momento, afirma Portela

BRASILIA (Sucursal) — O ministro Eduardo Portela, da Educação, afirmou ontem que o momento atual "é o pior" já vivido pela educação brasileira, "porque um conjunto de fatos que vieram acontecendo ao longo dos últimos vinte anos cristalizou-se agora, revelando um "Frankenstein" com todos os seus contornos fisionômicos". De acordo com Portela, "foi necessário um regime de abertura política para que as coisas pudessem aflorar e serem vistas sob a incômoda e saudável claridade da luz do dia".

Declarando-se "um realista que se recusa a abrir mão da esperança", Portela lembrou que o MEC acaba de receber repasse de Cr\$ 350 milhões para distribuição às universidades não federais, das quais somente as católicas anunciaram, na semana passada, um déficit de Cr\$ 600 milhões. "Não sou um especialista em contabilidade — comentou — mas desafio que exista alguém capaz de arrumar essas contas."

No tocante às universidades federais, que apresentam este ano um "déficit clássico" de Cr\$ 10 bilhões, o ministro informou que o governo destinará a elas um repasse de Cr\$ 2,6 bilhões, embora estivessem necessitando imediatamente, de "pelo menos", Cr\$ 6 bilhões.

"Estamos atravessando — disse — um dos períodos mais graves da história da educação no Brasil. As universidades precisam alterar seus reflexos, esquecer do período de opulência e reprogramar-se. Chegamos a um impasse, que está exigindo espírito de renúncia e imaginação criadora de cada um de nós."

ESPAÇO PERDIDO

Para Eduardo Portela, a principal tarefa do MEC na atual conjuntura é "reconquistar o espaço perdido, para que parte substancial da decisão política e econômica retorne à Pasta, que é quem deve dizer, em toda a sua soberania, qual é a universidade que pode ser mais ou menos auxiliada, em função de critérios rigorosamente técnicos, nunca eleitorais". Na sua opinião, o Ministério que dirige é hoje "um mero repassador de recursos, sem a necessária autonomia de voto e ao qual se pede tudo, dando-se em troca muito pouco".

Analisando sua atuação em dezesseis meses à frente do MEC, observou que "as responsabilidades cresceram e o tamanho físico do "elefante" aumentou, enquanto os

"Profissão intermediária"

BRASILIA (Sucursal) — A Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação está elaborando um estudo para viabilizar a instituição, no Brasil, das chamadas "profissões intermediárias", a serem exercidas pelos que interrompem o curso superior antes da conclusão. Esses alunos teriam direito a diploma e receberiam denominação especial, como "paramédico", na área de Medicina, e "paraengenheiro", na de Engenharia.

O projeto partiu de sugestão apresentada pelo ministro Eduardo Portela, que se declarou "inquieto e preocupado", com a situação de alunos "envolvidos por uma mentira de universidade, na qual investem todas as suas poupanças, para receber de volta um diploma sem funcionalidade".

Segundo Portela, sua intenção é criar condições para "desobstruir a densidade demográfica da universidade brasileira" — atualmente com uma população estimada em 1,5 milhão de estudantes — e diversificar o leque profissional a nível de mercado de trabalho. "Não acho que esta seja a fórmula ideal — disse — mas é uma solução emergencial. Num país com tempo muito urgente, não se pode trabalhar com soluções ideais."

O ministro explicou que essa idéia se fortaleceu depois que o MEC chegou à conclusão de que o curso de 2.º grau profissionalizante "tornou-se uma inversão cara demais para o Estado". Por outro lado, na sua opinião, "numa hora em que a empresa brasileira também não está nadando em dinheiro, seria ilusório esperar dos acordos ou convênios firmados com elas a solução para esse tipo de curso".

Portela salientou que a opção pela profissão intermediária "não será obrigatória" e o aluno terá liberdade, caso se sinta em condições, de prosseguir até o final do curso. "Queremos atender aquele grande percentual dos que se re-matricularam em outros cursos, por exemplo, impossibilitados de levar adiante a escolha inicial", disse.

Ele reconheceu que o assunto "é um pouco explosivo e sempre antipático, pois o diploma é o novo demônio da educação moderna e o sujeito é capaz de vender a alma ao diploma", daí a necessidade de uma campanha paralela de "esclarecimento da opinião pública, a fim de que se conquiste uma mentalidade no sentido de estruturar a sociedade brasileira não em função da titulação, mas da competência profissional".

meios diminuíram na mesma proporção". Ressalvou, entretanto, não considerar-se "o inventor desse "Frankenstein", pois em um ano e meio não poderia ter feito nem defeito na proporção das exigências educacionais do País". Citando um caso exemplar da situação de dificuldade financeira que atravessa o Ministério, confessou que, até aquele instante, ele próprio ignorava de quanto a Funarte disporia para sua programação cultural no segundo semestre de 1980. "Até agora não há um centavo", disse.

O ministro revelou ainda que, em virtude do clima reinante na área econômica do governo, agravado pela crise Irã-Iraque, "todas as medidas que representam gastos para o governo ficaram momentaneamente adiantadas", inclusive o projeto de reestruturação da carreira do magistério, atualmente em estudos na Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Garantiu, porém, que "tão logo haja um mínimo de visibilidade, o MEC retornará à luta" pela aprovação da proposição, com

a qual se considera "pessoalmente engajado e comprometido".

FÊ NA NEGOCIAÇÃO

De acordo com Portela, a primeira condição para a retomada do espaço perdido seria "não descrever da negociação". A segunda, compreender que "algumas coisas estão acontecendo independentemente das pessoas e são conjunturais, com prazo de extinção". E a terceira, "uma revisão interna do sistema educacional", dentro do qual inclui a reconquista do crédito pela universidade brasileira.

Com relação à idéia de transformar em fundações também as universidades atualmente sob regime autárquico, levantada por ele próprio durante recente paralisação nacional de professores de nível superior, o ministro disse que "deve ainda ser discutida em suas conveniências e inconveniências". De qualquer forma, adiantou que as fundações "não podem se transformar em casas de negócio, nem ser desculpa para que o Estado se desobrigue de seu compromisso educacional".

A CIDADE É SUA

Estudante reclama de cobrança da PUC

Jair Lanes/Folha Imagem



Da Redação

A estudante Ana Carolina Azevêdo Borzino recebeu no início do mês passado uma carta da PUC informando sobre um débito de R\$ 823,41, referente ao 1º semestre do curso de psicologia de 91, do qual não foi aluna.

"Ana prestou vestibular na PUC (Pontifícia Universidade Católica) em '91 para o curso de psicologia. Depois de fazer a matrícula, ela optou por engenharia mecânica na Fiap (Fundação Armando Álvares Penteado) e não chegou a frequentar aulas na PUC.

"Segundo a estudante, uma tia sua fez a matrícula na PUC, com recção de que Ana não passasse em outro vestibular.

"Ana afirma que ligou para a PUC informando que havia optado por outra faculdade. "Disseram que não era necessário fazer nada a respeito, pois eu seria automaticamente desligada", diz.

(Bianca Ribeiro)

A DEFESA

Cobrança será mantida

Da Redação

Segundo Antonio Carlos Caruso Ronca, reitor da PUC-SP, a cobrança será mantida, pois a estudante deveria ter "cancelado ou transferido a matrícula".

Ele afirma que ela deveria ter comunicado formalmente sua desistência à universidade antes do início das aulas.

"Ela reservou uma vaga em um curso muito procurado e bloqueou o acesso de outro estudante", diz.

Ele afirma que esses débitos antigos estão sendo cobrados para manter e ampliar as bolsas de estudo da PUC.

A estudante Ana Carolina com a carta que recebeu da PUC

Covas quer aumento de 30% para professores

FERNANDO ROSSETTI

Da Reportagem Local

O governador Mário Covas enviou ontem à Assembléia Legislativa um projeto de lei que aumenta em 30% o salário-base dos 240 mil professores da rede estadual de ensino São Paulo.

Com o aumento no salário-base —que é quanto o professor recebe sem contar abonos e gratificações—, o piso salarial vai aumentar em 19,27%.

Por 40 horas-aula semanais, um professor em início de carreira (P1) está recebendo hoje mensalmente R\$ 256,96 de salário-base e R\$ 143,04 de abonos e gratificações; ao todo, R\$ 400,00.

Com o aumento de 30% sobre os 256,96 (o salário-base), o piso vai para R\$ 477,09 (40 horas semanais).

Se a tramitação do projeto de lei for rápida —como quer o governo—, o aumento vai incidir sobre o salário de novembro —pago no quinto dia útil de dezembro.

O projeto de lei também acaba com a gratificação de 30% por dedicação exclusiva (RDPE), que é paga a cerca de 62 mil professores das 1.614 escolas padrão.

Essa gratificação foi instituída em 1991, quando o então secretário da Educação, Fernando Moraes, lançou sua reforma.

A Apeoesp (sindicato dos professores) reivindicava que a gratificação por dedicação exclusiva fosse estendida a toda a rede de 6.800 escolas.

“A administração, fazendo um esforço muito grande, juntou o que podia e o que não podia para dar um aumento aos professores em homenagem ao seu dia (15 de outubro)”, afirmou Covas.

“Esperávamos um presente melhor de dia dos professores”, afirmou Roberto Felício, 43, presidente da Apeoesp.

Tanto Covas como Felício disseram que o salário ainda está aquém do necessário.

“Mas, sem dúvida, estamos cumprindo o compromisso de campanha de valorizar o professor”, afirmou o governador.

Com a aprovação do projeto de lei, o piso salarial terá um reajuste total neste ano de 69%.

O reajuste favorece mais os aposentados, que não recebem muitas das gratificações e abonos. O funcionários da rede estão fora desse aumento.

“Não dá para fazer tudo de uma vez”, disse Covas.

“Isso vai criar muito descontentamento. Também estamos ligados ao processo educacional”, afirmou Reinaldo Bicudo, 35, presidente da Afuse (sindicato dos funcionários da rede).

A Apeoesp mantém a reivindicação de reabertura das negociações em torno da carreira do magistério.

A secretária da Educação, Rose Neubauer, disse que, à medida que o salário-base for aumentando —e as gratificações e abonos diminuindo—, essa discussão fica mais viável.

Começa a ser publicado na terça o suplemento Fovest

Da Reportagem Local

A partir da próxima terça-feira, a Folha começará a publicar diariamente o caderno Fovest —Folha do Vestibular— que, durante quatro meses, dará informações importantes sobre os vestibulares de 1986. Luiz Carlos Caversan, 30, editor de Educação e Ciência, responsável pela Fovest 86, diz que o suplemento, este ano, enfatizará principalmente a prestação de serviços. “Queremos que o caderno seja uma alternativa de complemento na preparação para a guerra do vestibular que começa em dezembro.”

Em um de seus primeiros números, a Fovest trará um “tabelão” com informações a respeito dos vestibulares das principais universidades e faculdades isoladas brasileiras, tais como prazo de inscrição, número de vagas, cursos mais concorridos, preços das mensalidades (para as escolas privadas) e localização das instituições de ensino. “Será um encarte em papel de 75 gramas, mais resistente do que o papel usado comumente pelo jornal, para que o estudante possa guardar e se orientar na escolha dos exames que irá prestar”, diz Caversan.

O caderno deverá pautar-se pela prestação de serviços também em relação às matérias que caem nos exames. Serão feitas reportagens e entrevistas com especialistas de cada área, que comentarão questões específicas de cada disciplina. “Por exemplo, sobre Matemática, professores especializados deverão tratar dos exercícios mais frequentes nos últimos vestibulares, quais os livros que podem ser consultados para melhor se entender problemas logarítmicos ou de álgebra”, afirma o editor.

A Fovest pretende, ainda, fazer um perfil das principais faculdades do País e, principalmente, das universidades paulistas. Serão reportagens sobre os cursos oferecidos, o número de concorrentes por vaga em cada área, carreiras etc. Profissões e mercado de trabalho são assuntos que também receberão tratamento específico, orientando, de acordo com Caversan, a respeito das “perspectivas de colocação no mercado do trabalho, as dificuldades que o profissional encontrará e as aplicações práticas do curso que vai escolher”. O caderno oferecerá igualmente um serviço que o editor chama de “extra-vestibular”. Trata-se de reportagens de comportamento, “onde mostraremos quem é o vestibulando hoje, quais as suas preferências, qual a sua visão de mundo e suas aspirações”. As “dicas” continuarão

sendo publicadas, a exemplo dos anos anteriores, só que de maneira ampliada: além dos “macetes” de como resolver questões ou por onde começar a fazer as provas, a Fovest falará sobre alimentação, relaxamento para enfrentar o “grande dia”, atividades a serem exercidas nos intervalos entre as aulas e “o debruçar sobre apostilas” e até sobre material escolar.

Diariamente, serão publicadas provas resolvidas e comentadas dos anos anteriores, além da relação de faculdades cujas inscrições estão abertas. Quando chegarem os vestibulares, cada edição trará a prova do dia anterior resolvida, comentada e com o gabarito de respostas.

Fovest Informações

Uma novidade este ano será a inauguração do serviço Fovest Informações, que funcionará nos moldes da Folha Informações. Caversan afirma que “haverá um número de telefone, a ser divulgado em breve pela Folha, à disposição do vestibulando para responder sobre inscrições, carreiras, preços de mensalidades, livros etc. Não serão respondidas questões referentes às diversas matérias, mas o vestibulando saberá onde conseguir as respostas”.

A Fovest promoverá, ainda, um grande exame simulado no início de novembro. “Será exatamente como o vestibular para valer: o mesmo número de questões e o mesmo tempo de duração. Nossa intenção é antecipar para o candidato o clima que irá enfrentar”, diz Caversan. O esquema de inscrição e a data do “simuladão” serão publicados na Fovest com antecedência. Está prevista também a realização de um concurso —do qual poderão participar apenas vestibulandos—, cujo prêmio será um cruzeiro marítimo em fevereiro de 86, no “Eugênio C”, pelo Uruguai e Argentina (para o vencedor e um acompanhante).

O regulamento desse concurso será publicado nos primeiros números do suplemento. Outros concursos serão promovidos, através de programas de rádio na Capital e Interior, para distribuir duas mil capas plastificadas destinadas à encadernação do Fovest. No dia do vestibular da Fovest (Fundação Universitária para o Vestibular), que é responsável pelos exames para ingresso na USP, Escola Paulista de Medicina e Unicamp, serão distribuídos 25 mil lápis aos candidatos.

Segundo Caversan, a intenção este ano é fornecer um material de apoio abrangente, de modo a possibilitar que o leitor da Fovest se torne “um potencial aprovado no vestibular”.

MEC fixa aumentos se não houver negociação

Da Sucursal de Brasília

O governo reeditou ontem a medida provisória que define as regras da livre negociação para reajustes das mensalidades escolares com uma única alteração. Quando os pais de alunos (no 1º e 2º graus) ou alunos (nas faculdades) se recusarem a negociar, o estabelecimento de ensino deverá requerer um índice para o reajuste ao Ministério da Educação e não mais ao da Economia, como previa a medida provisória anterior, MP 223.

A apresentação de requerimento ao Ministério da Educação (MEC) não significa autorização para o aumento das mensalidades. O ministério vai estudar o pedido, que deverá ser acompanhado de comprovação da recusa de negociar. O novo texto da medida provisória será publicado no "Diário Oficial" da União da próxima segunda-feira.

As regras para a livre negociação foram mantidas na nova medida provisória. A convocação para a negociação deve ser feita pela escola com pelo menos 10 dias de antecedência, através de convite por escrito e também com publicação na imprensa. Nas reuniões que vão discutir os aumentos, as escolas devem apresentar a representantes de alunos (no caso do 3º grau) ou a pais e associações de pais (no 1º e 2º graus) a proposta de reajuste, além da comprovação dos custos.

O reajuste precisa ser aprovado pela maioria dos pais ou alunos que estiverem na reunião. Se em 10 dias úteis, não houver acordo, as partes podem indicar um ou mais árbitros em acordo, que decidirão o reajuste. Enquanto não houver decisão, a escola não poderá fazer qualquer aumento.

Professores do ensino oficial fazem passeata

Com paralisação parcial em escolas da rede oficial de ensino de 1.º e 2.º graus e uma passeata por ruas centrais da capital, professores de São Paulo protestaram ontem, véspera do Dia do Professor, contra as "más condições de trabalho" e a situação precária das escolas do Estado. A passeata foi antecedida de ato público na escadaria do Teatro Municipal, do qual participaram cerca de mil professores. Encerrado o ato, eles se dirigiram à Secretaria da Educação, onde entregaram uma lista de reivindicações ao secretário Luls Ferreira Martins. PÁG. 12

Leia a opinião do "Folha" no editorial "Mais um Dia do Professor", na Página Dois.

EDUCAÇÃO 7.500 estudantes brasileiros participam de avaliação internacional

Cerca de 7.500 estudantes das redes pública e particular de ensino do Brasil participam, de hoje até o dia 27, do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

O projeto, uma parceria entre 32 países, visa avaliar o desempenho de alunos com 15 anos. O objetivo é detectar habilidades e conhecimentos adquiridos pelos jovens e, com isso, avaliar se estão preparados para desafios futuros.

A avaliação, que acontecerá a cada três anos, também vai fornecer informações sobre o desempenho e condições de

aprendizagem dos estudantes.

O Pisa é coordenado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Dos 32 países que participam do Pisa, três — Brasil, China e Letônia — não pertencem à organização e foram convidados para a avaliação. Entre os outros participantes estão Canadá, Estados Unidos e França.

No Brasil, o programa vai atingir alunos de 380 escolas. O teste, com duração de duas horas, terá questões abertas e de múltipla escolha. Também haverá um questionário socioeconômico.

(DA SUCURSAL DE BRASÍLIA)

ilha. Serão convocados para a

MEC diz como colégio deve agir quando livre negociação fracassar

Da Reportagem Local

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, publicou ontem no "Diário Oficial da União" duas portarias que determinam os procedimentos a serem adotados pelas escolas quando fracassar o processo de negociação do reajuste de mensalidades com pais e alunos. Segundo as portarias, a escola deve, primeiro, obter documentos que comprovem que ela buscou, sem sucesso, seguir as normas de livre negociação estabelecidas pela medida provisória 244.

Esses documentos devem ser encaminhados à delegacia do

MEC do respectivo Estado, junto com os comprovantes de custo da escola que justificam o pedido de reajuste. O próprio delegado do MEC se pronunciará —em um prazo de três dias— sobre o aumento, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco.

Nos outros Estados —onde as delegacias não têm a estrutura necessária para analisar os processos—, o proposta deve ser entregue à delegacia do MEC local, que terá três dias para encaminhá-la ao ministério. Nesse caso, o MEC também tem três dias para se pronunciar.

Em Porto Alegre (RS), uma disputa na Justiça ameaça o reajuste de 199% aplicado este mês pela Pontifícia Universidade Católica gaúcha (PUC-RS) sobre suas mensalidades. Ontem, o procurador-geral da República, José Luis Germano da Silva, exigiu que o juiz do Tribunal Regional Federal daquele Estado, Wladimir Passos de Freitas, responsável pela liminar que autorizou o reajuste, se manifeste sobre a lei 8.076, que suspende a concessão de liminares contra as medidas provisórias do governo federal. Freitas não acolheu ontem mandado de segurança do procurador-geral que caçava a liminar.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)